



Demonstrações Financeiras 2023

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados **15,1 milhões**

Automóvel

Prêmios emitidos **15,7 bilhões**

Veículos segurados **5,9 milhões**

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL **426,8 milhões**

Participantes de planos de previdência **111,7 mil**

Prêmios auferidos **1,5 bilhão**

Vidas seguradas **5,3 milhões**

Patrimonial

Prêmios **2,8 bilhões**

Itens segurados **2,5 milhões**

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios **4,1 bilhões**

Vidas seguradas **598 mil**

Odontológico

Prêmios **169,8 milhões**

Vidas seguradas **824 mil**

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas **134,3 milhões**

Vidas **620,4 mil**

Negócios Financeiros

Cartão de crédito

Receita **2,7 bilhões**

Clientes **3 milhões**

Financiamento

Receita **624,1 milhões**

Clientes **112 mil**

Consórcio

Receita **764,4 milhões**

Clientes ativos **314,8 mil**

Clientes contemplados **29,4 mil**

Serviços

Carro Fácil

Receita **261,9 milhões**

Contratos ativos **6,6 mil**

Porto Faz e Reppara!

Receita **36,7 milhões**

Contratos ativos - Porto Faz **21,8 mil**



Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023.
A adoção da norma IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros introduziu alterações nas práticas contábeis e na forma de apresentação dos demonstrativos contábeis da Companhia, no entanto sem impacto material nos resultados reportados. Vale ressaltar que, para a análise de desempenho gerencial, os resultados oriundos de contratos de seguros continuam a ser apresentados conforme o padrão contábil anterior, IFRS 4/CPC 11, assegurando conformidade com as diretrizes regulatórias vigentes locais.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a Porto exibiu um lucro líquido recorde recorrente de R\$ 2.272,4 milhões (+100,2% vs. 2022), dobrando em relação ao ano anterior, o que resultou num ROAE recorrente de 19,7% no período.
A receita total registrou crescimento de dois dígitos, alcançando R\$ 31,7 bilhões (+16,2% vs. 2022), através de uma evolução consistente em todas as verticais de negócios.

Na vertical de seguros, os prêmios avançaram 12,1%, atingindo R\$ 20,9 bilhões no período, explicado principalmente pelas adequações na precificação no seguro Auto, em decorrência do aumento nos preços dos veículos e pela estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, o que contribuiu para um crescimento de 245 mil veículos na frota segurada nos últimos 12 meses (+4,3% vs. 2022). No consolidado dos Seguros Patrimoniais, o crescimento dos prêmios foi de 18,2%, impulsionado pelo seguro Residencial (+17,2% vs. 2022), favorecido pelo desempenho do canal bancário e pelo seguro Empresarial (+24,4% vs. 2022), beneficiado pelo desempenho de vendas e pelas adequações na precificação, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No Seguro de Vida, a expansão de prêmios foi de 15,6%, com crescimento de duplo dígito em todos os segmentos (Individual, Coletivo, Viagem e Prestamista). A sinistralidade consolidada da vertical foi de 49,4%, uma melhora de 7,7 p.p., resultado das adequações de tarifas realizadas, aperfeiçoamento nos modelos de subscrição e de uma tendência mais favorável nos preços dos carros que integram a frota segurada, exemplificado pela redução no valor de tabela FIPE, diminuindo a pressão sobre os valores indenizados. Vale ressaltar também que a busca por melhorias operacionais para diminuir os custos de sinistros também gerou frutos, reduzindo a sinistralidade.

A vertical Porto Saúde apresentou crescimento superior a 30% (+38,4% vs. 2022) em seu faturamento pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelo aumento de 129 mil vidas no Seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 543 mil vidas (+31,3% vs. 2022). O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto Saúde, de investimentos em tecnologia, e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou 2,7 p.p. vs. 2022, beneficiada pelas iniciativas de adequação tarifária, ações para redução de fraudes e aperfeiçoamento na subscrição de riscos.

No Porto Bank, as receitas dos principais negócios obtiveram um crescimento consolidado de 11,8% vs. 2022. Destaque para a expansão de 26,9% no Consórcio, favorecido pelo desempenho das campanhas de venda e retenção. O Cartão de Crédito e Financiamento por sua vez tiveram elevação de receita de 11,0%. A inadimplência acima de 90 dias reduziu 0,5 p.p., em comparação a Dezembro de 2022, permanecendo abaixo da média de mercado e apresentando queda nos últimos meses do ano, decorrente do trabalho realizado de gestão de risco e qualidade da carteira, com foco nos clientes que possuem relacionamento com a Porto, além da tendência de melhora observada no mercado.

No último mês do ano, foi realizado o lançamento da **Vertical Serviços**, composta pela Porto Assistência que incorporou a CDF. A partir de 2024 estas duas empresas deverão ser apresentadas de forma consolidada, configurando a quarta vertical de negócios da Companhia.

O Carro por Assinatura deixou de ser foco da Porto para novos clientes, e a Companhia buscou maximizar a rentabilidade na desmobilização dos seminovos através de distribuição no varejo. Em linha com essa estratégia, foi realizada em 2023 a venda de estoques dos veículos do Carro por Assinatura, no montante de R\$ 70,4 milhões, decorrente do impacto da redução da tabela FIPE no valor da frota. Adicionalmente, houve uma reversão de IRPJ, em razão de uma baixa de crédito futuro de imposto, no valor de R\$ 31,4 milhões no período. O resultado financeiro foi de R\$ 986,6 milhões em 2023, que representa uma rentabilidade das aplicações financeiras (ex-previdência) equivalente a 87,7% do CDI. O retorno abaixo do CDI foi decorrente do desempenho das alocações em títulos indexados à inflação, parcialmente compensado pelo desempenho favorável das alocações em renda variável.

No ano, a Porto Seguro firmou acordo de parceria com a Mitsui Sumitomo Seguros, para operar produtos de varejo nos segmentos de automóvel, residencial e empresas de pequeno e médio porte, via co-seguro. Também foi realizada a aquisição integral da Fernandes e Fernandes - Sistemas de Aquecimento Ltda. ("Unigás"), empresa com 30 anos de experiência em instalação de sistemas de aquecimento, gás natural, GLP e assistência técnica.

A Companhia manteve sua estratégia de fortalecer a marca e alavancar o crescimento das verticais de negócios. Para isso, criou uma plataforma de comunicação intitulada Todo Cuidado é Porto, que traduz sua essência para os diferentes públicos com os quais se relaciona. Também pelo segundo ano consecutivo, a Porto foi patrocinadora do Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1, com uma arquibancada exclusiva que recebeu 4 mil pessoas por dia de evento. Outras 50 mil pessoas passaram pelas ativações da Porto no The Town, maior festival de música, cultura e arte da América Latina que ocorreu em setembro.

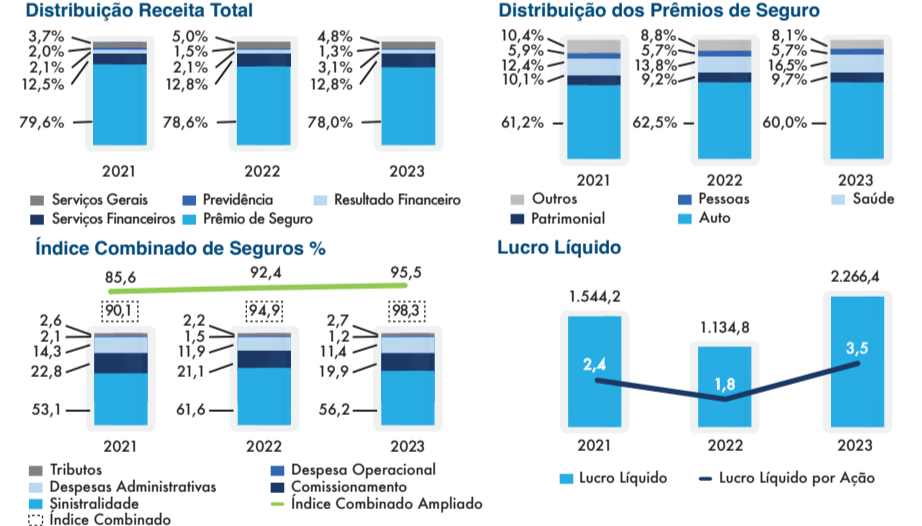
No campo ASG, foram realizados em 2023 projetos no campo ambiental como o programa Estação Consumo Consciente, Plataforma de Sustentabilidade, Projeto Agentes Socioambientais, dentre outros, e cerca de 221 Campanhas de Arrecadação de itens, resultando na doação de 118.196 mil itens para mais de 101 instituições em todo Brasil, gerando 123 mil atendimentos. Ênfase também para a controlada do grupo, Renova Ecopeças, que completou 10 anos de existência, sendo uma empresa pioneira no mercado de reciclagem e reaproveitamento de peças automotivas. Desde seu lançamento, já foram mais de 21 mil veículos desmontados e mais de 400 mil itens comercializados pela Renova, além do descarte ambientalmente correto de 78 mil toneladas de aço, 35 mil baterias e 160 mil pneus.

Dentre os reconhecimentos recebidos pela Porto Seguro, estão a primeira posição no ranking de Melhores ASG na categoria Serviços Financeiros (pelo guia Exame); o 1º lugar pelo 9º ano consecutivo na categoria Top of Mind na categoria Seguradora (Data Folha); e o 28º lugar no ranking geral entre 100 empresas de acordo com a Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa). Além disso, a Porto Seguro foi eleita pelo segundo ano consecutivo como uma das 10 melhores empresas para Trabalhar do ranking Great Place To Work Brasil. Este reconhecimento vem a partir da opinião dos próprios colaboradores, que vivenciam diariamente os esforços da Companhia para fazer da Porto um lugar onde as pessoas tenham orgulho de trabalhar.

Por fim, a Porto Seguro agradece aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais stakeholders pela confiança e dedicação a Companhia ao longo de 2023, e segue firme no propósito de oferecer experiências únicas para ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2023" e "em 2022" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

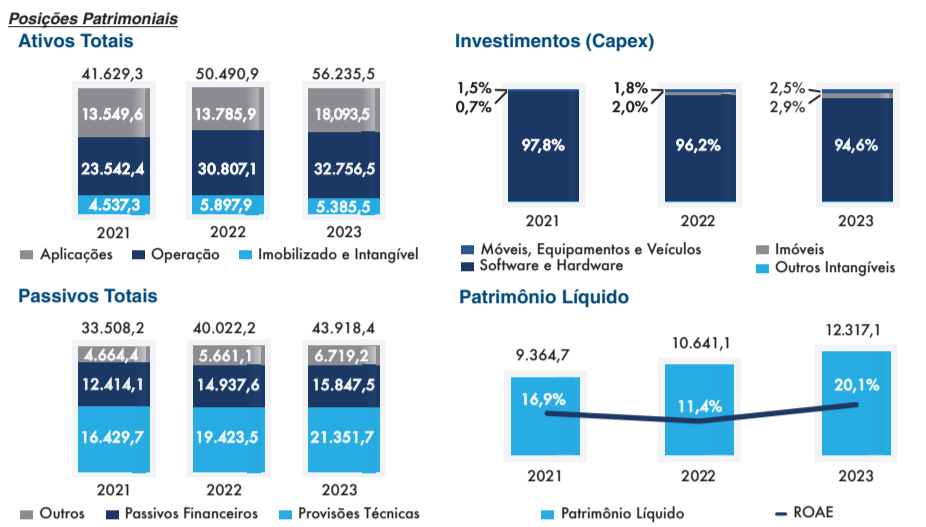
Detalhamento do resultado do exercício

	2023	2022	Variação %/p.p.
Auto consolidado			
Prêmios auferidos	15.717,5	14.200,0	31,0
Sinistralidade (%)	56,2	65,0	(8,8)
Veículos segurados - frota	5.918	5.673	4,3
Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2023 R\$ 15.717,5 milhões, aumento de R\$ 1.517,5 milhões ou 10,7% sobre os R\$ 14.200,0 milhões em 2022.			
Prêmios auferidos - Saúde			
Saúde empresarial	4.139,6	2.980,1	38,9
Saúde odontológico	169,8	153,2	10,8
Total Saúde	4.309,4	3.133,3	37,5
Sinistralidade - Saúde			
Saúde empresarial	80,3	82,9	(2,6)
Saúde odontológico	44,7	47,1	(2,4)
Total Saúde	78,9	81,2	(2,3)
Patrimonial			
Prêmios auferidos	2.528,7	2.096,9	20,6
Sinistralidade (%)	40,3	37,2	3,1
Itens segurados	2.475	2.409	2,8
As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 426,8 milhões em 2023 uma redução de 0,2% em relação aos R\$ 427,7 milhões em 2022. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 111,7 mil em 2023, uma queda de 7,4% em relação aos 120,6 mil em 2022.			
As receitas com crédito e financiamento totalizaram R\$ 3.316,0 milhões em 2023, aumento de R\$ 373,1 milhões ou 12,7% em relação aos R\$ 2.942,9 milhões em 2022. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 8,2%, passando para R\$ 17.512,4 milhões em 2023 em relação aos R\$ 16.179,9 milhões em 2022.			
As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 764,4 milhões em 2023, com aumento de R\$ 206,4 milhões ou 37,0% em relação aos R\$ 558,1 em 2022. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 29,0%, passando para 314,8 mil em 2023, em relação aos 244,0 mil em 2022.			
As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R\$ 1.882,2 milhões em 2023, com aumento de R\$ 467,1 milhões ou 33,0%, em relação aos R\$ 1.415,1 milhões em 2022, sendo as principais receitas provenientes do aumento: (i) R\$ 313,1 milhões nas receitas da Porto Assistência, que explora serviços de assistência automotiva e residencial e (ii) R\$ 183,3 milhões provenientes da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial.			
Despesa de comercialização			
Custos de aquisição - seguros	19,9	21,1	(1,2)
Despesas administrativas e operacionais			
Despesas administrativas - seguros	11,4	11,9	(0,5)
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	1,2	1,5	(0,3)
Total despesas administrativas e operacionais	12,6	13,4	(0,8)

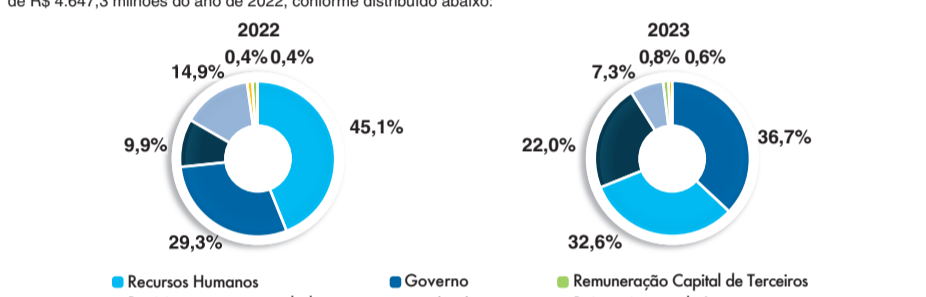
No ano de 2023, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 12,6% (em relação ao prêmio ganho), com redução de 0,8 p.p. em relação ao ano de 2022. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

	2023	2022	Variação %
Resultado financeiro			
Resultado financeiro - seguros	1.032,1	574,5	79,7
Resultado financeiro - outros negócios	(4,1)	29,8	(113,8)
Total resultado financeiro	1.028,0	604,3	70,1

O resultado financeiro aumentou 70,1% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável. As aplicações financeiras obtiveram retorno de 82,3% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.



VALOR ADICIONADO
Em 2023, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 7.738,0 milhões, com aumento de 66,5% sobre o montante de R\$ 4.647,3 milhões do ano de 2022, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

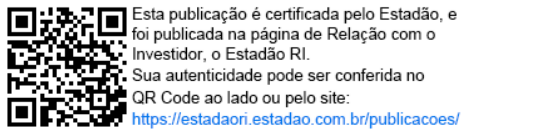
A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.
As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
Ainda, a Companhia, seus acionistas e administradores, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas e administradores perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.
O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramento, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

- Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.
- Comitê de Pessoas e Cultura:** O Comitê de Pessoas e Cultura tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas e remuneração, sendo responsável também por discutir e monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.
- Comitê de Risco Integrado:** O Comitê de Risco Integrado tem como objetivo auxiliar a Diretoria da Companhia no desempenho de suas atribuições relativas à gestão de riscos, incluindo fornecer subsídios e informações em assuntos relacionados à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos, políticas internas e principais indicadores associados, em todas as sociedades que compõem o Conglomerado.
- Comitê de Ética e Conduta:** O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.
- Comitê de Finanças Corporativas:** O Comitê de Finanças Corporativas tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às diretrizes de gestão financeira, exposição a fatores de riscos financeiros, bem como análise e monitoramento do planejamento estratégico, orçamento e o plano anual de investimentos da Companhia e das empresas do Grupo Porto.
- Comitê de Clientes, Marketing e Digital:** O Comitê de Clientes, Marketing e Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto para os seus diversos públicos, análise de iniciativas relacionadas à pesquisa, tendências tecnológicas e inovações de novos produtos e políticas de atuação e estruturas de atendimento aos clientes.
- Comitê de Sustentabilidade:** O Comitê de Sustentabilidade tem como objetivo avaliar, recomendar e apoiar o Conselho de Administração na elaboração, revisão e implementação de políticas e diretrizes de sustentabilidade (ASG) da Companhia e das empresas do Grupo Porto.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS "MARKETING"

Em 2023, a Porto ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:
 Lançamento da Porto Serviço: durante a segunda edição do Porto Day, a Companhia recebeu cerca de 100 investidores para a apresentação de resultados e estratégias de todas as verticais de negócios e oficializou o lançamento da vertical Porto Serviço, que tem como objetivo levar conveniência, comodidade e todo o cuidado da Porto para mais pessoas por meio de serviços e assistências residenciais e para o carro, além de conveniências para estar presente em todos os momentos da vida das pessoas. Os serviços podem ser contratados tanto por quem já é cliente da Porto, quanto por quem ainda não é.
 Linha Pro: sucesso na Grande São Paulo, a Porto Saúde expandiu o portfólio e lançou a Linha Pro no Litoral de São Paulo e em Campinas. A categoria é exclusiva para PMEs e oferece preços mais atrativos e cuidado integral de saúde.
 Residencial Essencial: a Porto Seguro lançou o seguro "Residencial Essencial", novidade do portfólio residencial da empresa com contratação simplificada, rápida e digital. O produto oferece três opções de planos a partir de R\$ 19,90. Os valores são alterados de acordo com a região, tipo de residência e as opções contratadas.
 Vida Presente: com o objetivo de ampliar seu portfólio de Seguros de Vida, a Porto Seguro lançou o Vida Presente. Este produto possui prêmio nivelado, sem reajustes anuais conforme o envelhecimento dos segurados. Adicionalmente, o cliente pode programar diferentes prazos para pagar pelo seguro, assegurando a cobertura por toda a vida.
 Descarte Sustentável: a Porto idealizou e criou o projeto Descarte Sustentável, que visa destinar de forma adequada os resíduos eletroeletrônicos gerados por seus segurados através de um sinistro ou materiais em desuso. De novembro de 2022 a setembro de 2023 a Porto já destinou de forma adequada 4,2 toneladas desse tipo de resíduo, o que representa aproximadamente 765 eletroeletrônicos coletados em mais de 400 visitas a segurados.
 Unigás: a Porto anunciou a aquisição de 100% de participação da Unigás, por meio de sua controlada direta, a Porto Serviço. Com a operação, a Porto ingressa no segmento de instalação e assistência técnica relacionadas a sistemas de aquecimento e gás, dando mais um passo importante para a diversificação de seus negócios em serviços, que atualmente contam com Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. e CDF Assistência e Suporte Digital S.A.
 Reconhecimentos de Marca: a Porto foi eleita a 16ª marca mais valiosa do país pela **Interbrand**, com um valor estimado para a marca de aproximadamente R\$ 1 bilhão, o que representa um aumento de 11% em comparação ao ano anterior. A Companhia também ocupou a 2ª posição entre as 100 marcas mais fortes do país pela **Brand Finance** e a 41ª em valorização de marca, com alta de 13% em relação ao ano anterior. Pelo nono ano consecutivo, Porto Seguro é a marca mais lembrada pelos clientes na categoria Seguros do **Top of Mind**, ranking de lembrança de marca elaborado pela Folha de S.Paulo. Além disso, a Porto venceu o prêmio **Melhores do ESG** da revista Exame na categoria Serviços Financeiros.
 GPTW: o Great Place to Work (GPTW) certifica a Porto como um excelente lugar para se trabalhar e, meses depois, a Companhia é reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil na categoria Grandes.
 Plataforma de comunicação: a Porto lançou a plataforma de comunicação **Todo Cuidado é Porto**, cujo conceito tangibiliza para o público externo a essência da Companhia e cumpre o papel de gerar mais conexão entre marca e consumidores. Para ganho de visibilidade, comunicou amplamente o conceito e a campanha por meio de imprensa, canais proprietários, mídias digitais e de rua.
 The Town: alinhada à estratégia de fortalecer a marca Porto e alavancar o crescimento das verticais de negócios, a Companhia patrocinou o The Town 2023, maior festival de música, cultura e arte da América Latina. Foram ativadas mais de 50 mil pessoas e 400 corretores de todo o Brasil que fecharam negócios nas três verticais que também estiveram presentes no festival com a Porto.

continua



Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

—★ continuação

	Nota explicativa	Controladora Reapresentado			Consolidado Reapresentado			Nota explicativa	Controladora Reapresentado			Consolidado Reapresentado					
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022			
ATIVO																	
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa.....	8	8.194	51.146	60.496	26.456.059	22.715.782	19.490.745										
Ativos financeiros																	
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado ...	9.1.1	1.182.213	577.975	872.100	10.905.996	7.106.745	7.245.968										
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	9.1.2	-	-	-	-	253.334	-										
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	9.2	-	19.377	-	-	264.719	-										
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado).....	10	-	-	-	12.108.173	10.590.630	9.382.483										
Ativos do contrato de resseguro.....	23	-	-	-	107.976	126.528	132.242										
Recebíveis de prestação de serviços..					478.898	474.720	80.400										
Impostos e contribuições a recuperar .	11.1	48.065	61.161	49.495	220.327	249.475	218.243										
Bens à venda.....	12	-	-	-	297.258	256.468	208.844										
Custos de aquisição diferidos.....	13	-	-	-	311.620	181.094	206.964										
Instrumentos financeiros derivativos ...	14	231	60	709	12.970	60	18.022										
Outros ativos.....	15	122.946	49.276	70.127	907.438	778.101	596.745										
Não circulante		12.140.416	11.263.581	9.068.974	17.783.540	17.198.608	15.202.767										
Realizável a longo prazo																	
Ativos financeiros																	
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado.....	9.1.1	-	-	-	2.403	2.040	1.808										
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	-	-	-	3.358.475	3.013.896	3.718.693										
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	9.2	249.813	64.275	168.770	3.713.075	2.995.055	2.352.016										
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado).....	10	-	-	-	1.029.840	1.167.741	1.142.828										
Ativos do contrato de resseguro.....	23	-	-	-	7.503	11.038	11.408										
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11.3.1	-	-	-	1.212.491	1.366.618	1.038.069										
Impostos e contribuições a recuperar .	11.1	-	-	-	1.472	2.316	2.295										
Custos de aquisição diferidos.....	13	-	-	-	695.780	364.334	6.957										
Depósitos judiciais.....	16	163.955	153.913	145.041	1.622.616	1.536.160	1.541.862										
Outros ativos.....	15	27.510	39	46	102.948	131.015	34.095										
Investimentos																	
Participações em controladas.....	17.1	11.296.732	10.593.108	8.667.701	-	-	-										
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto.	17.2	-	-	-	193.574	201.577	579.447										
Outros investimentos.....		48.428	60.254	34.982	48.428	60.254	34.982										
Propriedades para investimentos.....	18	353.404	391.418	52.434	307.018	338.079	103.203										
Imobilizado.....	19.1	574	574	-	1.568.425	2.254.997	2.158.579										
Intangível.....	20.1	-	-	-	3.817.064	3.642.873	2.378.685										
Ativo de direito de uso.....	21.1	-	-	-	102.428	110.615	97.840										
TOTAL DO ATIVO		13.502.065	12.022.576	10.121.901	44.239.599	39.914.390	34.693.512										
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO																	
Circulante																	
Passivos do contrato de seguro.....	23	-	-	-	-	-	-										
Passivos do contrato de resseguro.....	23	-	-	-	-	-	-										
Passivos financeiros.....	24	-	426.850	38.088	14.973.868	13.581.379	11.658.869										
Impostos e contribuições a recolher....	11.2	42.893	620	1.001	366.932	299.650	333.724										
Dividendos e JCP a pagar.....	39	522.193	262.337	357.970	522.193	262.337	357.970										
Instrumentos financeiros derivativos ...	14	-	-	-	-	36.826	1.443										
Passivo de arrendamento.....	26	-	-	-	-	18.887	16.016										
Outros passivos.....	27	58.169	13.318	23.097	1.717.950	1.325.281	1.053.875										
Não circulante		463.548	798.991	461.354	8.382.236	9.072.689	8.015.310										
Passivos do contrato de seguro.....	23	-	-	-	-	-	-										
Passivos financeiros.....	24	-	14.583	39.583	873.662	1.356.179	755.193										
Impostos de renda e contribuição social diferidos.....	11.3.2	8.723	263.740	276.797	329.234	366.675	330.928										
Impostos e contribuições a recolher....	11.2	-	-	-	74	74	-										
Passivo de arrendamento.....	26	-	-	-	126.635	132.921	118.814										
Provisões judiciais.....	25.1	163.724	153.894	144.974	1.513.154	1.398.286	1.396.597										
Outros passivos.....	27	291.101	366.774	-	626.225	643.475	191.253										
Patrimônio líquido		12.415.262	10.520.460	9.240.391	12.497.798	10.578.410	9.240.560										
Capital social.....	28.a	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000										
Reservas de lucros:																	
(-) Ações em tesouraria.....	28.b	(123.192)	(199.017)	(205.493)	(123.192)	(199.017)	(205.493)										
Reservas de lucros - demais.....		3.044.045	1.668.997	891.802	3.044.045	1.668.997	891.802										
Reservas de capital.....		808.332	634.122	-	808.332	634.122	-										
Dividendos adicionais propostos.....	28.c	288.153	112.817	261.729	288.153	112.817	261.729										
Outros resultados abrangentes.....		(102.076)	(196.459)	(207.647)	(102.076)	(196.459)	(207.647)										
Participação dos acionistas não controladores.....		-	-	-	82.536	57.950	169										
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.502.065	12.022.576	10.121.901	44.239.599	39.914.390	34.693.512										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Reapresentado		Consolidado Reapresentado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas					
Receita de seguro.....	29	-	-	26.352.305	21.431.383
Receitas de operações de crédito.....	30	-	-	3.316.036	2.942.924
Receitas de prestação de serviços.....	31	-	-	2.646.648	1.973.198
Receita com títulos de capitalização.....				80.088	67.368
Outras receitas operacionais.....	32	17.263	-	210.468	213.859
Equivalência patrimonial.....	17.1	2.331.858	1.190.426	(8.007)	(26.210)
Total das receitas		2.349.121	1.190.426	32.597.538	26.602.522
Despesas					
Despesas de seguro.....	29	-	-	(20.017.663)	(17.786.776)
Despesas líquidas com contratos de resseguros/retrocessões.....	29.1	-	-	(73.070)	(32.483)
Custos de aquisição - outros.....				(476.665)	(343.537)
Despesas administrativas.....	33	(29.459)	(36.553)	(4.662.138)	(3.960.107)
Despesas com tributos.....	34	(43.423)	(44.606)	(980.753)	(712.105)
Custos dos serviços prestados.....				(284.188)	(302.402)
Outras despesas operacionais.....	35	(40.249)	(18.452)	(3.296.370)	(2.626.708)
Total das despesas		(113.131)	(99.611)	(29.790.847)	(25.764.118)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.235.990	1.090.815	2.806.691	838.404
Receitas financeiras.....	36	135.885	188.730	2.040.214	1.429.978
Despesas financeiras.....	37	(105.608)	(144.607)	(1.303.874)	(945.709)
Lucro líquido do exercício		30.277	44.123	736.340	484.269
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia.....		2.266.149	1.139.971	2.266.149	1.139.971
- Acionistas não controladores em controladas.....		-	-	48.708	17.443
Lucro por ação:					
- Básico.....	40	3,50228	1,76969	3,57756	1,79676
- Diluído.....	40	3,50228	1,76969		

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

—★continuação

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros - demais	Reservas de capital	Lucros acumulados					
Saldo em 31 de dezembro de 2021		8.500.000	(205.493)	998.888	—	—	261.729	(190.565)	9.364.559	169	9.364.728
Ajuste na aplicação inicial da norma IFRS 17 e CPC 23, líquido de impostos	1.1.1	—	—	(107.086)	—	—	—	(17.082)	(124.168)	—	(124.168)
Saldo representado em 1º de janeiro de 2022		8.500.000	(205.493)	891.802	—	—	261.729	(207.647)	9.240.391	169	9.240.560
Transações de capital com acionistas		—	—	—	634.122	—	—	—	634.122	—	634.122
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		—	—	—	—	—	(261.729)	—	(261.729)	—	(261.729)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		—	—	97.275	—	—	—	—	97.275	—	97.275
Ações outorgadas - controladora/controladas		—	6.476	(6.476)	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	(31.497)	(31.497)	—	(31.497)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	56.397	56.397	—	56.397
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	738	738	—	738
Resultado com "hedge"		—	—	—	—	—	—	(29.036)	(29.036)	—	(29.036)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	14.586	14.586	—	14.586
Aumento de participações de não controladores em controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	40.338	40.338
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	1.139.971	—	—	1.139.971	17.443	1.157.414
Destinações:											
Reserva legal		—	—	56.742	—	(56.742)	—	—	—	—	—
Reserva estatutária		—	—	624.530	—	(624.530)	—	—	—	—	—
Constituição de outras reservas - resultado do IFRS 17		—	—	5.124	—	(5.124)	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		—	—	—	—	(340.758)	—	—	(340.758)	—	(340.758)
Dividendos/JCP adicionais propostos		—	—	—	—	(112.817)	112.817	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022		8.500.000	(199.017)	1.668.997	634.122	—	112.817	(196.459)	10.520.460	57.950	10.578.410
Transações de capital com acionistas	28 b	—	—	—	174.210	—	—	—	174.210	—	174.210
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	28 e	—	—	—	—	—	(112.817)	—	(112.817)	—	(112.817)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	28 d	—	—	149.577	—	—	—	—	149.577	—	149.577
Ações outorgadas - controladora/controladas	28 d	—	75.825	(75.825)	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	117.291	117.291	—	117.291
Resultado com "hedge"		—	—	—	—	—	—	(3.293)	(3.293)	—	(3.293)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	9.983	9.983	—	9.983
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	(17.260)	(17.260)	—	(17.260)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		—	—	—	—	—	—	(12.338)	(12.338)	—	(12.338)
Redução de participações de não controladores em controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	(24.122)	(24.122)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	2.266.149	—	—	2.266.149	48.708	2.314.857
Destinações:											
Reserva legal	28 c (i)	—	—	113.307	—	(113.307)	—	—	—	—	—
Reserva estatutária	28 c (ii)	—	—	1.187.989	—	(1.187.989)	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	28 e	—	—	—	—	(676.700)	—	—	(676.700)	—	(676.700)
Dividendos/JCP adicionais propostos		—	—	—	—	(288.153)	288.153	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		8.500.000	(123.192)	3.044.045	808.332	—	288.153	(102.076)	12.415.262	82.536	12.497.798

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Controladora Reapresentado		Consolidado Reapresentado		Valor adicionado total a distribuir	Controladora Reapresentado		Consolidado Reapresentado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas	13.711	—	33.183.785	25.656.585					
Resultado de contratos de seguros	—	—	26.352.305	21.431.383	2.339.876	1.208.968	7.737.976	4.647.286	
Receitas com operações de crédito	—	—	3.316.036	2.942.924	2.339.876	1.208.968	7.737.976	4.647.286	
Prestação de serviços	—	—	2.950.323	2.193.732	19.215	19.291	2.525.432	2.053.070	
Outras	13.711	—	189.056	151.508	Remuneração direta	6.997	1.384.145	1.220.572	
Provisão para perda de crédito	—	—	376.065	(1.062.962)	Benefícios	11.362	1.047.579	745.573	
Receita operacional	13.711	—	33.183.785	25.656.585	F.G.T.S.	—	93.708	86.925	
Despesas de seguros	—	—	(20.090.733)	(17.819.259)	Impostos, taxas e contribuições	44.683	40.786	2.837.482	1.379.666
Insumos adquiridos de terceiros	(7.840)	(21.880)	(5.765.026)	(3.422.528)	Federais	44.683	40.786	2.712.416	1.270.980
Material, energia e outros	(4.705)	(3.146)	(3.847.380)	(1.662.483)	Estaduais	—	—	2.810	2.788
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	—	—	(284.188)	(302.402)	Municipais	—	—	122.256	105.898
Serviços de terceiros e comissões	(4.398)	(12.904)	(1.642.818)	(1.578.921)	Remuneração de capitais de terceiros	9.829	8.920	60.205	57.136
(Perda)/recuperação de valores ativos	1.263	(5.830)	9.360	121.278	Juros	9.829	8.920	61.014	56.164
Valor adicionado bruto	5.871	(21.880)	7.328.026	4.414.798	Aluguéis	—	—	(809)	972
Depreciação e amortização	(40.248)	(12.622)	(381.917)	(284.251)	Remuneração de capitais próprios	2.266.149	1.139.971	2.314.857	1.157.414
Valor adicionado líquido produzido	(34.377)	(34.502)	6.946.109	4.130.547	Juros sobre capital próprio	564.865	453.575	564.865	453.575
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	2.374.253	1.243.470	791.867	516.739	Dividendos	—	—	—	—
Resultado financeiro	42.395	53.044	799.874	542.949	Lucros retidos do exercício	1.701.284	686.396	1.701.284	686.396
Resultado de equivalência patrimonial	2.331.858	1.190.426	(8.007)	(26.210)	Participação dos não controladores nos lucros retidos	—	—	48.708	17.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro", "Grupo Porto" ou "Companhia"), que podem explorar atividades de: (i) seguros em todos os ramos; (ii) instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e (iii) atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, entidade controlada em conjunto e coligada:

	Classificação	Consolidação	Participação (%)		
			Direta	Indireta	Indireta
Porto Uruguay	Controlada	Integral	100,00	—	100,00
Porto Seguro Investimento	Controlada	Integral	100,00	—	99,99
Porto Seguro Gestora de Recursos	Controlada	Integral	100,00	—	—
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	—	99,99
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Renova	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Porto Atendimento	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Porto Conecta	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Mobitech	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	—	13,50	13,50
Oncoclínicas	Coligada	Equiv. Patrimonial	—	40,00	—
Vertical Seguros					
Porto Cia	Controlada	Integral	99,99	—	99,99
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	—	100,00	99,97
Azul Seguros	Controlada	Integral	—	100,00	67,86
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Porto Capitalização	Controlada	Integral	—	100,00	—
Franco	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Vertical Saúde					
Porto Saúde Participações	Controlada	Integral	99,99	—	99,99
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	—	100,00	99,87
Porto Saúde	Controlada	Integral	—	100,00	—
Portomed	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Serviços Médicos	Controlada	Integral	—	100,00	—
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Vertical Financeira					
Porto Bank	Controlada	Integral	99,99	—	99,99
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	—	100,00	99,99
Portoseg	Controlada	Integral	—	100,00	—
Porto Consórcio	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Portopar	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	—	50,00	50,00
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Crediporto	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Olho Mágico	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Nido	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
Vertical Serviços					
Porto Serviço	Controlada	Integral	99,99	—	—
Unigás	Controlada	Integral	—	100,00	—
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	—	81,60	81,17
Porto Assistência	Controlada	Integral	—	100,00	—
CDf	Controlada	Integral	—	100,00	100,00
CDf Ltda	Controlada	Integral	—	100,00	100,00

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

- Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
- Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Asset Management"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.

- Porto Seguro Gestora de Recursos Ltda. ("Porto Seguro Gestora de Recursos"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.

- Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.

- Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

- Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.

- Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta – CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco B – 11º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

RESOLUÇÃO CVM 193/2023

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo "International Sustainability Standards Board" - ISSB. A nova norma é a primeira entrega do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM para 2023-2024, que conta com metas, objetivos e prazos de cumprimento baseados nas diretrizes constantes na Política de Finanças Sustentáveis. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

Esta norma trouxe mudanças significativas para a contabilização de contratos de seguro e resseguro. Como resultado, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. As novas políticas relacionadas a esta norma estão destacadas a seguir:

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos detidos pela Companhia sob os quais transfere risco de seguro significativo relacionado com os contratos de seguro subjacentes são classificados como contratos de resseguro. Os contratos de seguro e resseguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos e os contratos de resseguro podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro e resseguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário. Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro ou resseguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestações dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bem ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

CONTRATO DE SEGURO

Porto Cia		BBA	
Seguro automóveis		Demais ramos	
Seguro de pessoas e previdência			
Demais ramos			

Porto Vida e Previdência

BBA		VFA	
Tradicional e Riscos		Previdência - PG/VG	

Azul Seguros

PAA		Itaú Auto e Residência	
Seguro automóveis		Seguro automóveis	
Demais ramos		Demais ramos	

Porto Saúde

PAA		Portomed	
Saúde		PAA	
		Saúde	

Porto Seguro Uruguai

PAA	
Demais ramos	

CONTRATO DE RESSEGURO

Para os grupos de contratos de resseguros, a Companhia reconhece o grupo/portfólio, onde na cobertura proporcional se os contratos de resseguros mantidos fornecem cobertura proporcional no início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro mantidos ou no reconhecimento inicial de qualquer contrato subjacente, o que ocorrer depois ou na cobertura não proporcional e a partir do início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguros mantidos. No entanto, se o grupo de contratos de resseguro reconhecer um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes em uma data anterior e o contrato de resseguro relacionado tiver sido celebrado antes dessa data anterior, o grupo de contratos de resseguro será reconhecido nessa data anterior, sendo aplicável aos contratos de resseguro de excesso de perda e "stop loss".

Destacamos os segmentos de reporte de resseguros por empresa onde:

Porto Cia	Itaú Auto e Residência	Porto Vida e Previdência
PAA	PAA	PAA
Demais ramos	Seguro automóveis	Previdência - PG/VG

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluíram renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a contratos não vida, determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

Para o segmento de resseguro, a Companhia avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período em que o grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem um direito substantivo de receber serviços do ressegurador, tendo a capacidade prática de reavaliar os riscos, preços e benefícios, que recebe e possui o direito de rescindir a cobertura. O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivos do grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos e as carteiras de contratos de resseguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("Other Comprehensive Income" - OCI), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

A Companhia apresenta em seus contratos de resseguro as despesas e receitas separadas das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro, exceto receitas ou despesas financeiras de seguros, são apresentadas pelo valor líquido como despesas líquidas de contratos de resseguro no resultado de serviços de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

COMPONENTES DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS

A Companhia reconhece uma perda no reconhecimento inicial de um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes ou quando outros contratos de seguro subjacentes onerosos são adicionados a um grupo. A Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para o passivo de cobertura remanescente de um grupo de contratos de resseguro detidos que retratam a expectativa de recuperação das perdas.

Um componente de recuperação de perdas é subsequentemente reduzido a zero de acordo com as reduções no grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, a fim de refletir que o componente de recuperação de perdas não deve exceder a parte do valor contábil do componente de perda do grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes que a entidade espera recuperar do grupo de contratos de resseguro detidos.

(i) CONTRATOS DE SEGURO - MODELO GERAL (BUILDING BLOCK APPROACH - BBA)

A Companhia segue as determinações, realizando no reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguros a mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que incluem estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor no tempo e os riscos financeiros associados e um ajuste de risco para risco não financeiro, que representa a compensação exigida pela incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro. A margem de serviço contratual (MSC) representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços sob esses contratos, estabelecido pelo total de: (a) fluxos de caixa de cumprimento; (b) quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e (c) valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo. Se o contrato não for oneroso, a MSC é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, logo o grupo é oneroso, então a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Desse modo, a Companhia estabelece um componente de perda para representar o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguros.

CONTRATOS DE SEGURO - MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia tem uma quantia estruturada de grupos de contratos de seguros em cada data de reporte, essa quantia é a soma do passivo para cobertura remanescente ("Liability for Remaining Coverage" - LRC) e o passivo por sinistros incorridos ("Liability for Incurred Claims" - LIC). É adicionado ao LRC os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. O Passivo por Sinistro Incorrido inclui os fluxos de caixa de cumprimento de sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não reportados. A Companhia segue a norma relacionada à atualização dos fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro, mensurados na data do balanço usando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais de ajuste de risco para risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como segue:

Alterações relacionadas a serviços futuros	Ajustado contra a MSC (ou reconhecido no serviço de seguro resultando em lucro ou prejuízo se o grupo for oneroso)
Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados	Reconhecido no resultado de serviços de seguros em lucro ou prejuízo
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas mudanças nos fluxos de caixa futuros estimados	Reconhecido como receitas ou despesas financeiras de seguros

RECEITA DE SEGUROS - CONTRATOS NÃO MENSURADOS NO PAA

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que cumpre suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços em grupos de contratos de seguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações da responsabilidade por coberturas remanescentes relacionadas aos serviços pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens: (i) uma liberação da MSC, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas; (ii) alterações no ajuste do risco não financeiro relativo aos serviços correntes; e (iii) sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos montantes previstos no início do ano. Isso inclui valores decorrentes da baixa de quaisquer ativos para fluxos de caixa que não sejam fluxos de caixa de aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos que são reconhecidos como receita de seguros e despesas de serviços de seguros nessa data.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia realiza o ajuste do valor contábil da MSC, em novos contratos que sejam adicionados ao grupo durante o ano, juros acumulados sobre o valor contábil da MSC durante o ano, mensurados pelas taxas de desconto sobre os fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes, determinados no reconhecimento inicial. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros, exceto na medida em que ocorram aumentos nos fluxos de caixa de cumprimento excedem o valor contábil da MSC, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no lucro ou prejuízo e cria um componente de perda ou reduções nos fluxos de caixa de cumprimentos são alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado. O efeito de quaisquer diferenças cambiais na MSC e o valor reconhecido como receita de seguros em razão dos serviços prestados no exercício.

A Companhia considera mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros.

(ii) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para a maior parte de seus contratos de seguro e resseguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos. Para os contratos com cobertura superior a um ano, a Companhia modelou possíveis cenários futuros e razoavelmente espera que a mensuração do LRC para o grupo que contém esses contratos sob o PAA não difere materialmente da mensuração que seria produzida aplicando o modelo geral BBA. A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence. Com exceção da linha de produtos de seguros patrimoniais, para os quais a Companhia opta por contabilizar os fluxos de caixa de aquisição de seguros à medida que ocorrem, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para alocar Fluxos de caixa de aquisição de seguros que são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos de seguro a esse grupo; e a grupos que incluem contratos de seguro que se espera que surjam das renovações dos contratos de seguro desse grupo.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece receita de seguro do período é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

CONTRATOS DE RESSEGUROS MANTIDOS

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, a Companhia aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro sem características de participação direta, com as seguintes modificações, considerando como valor contábil de um grupo de contratos de resseguro, a soma do ativo para LRC e do ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura LRC e os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços serão recebidos de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. A Companhia mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros usando premissas consistentes com aquelas usadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, com um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte do ressegurador. O efeito do risco de descumprimento da resseguradora é avaliado em cada data de relato e o efeito das alterações do risco de descumprimento é reconhecido em resultados. O ajuste de risco para risco não financeiro é o valor do risco que está sendo transferido pelo grupo para o ressegurador. A Companhia, reconhece no momento inicial, a MSC de um grupo de contratos de resseguro como um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro. Mensurando a MSC, como o valor igual e oposto do total dos fluxos de caixa de cumprimento; qualquer valor decorrente da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo; qualquer valor de caixa fluxos que surjam nessa data e qualquer receita reconhecida nos lucros ou prejuízos devido a contratos onerosos subjacentes reconhecidos nessa data.

continua—★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

RESSEGURO DE CONTRATOS DE SEGURO SUBJACENTES ONEROSOS

A Companhia ajusta a MSC do grupo ao qual pertence um contrato de resseguro e como resultado reconhece receita quando reconhece uma perda no reconhecimento inicial de contratos onerosos, se o contrato de resseguro for celebrado antes ou ao mesmo tempo que o contrato subjacente onerosos contratos forem reconhecidos. O ajuste da MSC é determinado pela multiplicação: (i) do montante da perda relativa aos contratos subjacentes; e (ii) pela percentagem de sinistros sobre os contratos subjacentes que o grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

A Companhia trata os contratos de resseguro adquiridos em transferência de contratos ou combinação de negócios envolvendo contratos onerosos subjacentes, a MSC é determinada pela multiplicação do valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes na data de aquisição e da percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo espera na data de aquisição para recuperar dos contratos de resseguro.

Se o contrato de resseguro abranger apenas alguns dos contratos de seguro incluídos em um grupo de contratos onerosos, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para determinar a parcela das perdas reconhecidas no grupo de contratos onerosos que se refere aos contratos subjacentes cobertos pelo resseguro contrato. Um componente de recuperação de perdas é criado ou ajustado para o grupo de contratos de resseguro para retratar o ajuste da MSC, que determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de recuperações de perdas dos contratos de resseguro e são excluídos da alocação de prêmios de resseguro pagos.

(iii) CONTRATOS DE SEGURO - COM CARACTERÍSTICA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA (VFA)

São considerados contratos de seguro com característica de participação direta aqueles onde são obrigação da Companhia com os segurados: pagar ao tomador do seguro um montante igual ao valor justo dos ativos subjacentes e uma taxa variável em troca de serviços futuros prestados pelos contratos, sendo o valor da participação do grupo no valor justo dos itens subjacentes menos os fluxos de caixa de cumprimento que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes. É fornecido serviços de investimento sob esses contratos, prometendo um retorno de investimento com base em itens subjacentes, além da cobertura de seguros.

A Companhia ajusta o cumprimento dos fluxos de caixa para a totalidade das mudanças na obrigação de pagar aos segurados um valor igual ao valor justo dos itens subjacentes. Essas alterações não se referem a serviços futuros e são reconhecidas no resultado. A Companhia então ajusta qualquer MSC para mudanças no valor da participação, do grupo de contratos, no valor justo dos itens subjacentes, que se relacionam com serviços futuros.

DESPESAS E RECEITAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia reconhece o valor da MSC de um grupo de contratos de seguro como receita de seguro, determinando a identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a MSC remanescente no final do ano (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no exercício e com expectativa de prestação em exercícios futuros e reconhecendo no resultado o valor da MSC alocado às unidades de cobertura prestadas no exercício. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de reporte. O período de cobertura esperado reflete as expectativas de cancelamentos de contratos, bem como a probabilidade de ocorrência de eventos segurados na medida em que a cobertura de serviço de seguro futuro for prestada.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

DESPESAS LÍQUIDAS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos relativos aos serviços recebidos em cada período representa o total das variações do ativo para LRC referente aos serviços pelos quais o grupo espera pagar contraprestação. Para os contratos mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos em cada período é o valor dos pagamentos de prêmios esperados pelos serviços de recebimento no período.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras, a menos que tais alterações para grupos de contratos de participação direta sejam alocadas a uma perda componente e incluído nas despesas de serviços de seguros. Para contratos de risco de vida e previdência, a Companhia optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre lucros ou perdas e OCI. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

Para transferir ou baixar no OCI do resultado financeiro, a Companhia desclassifica um grupo de contratos de seguro, como resultado de uma transferência para um terceiro ou de uma modificação do contrato, já para quaisquer valores remanescentes de OCI acumulados para o contrato são reclassificados para o resultado como um ajuste de reclassificação.

(g) TRANSIÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia apresenta suas divulgações financeiras, aplicando as seguintes abordagens para identificar e mensurar determinados grupos de contratos nos segmentos de risco de vida, previdência e participação direta na transição para a IFRS 17.

	Segmento	Abordagem
Porto Cia	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem
	Seguro de pessoas e previdência	Restropectiva Integral
Azul Seguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem
		Restropectiva Integral
Itaú Seguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem
		Restropectiva Integral
Porto Saúde		Abordagem
	Saúde	Restropectiva Integral
Portomed		Abordagem
	Saúde	Restropectiva Integral
Porto Vida e Previdência	Seguro de pessoas e previdência	Abordagem de Valor Justo
Porto Uruguai		Abordagem
	Demais ramos	Restropectiva Modificada
Resseguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem
		Restropectiva Modificada

Além disso, a Companhia aplicou a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo para identificar e mensurar determinados ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros no segmento de risco de vida. A Companhia aplicou a abordagem retrospectiva completa a todos os contratos e ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros no segmento não vida.

• CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO - ABORDAGEM RETROSPECTIVA MODIFICADA

A Companhia alcançou o objetivo da abordagem retrospectiva modificada com o propósito de ter o resultado mais próximo possível da abordagem retrospectiva usando informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço indevidos.

• CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO - ABORDAGEM DE VALOR JUSTO

De acordo com a abordagem do valor justo, em 1º de janeiro de 2022 foi determinado como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento nessa data. Para todos os contratos mensurados pela abordagem do valor justo, o grupo usou informações razoáveis e suportáveis disponíveis em 1º de janeiro de 2022 para determinar: como identificar grupos de contratos; se um contrato atende à definição de contrato de participação direta; e como identificar fluxos de caixa discricionários para contratos sem recursos de participação direta.

Assim como para grupos de contratos de resseguro, que cobrem contratos subjacentes onerosos, a Companhia estabeleceu um componente de recuperação de perdas em 1º de janeiro de 2022. O grupo determinou o componente de recuperação de perdas multiplicando: o valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes em 1º de janeiro de 2022; e a percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo esperava recuperar os contratos de resseguro.

• FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS - ABORDAGEM RETROSPECTIVA MODIFICADA

De acordo com a abordagem retrospectiva modificada, a Companhia identificou quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros surgidos antes de 1º de janeiro de 2022 que não se relacionavam a contratos que deixaram de existir antes dessa data. Esses fluxos de caixa são alocados, usando os mesmos métodos sistemáticos e racionais descritos em (iii), para: grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 (que ajustou a MSC desses grupos); e grupos de contratos com expectativa de reconhecimento após 1º de janeiro de 2022 (que foram reconhecidos como ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros).

• FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS - ABORDAGEM DE VALOR JUSTO

A Companhia mensura os ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros sob a abordagem de valor justo em um valor igual aos fluxos de caixa de aquisição de seguros que ocorreria em 1º de janeiro de 2022 pelos direitos de obter; recuperações de fluxos de caixa de aquisição de seguros de prêmios de contratos emitidos antes 1º de janeiro de 2022, mas ainda não reconhecidos nessa data, e renovações de tais contratos; renovações de contratos reconhecidas em 1º de janeiro de 2022; e outros contratos futuros após 1º de janeiro de 2022 sem pagar novamente os fluxos de caixa de aquisição de seguros que já tenha pago.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros e resseguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LRC e LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro para amortização das receitas ou MSC e do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

Curva	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Pré-fixada	10,32%	10,44%	11,14%	11,40%	11,40%
IGPM	5,99%	5,32%	6,00%	6,14%	6,14%
IPCA	6,12%	5,49%	5,62%	5,67%	5,67%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70º percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.1 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPÉRSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.2.5 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salivados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas. As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização.

3.2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

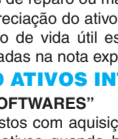
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

3.2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

F) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - VFA
Margem de Serviço Contratual (nota nº 23 g)
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA
Saldo inicial dos passivos de seguro
Alterações relacionadas aos serviços atuais
Resultado Financeiro

H) RENTABILIDADE DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA E VFA
Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa
Prêmios emitidos líquidos
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar
Ajuste de risco para risco não financeiro
Onerosidade em 31 de dezembro de 2023

Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA
Saldo inicial dos ativos de resseguro
Saldo inicial dos passivos de resseguro
Alocação de prêmios de resseguros
Valores recuperáveis da resseguradora

G) REALIZAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL
Realização da Margem de Serviço Contratual
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2023
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2023
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2022
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2022

Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA (cont.)
Saldo inicial dos ativos de resseguro
Saldo inicial dos passivos de resseguro
Alocação de prêmios de resseguros
Valores recuperáveis da resseguradora

J) COMPORTEAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS
Até a data-base
Dois anos mais tarde
Três anos mais tarde
Quatro anos mais tarde
Cinco anos mais tarde
Seis anos mais tarde
Sete anos mais tarde
Oito anos mais tarde
Nove anos mais tarde
Dez anos mais tarde
Estimativa Corrente

24.2 EMPRÉSTIMOS
Empréstimos
Empresa
Vencimento
Encargos
Dezembro de 2023
Dezembro de 2022
Dezembro de 2023
Dezembro de 2022

24. PASSIVOS FINANCEIROS
Controladora
Consolidado
Dezembro de 2022
Dezembro de 2023
Dezembro de 2022
Dezembro de 2023

24.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO
Operações com cartão de crédito
Recursos de aceites e emissão de títulos
Captação de recursos - Depósitos
Passivos de capitalização

24.1 DEBÊNTURES
Controladora
Consolidado
De- zembro de 2023
De- zembro de 2022
De- zembro de 2023
De- zembro de 2022
Valor contra- tado
Contra- tação
Venci- mento
Encargos

24.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (cont.)
Saldo em 31 de dezembro de 2021
Aquisição CDF
Aquisição/constituição
Atualização
Liquidação/reversão





CIRQUE DU SOLEIL
CRYSTAL™

No dia a dia
ou em um grande
espetáculo, todo
cuidado é Porto.

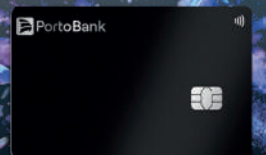


Foto: Matt Baker Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil

Baixe o App e fale
com seu Corretor.

O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!

*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	CAROLINA HELENA URBANO ZWARG Diretora de Gente e Cultura	CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM Diretora de Produto - Seguros de Pessoas	PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON Diretor
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JAIME SOARES BATISTA Diretor de Produto - Automóvel	TIAGO VIOLIN Diretor
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	SAMI FOGUEL Diretor Vice-Presidente	EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares	DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor	LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das

demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações

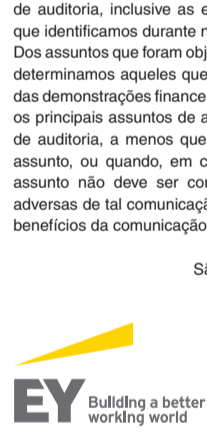
financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** São Paulo - SP

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

—★ continuação

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	1.256.562	1.161.384
(+/-) Ajustes contábeis	(72.711)	(102.489)
Participações societárias.....	(82)	(167)
Despesas antecipadas.....	(5.404)	(5.181)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR.....	-	(36.487)
Ativos intangíveis.....	(67.225)	(60.654)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(3.110)	(6.360)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	(3.110)	(6.360)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(113.461)	(210.245)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(56.807)	(95.143)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-).....	(56.654)	(115.102)
PLA de nível 1	1.067.280	842.290
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	255.828	88.723
PLA de nível 2	255.828	88.723
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	56.807	95.143
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+).....	56.654	115.102
PLA de nível 3	113.461	210.245
Excesso de Nível 3 (-).....	-	(64.219)
Excesso de níveis 3	-	(64.219)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.436.569	1.077.039
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	1.058.057	973.507
Capital de risco de subscrição.....	990.077	913.404
Capital de risco de mercado.....	54.411	57.395
Capital de risco de crédito.....	36.087	28.947
Capital de risco operacional.....	34.259	29.091
Benefício da correlação entre riscos.....	(56.777)	(55.330)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	1.058.057	973.507
Suficiência de capital	378.512	103.532

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....	17.218	143.024
	17.218	143.024

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros.....	189	-	189	169	-	169
	189	-	189	169	-	169
Fundos exclusivos						
LNTNs.....	395.175	-	395.175	-	-	-
LFTs.....	201.302	-	201.302	282.570	-	282.570
Letras financeiras - privadas ..	-	51.430	51.430	-	11.381	11.381
Cotas de fundos.....	42.522	-	42.522	36.900	-	36.900
Ações de companhias abertas						
.....	16.536	-	16.536	20.179	-	20.179
NTNs - B.....	856	-	856	-	-	-
Outros.....	-	68.627	68.627	-	5.966	5.966
	656.391	120.057	776.448	339.649	17.347	356.996
	656.580	120.057	776.637	339.818	17.347	357.165
Circulante.....	-	-	776.393	-	-	356.996
Não circulante.....	-	-	244	-	-	169
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			38%			21%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (I)		
NTNs - B.....	973.406	910.227
LNTNs.....	-	187.655
	973.406	1.097.882
Circulante.....	-	187.655
Não circulante.....	973.406	910.227
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	48%	66%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.010.467 (R\$ 1.169.712 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B.....	291.508	200.837
LNTNs.....	-	11.702
	291.508	212.539
Circulante.....	-	11.702
Não circulante.....	291.508	200.837
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	14%	13%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 286.325 (R\$ 201.940 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	1.810.610	1.428.905
Aplicações.....	1.599.137	1.964.812
Resgates.....	(1.597.412)	(1.704.093)
Rendimentos.....	211.666	108.119
Ajuste a valor de mercado.....	34.768	12.867
Saldo final	2.058.769	1.810.610

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da

Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*).....	4.211.992	3.831.834
Passivo circulante.....	3.365.234	3.113.637
Índice de liquidez corrente	1,25	1,23

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA.....	4,09	3,97
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,14	0,07
LNTNs.....	11,05	-
Carteira própria		
NTNs B - IPCA.....	3,99	3,98
LNTNs.....	-	11,98

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Automóveis.....	1.207.978	(1.532)	1.206.446	1.123.941
Resp. Civil facultativa - RCF.....	403.721	(380)	403.341	373.613
Assistência e outras coberturas				
- Auto.....	210.910	(7)	210.903	167.511
	1.822.609	(1.919)	1.820.690	1.665.065
				(3.804)
				1.661.261

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer.....	1.641.527	1.507.604
Vencidos de 1 a 30 dias.....	155.096	132.944
Vencidos de 31 a 60 dias.....	23.087	21.993
Vencidos de 61 a 120 dias.....	1.349	1.790
Acima de 120 dias.....	1.550	734
	1.822.609	1.665.065
Redução ao valor recuperável.....	(1.919)	(3.804)
	1.820.690	1.661.261

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	1.661.261	1.295.870
Prêmios emitidos.....	5.250.435	4.835.758
IOF.....	369.612	340.158
Adicional de fracionamento.....	35.752	36.466
Prêmios cancelados.....	(271.417)	(258.667)
Recebimentos.....	(5.226.838)	(4.590.718)
Provisão para riscos de créditos.....	1.885	2.394
Saldo final	1.820.690	1.661.261

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	(3.804)	(6.198)
Provisões constituídas.....	(45.933)	(54.635)
Reversões e baixas.....	47.818	57.029
Saldo final	(1.919)	(3.804)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	1 a 5	41%	44%
Automóvel.....	6 a 11	45%	44%
	12	14%	12%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i).....	86.041	157.077
Imposto de renda.....	538	478
Outros.....	89	5
	86.668	157.560
Circulante.....	627	483
Não circulante.....	86.041	157.077

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Consti-tuição	Rever-são	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	36.487	-	(36.487)	-
	36.487	-	(36.487)	-
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.....	25.447	2.304	-	27.751
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	55.727	-	(33.174)	22.553
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados.....	12.767	119	-	12.886
Provisões não dedutíveis.....	8.081	-	(1.801)	6.280
Provisão de participação de lucros.....	7.899	-	(1.831)	6.068
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS.....	6.386	(1.230)	-	5.156
Provisão fiscal - outras.....	3.478	287	-	3.765
Provisão para processos judiciais.....	805	777	-	1.582
	157.077	2.257	(73.293)	86.041

—★ continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 – 16º ao 20º andares – Centro – CEP: 20040-070 – Rio de Janeiro – RJ



★ continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	CELSON DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) – Seguros	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	GILMAR PIRES RODRIGUES Diretor de Produto - Automóvel	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Azul Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.10 e 19, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 3.136.723 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequação registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações


financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia de Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais São Paulo - SP
CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião


Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos

indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor PresidenteCELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria
e InvestimentosLUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes
e DadosPATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - SegurosADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e RiscosCAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e CulturaFABIO OHARA MORITA
Diretor TécnicoJAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - AutomóvelJARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - ResidênciaRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8 e 16, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 252.834 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações

financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

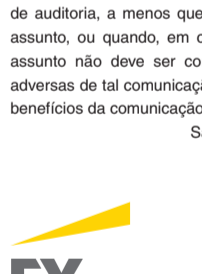
ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP034519/O

Diana Yukié Naki dos Santos

Contadora - CRC-SP300514/O



PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação

econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuária - MIBA 947



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

—★ continuação

Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	348.451	313.676
(+/-) Ajustes contábeis	(107.960)	(110.934)
Despesas antecipadas	(2)	(7)
Créditos tributários que excederam 15% do CMR	(101.139)	(107.394)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(6.819)	(3.533)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	5
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	33.465	4.128
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (-)	(33.465)	(4.123)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(5.079)	(17.638)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(5.079)	(5.256)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	-	(12.382)
PLA de nível 1	235.412	185.109
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	-	233
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	97.482	118.798
PLA de nível 2	97.482	119.031
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	5.079	5.255
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	-	12.382
PLA de nível 3	5.079	17.637
Excesso de Nível 2 (-)	-	(44.469)
Excesso de níveis 2 e 3	-	(44.469)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	337.973	277.308
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	207.764	184.399
Capital de risco de subscrição	147.637	158.336
Capital de risco de mercado	104.704	51.071
Capital de risco de crédito	4.095	3.882
Capital de risco operacional	4.480	4.259
Benefício da correlação entre riscos	(53.152)	(33.149)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	207.764	184.399
Suficiência de capital	130.209	92.909

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	220.321	500.929
Total	220.321	500.929

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (I)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	22.771	-	22.771	23.051	-	23.051
Fundos exclusivos						
NTNs - B	1.246.089	-	1.246.089	538.779	-	538.779
Debêntures	-	650.239	650.239	447.248	-	447.248
LFTs	621.588	-	621.588	1.368.184	-	1.368.184
Cotas de fundos de investimento	543.160	-	543.160	532.721	-	532.721
Letras	-	-	-	-	-	-
Financeiras - privadas	-	535.599	535.599	462.276	-	462.276
LTNs	430.973	-	430.973	-	-	-
Ações de companhias abertas	139.885	-	139.885	132.818	-	132.818
CDBs	-	83.677	83.677	89.878	-	89.878
Nota Comercial	-	18.491	18.491	-	3.066	3.066
NTNs - C	-	-	-	29.459	-	29.459
DPGE	-	-	-	14.232	-	14.232
Total - circulante	2.981.695	1.288.006	4.269.701	2.601.961	1.016.700	3.618.661
Total - não circulante	3.004.466	1.288.006	4.292.472	2.625.012	1.016.700	3.641.712

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria..... 76% 73%

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Carteira própria		
NTN - B	197.744	-
NTN - C	-	181.289
Total - não circulante	197.744	181.289

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria..... 4% 3%

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (II)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTN - B	562.743	334.796
NTN - C	558.697	850.062
Total - não circulante	1.121.440	1.184.858

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria..... 20% 24%

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.180.971 (R\$ 1.191.087 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	5.508.788	5.423.040
Aplicações	1.154.275	940.506
Resgates	(1.434.285)	(1.352.962)
Rendimentos	582.869	507.007
Ajuste a valor de mercado	20.330	(8.803)
Saldo final	5.831.977	5.508.788

(*) A movimentação das aplicações financeiras incluí os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (i)		11,62	13,62
Fundos exclusivos			
NTNs C - IGPM		6,27	6,26
NTNs B - IPCA		5,74	5,77
LFTs (SELIC + Agio/Deságio)		0,13	0,05

(i) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (I)	106.218	112.649
Outros	139	1.642
	106.357	114.291
Circulante	139	1.642
Não circulante	106.218	112.649

9.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	107.394	10.707	(16.962)	101.139
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.837	2.760	(2.531)	4.066
Provisão de participação nos lucros	288	706	(556)	438
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	222	137	(228)	131
Provisão para riscos sobre créditos	66	137	(199)	4
Outras provisões	842	86	(488)	440
	112.649	14.533	(20.964)	106.218

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

	Valor
2024	20.854
2025	16.090
2026	16.048
2027	16.017
Após 2028	37.209
Total - Ativo	106.218

9.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores	24.413	-	-	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	612	18.989	(10.856)	8.745
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.051	-	(3.051)	-
IR e CS outros	18	-	-	18
	28.094	18.989	(13.907)	33.176

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	53.468	(89.876)
(-) Participações sobre o lucro	(1.038)	(658)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	52.430	(90.534)
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(20.972)	36.214
Baixa para perda - diferido	(323)	-
Doações incentivos	248	-
Demais despesas e ajustes do ano corrente	515	107
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	440	107
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(20.532)	36.321
Taxa efetiva (D/A)	39,2%	40,1%

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões seguros	5.447	3.229
Comissões previdência	2.409	1.436
	7.856	4.665
Circulante	6.270	3.294
Não circulante	1.586	1.371

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 68 meses para os produtos de sobrevivência e 25 meses para os produtos de riscos.

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Constituição	Amortização	Dezembro de 2023
Comissões seguros	3.229	3.004	(786)	5.447
Comissões previdência	1.436	1.451	(478)	2.409
	4.665	4.455	(1.264)	7.856

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (*)	7.784	7.337
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.962	4.583
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.555	1.477
Outros	-	10
	14.301	13.407

(*) Vide nota explicativa nº 15.1(a).

12. IMOBILIZADO

Em maio de 2023, o imobilizado foi integralmente transferido para a controladora Porto Cia, mediante a redução de capital, conforme detalhado na nota explicativa nº 16 (a). Em 31 de dezembro de 2022 as edificações e terrenos correspondiam a R\$ 10.737 e R\$ 1.645 respectivamente.

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bruto de resseguro	2.572.694	2.332.260
Líquido de resseguro	2.332.260	2.332.260
PMBC e PMBaC - seguros	2.239	1.330
Sinistros e benefícios a liquidar	2.239	1.330
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	633	1.354
Demais provisões	5.083	5.018
	2.580.649	2.339.962

Circulante 680.504 345.367

Não circulante 1.900.145 1.994.595

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	2.339.962	2.249.764
Constituições decorrentes de prêmios	303.742	296.283
Atualização monetária e juros	285.261	212.968
Aviso de sinistros	2.714	3.882
Reversão/Constituição de Provisão Complementar	(71)	15.720
Pagamento de sinistros	(5.235)	(5.209)
Diferimento pelo risco decorrido	(24.544)	(29.582)
Portabilidades líquidas	(50.322)	(120.441)
Resgates	(273.751)	(281.886)
Outras (constituição/reversão)	2.893	(1.537)
Saldo final	2.580.649	2.339.962

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	1.936	1.655
Novas constituições no período	584	1.059
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros	326	292
Baixa da provisão por êxito	(433)	(202)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	-	(868)
Saldo final	2.413	1.936
Quantidade de processos	8	5

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.944.186	1.805.487
PMBC e PMBaC - previdência	1.021.667	1.108.142
Provisão complementar de cobertura	43.789	60.831
Provisão de excedente financeiro	3.095	944
Provisão de despesas relacionadas	2.191	3.441
Demais provisões	6.464	6.200
	3.021.392	2.985.045
Circulante	625.749	467.854
Não circulante	2.395.643	2.517.191

14.1 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	2.985.045	2.921.003
Atualização monetária e juros	259.898	318.410
Constituições	142.033	148.195
Aviso de sinistros/benefícios	6.186	2.870
Constituição/reversão de provisão complementar	(17.043)	45.563
Diferimento pelo risco decorrido	(17.638)	(17.199)
Pagamento de benefícios	(44.047)	(42.935)
Portabilidades Líquidas	(84.186)	(171.552)
Resgates	(196.403)	(209.218)
Outras (constituição/reversão)	(12.453)	(10.092)
	3.021.392	2.985.045

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	5.602.041	5.325.007
(-) Operações com resseguradoras	652	800
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	652	800
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	5.601.389	5.324.207

Cotas de fundos de investimento	1.075.950	1.688.067
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.527.474	3.614.315
Títulos de renda fixa - públicos	197.745	181.289
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	5.801.169	5.483.671
Excedente (D - C)	199.780	159.464

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

15.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	11.385	10.582
Cíveis	324	553
Total	11.709	11.135

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP

CNPJ: 58.768.284/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos

indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuária - MIBA 947



O cuidado de quem é Porto e a exclusividade de quem é Premium.

Seguro Auto para carros de alto valor, com coberturas exclusivas.

- ✓ Concierge em caso de sinistro
- ✓ Assistência 24h
- ✓ Serviço de leva e traz para revisão de veículos 0km
- ✓ Rede de oficinas

Todo cuidado é Porto.

Baixe o App e fale com seu Corretor.

Informações reduzidas. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. CNPJ: 61198.164/0001-60. Processo SUSEP: 15/14.612738/2020-81. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. (11) 3366-3110 (Grande São Paulo) | 3004-6268 (Capitais e grandes centros) | 0800-727-8118 (Demais localidades) | 0800-727-2765 (SAC - cancelamento, reclamações e informações) | 0800-727-8736 (Atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | 0800-727-1184 (Ouvidoria - das 8h15 às 18h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados).



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★continuação

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFSR 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
 - Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
 - Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
- Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.4 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-70	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%
15414.628604/2023-25	PU	6,37%
15414.628614/2023-61	PU	9,92%
15414.628612/2023-71	PU	6,08%
15414.628605/2023-70	PU	7,90%
15414.628613/2023-16	PU	8,02%

3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.5). O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será a emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as provisões são baseadas em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes do critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2023, 99,7% (100,0% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

A carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário da caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

continua — ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

★ continuação

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	5.945	—	406.998	—
Fluxo de 0 a 30 dias.....	290.513	50.637	483.736	61.225
Fluxo de 31 a 180 dias.....	447	456.202	236	361.040
Fluxo de 181 a 360 dias.....	37.142	549.138	40.370	501.394
Fluxo acima de 360 dias.....	1.417.830	588.634	1.096.468	484.477
	1.751.877	1.644.611	2.027.808	1.408.136

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas às oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pré-fixados.....	91,8%	82,4%
Pós-fixados (Selic/CDI).....	7,7%	17,1%
Inflação (IPCA/IGPM).....	0,5%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados.....	+ 50 b.p. (159.579)	+
	+ 25 b.p. (83.753)	+
	+ 10 b.p. (34.453)	+
	- 10 b.p. 34.453	-
	- 25 b.p. 83.753	-
	- 50 b.p. 159.579	-

Juros pós-fixados.....	+ 50 b.p. (502)	+
	+ 25 b.p. (418)	+
	+ 10 b.p. (334)	+
	- 10 b.p. 334	-
	- 25 b.p. 418	-
	- 50 b.p. 502	-

Índice de preços.....	+ 50 b.p. (491)	+
	+ 25 b.p. (252)	+
	+ 10 b.p. (102)	+
	- 10 b.p. 102	-
	- 25 b.p. 252	-
	- 50 b.p. 491	-

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido.....	172.468	185.572
(+/-) Ajustes contábeis.....	(41.313)	(50.781)
Despesas antecipadas.....	—	(36)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR.....	—	(17.949)
DAC não diretamente relacionados à PPNG.....	(41.313)	(32.796)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos.....	(2.260)	(34.437)
Valor de mercado — ativos mantidos até o vencimento.....	(2.260)	(34.437)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1.....	(9.623)	(7.048)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(9.623)	(7.048)
PLA de nível 1.....	119.272	93.306
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+).....	2.496	2.348
PLA de nível 2.....	2.496	2.348
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	9.623	7.048
PLA de nível 3.....	9.623	7.048
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	131.391	102.702
Capital base (I).....	10.800	10.800
Capital de risco (II).....	71.821	46.989
Capital de risco de subscrição.....	7.918	6.924
Capital de risco de mercado.....	61.163	38.288
Capital de risco de crédito.....	1.019	842
Capital de risco operacional.....	7.898	6.134
Benefício da correlação entre riscos.....	(6.177)	(5.199)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II).....	71.821	46.989
Suficiência de capital.....	59.570	55.713

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....	2.134	402.182
	2.134	402.182

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
LTNs.....	275.697	—	275.697	—
LFTs.....	131.548	—	131.548	260.163
Cotas de fundos.....	30	30	135	135
Debêntures.....	—	3.146	3.146	1.478
Letras financeiras - privadas.....	—	2.277	2.277	1.062
Nota comercial.....	—	—	—	9
CDBs.....	—	9	9	21
Total - circulante.....	407.275	5.432	412.707	260.298
Dezembro de 2023	407.275	5.432	412.707	260.298
Dezembro de 2022	260.298	2.570	262.868	262.868

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:..... 25% 25%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	368.677	340.249
LTNs.....	71.912	—
Total - não circulante.....	440.589	340.249
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	26%	32%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 463.634 (R\$ 402.068 em dezembro de 2022).

8.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	439.983	446.054
NTNs - B.....	8.143	8.170
LTN.....	380.609	2.463
Total.....	828.735	456.687
Circulante.....	—	2.463
Não circulante.....	828.735	454.224
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	49%	43%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 824.969 (R\$ 399.291 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	1.461.986	1.203.712
Aplicações.....	283.976	231.390
Resgates.....	(252.116)	(86.217)
Rendimentos.....	151.545	123.739
Ajuste a valor de mercado.....	38.774	(10.638)
Saldo final.....	1.684.165	1.461.986

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....		11,60	13,60

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	7,98	7,96
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,15	0,12
NTNs - B.....	5,13	5,42
Carteira própria	—	—
NTNs - F.....	6,99	6,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	32.796	22.872
Constituição.....	59.212	45.652
Apropriação para despesa.....	(50.695)	(35.728)
Saldo final.....	41.313	32.796
Circulante.....	33.901	27.241
Não circulante.....	7.412	5.555

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:			
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	24.727	4.012	(19.501)
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	265	172	(104)
Outras provisões.....	5	105	(58)
Total.....	24.997	4.289	(19.663)

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024.....	1.175
2025.....	5.041
2026.....	68
2027.....	1
2028.....	2
2029 a 2031.....	3.335
Após 2031.....	9.623
Total - Ativo.....	9.623

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes dos impostos e participações.....	57.327	59.928
(-) Participações nos resultados.....	(160)	(26)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A).....	57.167	59.902
Alíquota vigente.....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	(22.867)	(23.961)
Benefícios fiscais.....	633	471
Outros.....	(314)	(289)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	319	182
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	(22.548)	(23.779)
Taxa efetiva (D/A).....	39,4%	39,7%

11. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para administração - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2022.....	1.209.986	53.940	1.254	3.372	50.256	1.318.808
Constituição de provisão.....	1.141.086	—	3.436	3.035	—	1.147.557
Atualização monetária e juros.....	89.538	585	269	4	—	90.396
Pagamento de títulos sorteados.....	—	—	—	(1.326)	—	(1.326)
Pagamento de resgates.....	—	(1.001.479)	—	—	—	(1.001.479)
Títulos cancelados.....	(14.361)	—	—	—	—	(14.361)
Constituição de despesas administrativas.....	—	—	—	—	10.860	10.860
Baixa de despesas administrativas.....	—	—	—	—	(741)	(741)
Baixa de sorteio decorrido.....	—	—	(3.791)	—	—	(3.791)
Transferência PRA.....	(238.381)	238.345	—	—	—	(36)
Transferência PRV.....	(759.338)	759.338	—	—	—	—
Receita com penalidades.....	(16)	—	—			

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 8.333 (R\$ 6.602 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias
Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 17.925 (R\$ 56.037 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R\$ 20.000 em 31 de janeiro; (ii) R\$ 4.000 em 27 de fevereiro; (iii) R\$ 10.000 em 31 de março; (iv) R\$ 10.000 em 28 de abril; (v) R\$ 5.000 em 30 de maio e (vi) 7.000 em 30 de junho, totalizando R\$ 56.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Adicionalmente, a Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2023, no montante de R\$ 15.000, a distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício.....	34.619	36.123
(-) Reserva legal.....	(1.731)	(1.806)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	32.888	34.317
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	8.222	8.579
Dividendos mínimos obrigatórios.....	8.222	8.579
Dividendos intermediários.....	6.778	144
Total de dividendos.....	15.000	8.723
Total por ação (R\$).....	0,25070	0,14580

(d) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração. O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

No exercício de 2023 foram entregues 122 ações, referente à remuneração de 2022.

15. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Instrumento de garantia.....	1.210.078	976.473
Incentivo.....	6.551	8.409
	1.216.629	984.882

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas de comercialização.....	(59.270)	(45.671)
Variação das despesas diferidas.....	8.516	9.925
	(50.754)	(35.746)

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas com estrutura compartilhada (*).....	(11.848)	(8.608)
Serviços de terceiros.....	(4.638)	(4.331)
Pessoal.....	(797)	(345)
Localização e funcionamento.....	(351)	(288)
Publicidade e propaganda.....	(180)	(115)
Outras.....	(1.309)	(936)
	(19.123)	(14.623)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 19).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação.....	123.681	97.025
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	27.864	26.730
Outras.....	16	139
Total de receitas financeiras.....	151.561	123.894
Atualização das provisões técnicas de capitalização.....	(90.397)	(71.844)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	-	(16)
Outras.....	(1.845)	(1.549)
Total de despesas financeiras.....	(92.242)	(73.409)
Resultado financeiro.....	59.319	50.485

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia;
- (ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg e Porto Cia;
- (iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Investimentos;
- (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia.....	1.281	588
Portoseg.....	122	-
Porto Consórcio.....	19	-
	1.422	588

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Recostas				
Despesas				
Porto Cia.....	6.503	8.360	(13.115)	(9.485)
Porto Investimentos.....	-	-	(1.670)	(1.660)
Portoseg.....	-	-	(1.225)	(127)
Outras.....	49	49	(922)	(318)
	6.552	8.409	(16.932)	(11.590)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Presidente	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente	CELSO DAMADI Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	CAROLINA HELENA URBANO ZWARG Diretora de Gente e Cultura	FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico
PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON Diretor de Produto - Capitalização	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor	TIAGO VIOLIN Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Porto Seguro Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização, no montante de R\$ 1.545.871 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor presente esperado das despesas administrativas futuras, taxas de desconto, taxas de carregamento, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de

auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as

atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



Building a better working world

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP034519/O

Diana Yukie Naki dos Santos

Contadora - CRC-SP300514/O

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



—★ continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Porto Seguro Capitalização S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência

regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuária - MIBA 947



Imprevistos fazem parte do negócio. Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.



Saiba mais

Transportes

Empresa

Eventos

Respons. Civil

Agronegócio

Máquinas e Equipamentos

Auto Frota

Vida Empresarial

Condomínio



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Saúde Participações S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos nas entidades Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. e Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com a Porto Seguro Serviços Médicos Ltda., sendo incorporada à Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. A terceira e significativa reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

No encerramento do ano de 2023, a Porto Saúde Participações S.A. reportou um resultado consolidado positivo de R\$ 88.782 mil, com um lucro por ação de R\$ 0,082. É importante destacar que, devido à natureza recente das operações e às significativas reestruturaturas societárias realizadas, a comparação direta com o ano anterior não é pertinente, especialmente considerando que a principal operação, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., foi integrada à vertical no exercício de 2023.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

BALANÇO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		
Circulante		29	30	791.676	55	Circulante			545.466	5	
Caixa e equivalentes de caixa	8	29	30	25.456	30	Passivos do contrato de seguro	18	-	436.186	1	
Ativos financeiros						Impostos e contribuições a recolher	12.2	-	30.199	-	
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	-	-	665.755	14	Outros passivos	20	-	79.081	4	
Recebíveis de prestação de serviços				18.828	3	Não circulante			242.769	1	
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	-	-	13.023	3	Passivos do contrato de seguro	18	-	3.045	-	
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	545	-	Provisões judiciais	19	-	227.662	1	
Outros ativos	13	-	-	68.069	5	Outros passivos	20	-	12.062	-	
Não circulante		1.241.273	21	1.237.861	12	Patrimônio líquido	21	1.241.302	51	1.241.302	61
Realizável a longo prazo						Capital social		1.169.434	50	1.169.434	50
Ativos financeiros						Reservas de lucros		74.430	1	74.430	1
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	-	-	247.226	7	Outros resultados abrangentes		(2.562)	-	(2.562)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3.1	-	-	147.353	1	Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	10
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	17.581	-						
Depósitos judiciais	14	-	-	215.927	-	Total do passivo e patrimônio líquido		1.241.302	51	2.029.537	67
Outros ativos	13	-	-	27	-						
Investimentos											
Participações em controladas	15	1.241.273	21	-	-						
Imobilizado	16	-	-	530.463	-						
Intangível	17	-	-	79.284	4						
Total do ativo		1.241.302	51	2.029.537	67						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros acumulados	Lucros resultantes	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Companhia, conforme Estatuto Social		48	-	-	-	48	-	48
Reconhecimento de investimento - Porto Saúde Serviços de Saúde	21 a	1	-	-	-	1	-	1
Reconhecimento de investimento - Porto Saúde Operações de Saúde	21 a	1	-	-	-	1	-	1
Aumento de participações de não controladores em controladas		-	-	-	-	-	10	10
Lucro líquido do exercício		-	-	1	-	1	-	1
Reserva estatutária		-	1	(1)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		50	1	-	-	51	10	61
Aumento de capital - Porto Saúde Serviços de Saúde	21 a	74.414	-	-	-	74.414	-	74.414
Aumento de capital - Porto Saúde Operações de Saúde	21 a	1.094.970	-	-	-	1.094.970	-	1.094.970
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	21 d	-	10.673	-	-	10.673	-	10.673
Ações outorgadas - controladora/controladas	21 d	-	(32)	-	-	(32)	-	(32)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		-	-	-	(1.498)	(1.498)	-	(1.498)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	(1.064)	(1.064)	-	(1.064)
Redução de participações de não controladores em controladas		-	-	-	-	-	(10)	(10)
Lucro líquido do exercício		-	(7.621)	96.403	-	88.782	-	88.782
Reserva legal		-	4.820	(4.820)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	66.589	(66.589)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	21 c	-	-	(24.994)	-	(24.994)	-	(24.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.169.434	74.430	-	(2.562)	1.241.302	-	1.241.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		
Caixa líquido atividades operacionais		-	(1.113.717)	(20)		-	(18.126)	-	(15.742)	-
Caixa gerado nas operações		-	110.496	1		-	(215.927)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	88.782	1	88.782	1						
Depreciações - imobilizado	-	-	8.952	-						
Amortizações	-	-	4.429	-						
Equivalência patrimonial	(88.782)	(1)	-	-						
Provisões judiciais	-	-	8.333	-						
Variáveis nos ativos e passivos		-	(1.221.641)	(31)						
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado		-	(665.741)	(14)						
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado		-	(247.219)	(7)						
Recebíveis de prestação de serviços	-	-	(18.825)	(3)						
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(13.020)	(3)						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(147.352)	(1)						
Outros										
Outros resultados abrangentes		-	-	(2.562)	10					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(10)	10					
Caixa líquido atividades de investimento		(1.144.391)	(20)	(15.742)	-					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permaneceu baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e as transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.

Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal. Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas					
Receita de seguro	22	-	-	3.428.055	-
Receitas de prestação de serviços	23	-	-	122.958	6
Outras receitas operacionais		-	-	4.956	-
Equivalência patrimonial	15.1	88.782	1	-	-
Total das receitas		88.782	1	3.555.969	6
Despesas					
Despesas de seguro	22	-	-	(3.054.664)	-
Custos de aquisição - outros		-	-	(14.868)	-
Despesas administrativas	24	-	-	(302.449)	(4)
Despesas com tributos	25	-	-	(34.295)	-
Custos dos serviços prestados	26	-	-	(40.381)	(2)
Outras despesas operacionais	27	-	-	(39.473)	-
Total das despesas		-	-	(3.486.130)	(6)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		88.782	1	69.839	-
Receitas financeiras	28	-	-	91.117	1
Despesas financeiras	28	-	-	(24.299)	-
		-	-	66.818	1
Lucro operacional		88.782	1	136.657	1
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.782	1	136.657	1
Imposto de renda e contribuição social	12.4	-	-	(47.875)	-
Corrente		-	-	(195.227)	-
Diferido		-	-	147.352	-
Lucro líquido do exercício		88.782	1	88.782	1
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		88.782	1	88.782	1
Lucro por ação:					
- Básico	32	0,082	0,020	0,082	0,020
- Diluído	32	0,082	0,020	0,082	0,020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício		88.782	1	88.782	1
Outros resultados abrangentes		(2.562)	-	(2.562)	-
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:					
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro		(1.498)	-	(1.498)	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas		(1.064)	-	(1.064)	-
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		86.220	1	86.220	1
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		86.220	1	86.220	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Eliseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★continuação

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 2, Campos Eliseos, São Paulo/SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos nas entidades Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. e Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com a Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. sendo incorporada à Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. A terceira reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro – Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

	Classificação	Consolidação	Participação (%)	
			Direta	Indireta
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	100,00	-
Porto Saúde.....	Controlada	Integral	-	100,00
Portomed	Controlada	Integral	-	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	-	100,00
Porto Saúde Serviços.....	Controlada	Integral	100,00	-
Serviços Médicos	Controlada	Integral	-	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	-	100,00

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS.

2. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.

3. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.

4. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

5. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde.

6. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.

7. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta demonstração financeira representa a primeira divulgação efetuada pela Companhia em atendimento à Lei 11.638, de 2007. A exigência para esta apresentação teve início a partir do momento em que, durante o exercício de 2023, a organização atingiu o patamar de grande porte.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(A) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subseqüentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma trouxe mudanças significativas para a contabilização de contratos de seguro. Como resultado, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma estão divulgados a seguir, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. As novas políticas estão destacadas a seguir:

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(A) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48.

(B) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(C) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

Contrato de Seguro

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde

(D) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa. A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(E) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substanciais que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substancial de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(F) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda com o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

(I) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para os contratos de seguro pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQÜENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros forem pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do período é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Estas despesas excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

(G) TRANSIÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia apresenta suas divulgações financeiras, aplicando as seguintes abordagens para identificar e mensurar determinados grupos de contratos:

	Segmento	Abordagem
Porto Saúde.....	Saúde	Abordagem Retrospectiva Integral
Portomed.....	Saúde	Abordagem Retrospectiva Integral

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de iliquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente à liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa:

Curva	Taxa Anual				
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Prefixada	10,32%	10,44%	11,14%	11,40%	11,40%
IGPM	5,99%	5,32%	6,00%	6,14%	6,14%
IPCA	6,12%	5,49%	5,62%	5,67%	5,67%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70º percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizadas para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos. A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todas as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração do Grupo Porto determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:



Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

(I) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(II) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(III) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

(A) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Lança-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(B) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação realizada em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos qualquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela Administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(C) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de longo prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(A) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pelas companhias investidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(B) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades reguladas pela ANS é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais empresas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iii) da realização de tributos diferidos e (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados ao IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Companhia.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, 77,5% (77,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Risco soberano - Brasil	82,3%	85,9%
Instituições financeiras	7,6%	4,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,1%	0,8%
Outros.....	9,0%	8,8%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	68.255	—
Fluxo de 1 a 30 dias	576.437	195.900
Fluxo de 2 a 6 meses	33.229	221.768
Fluxo de 7 a 12 meses	32.118	14.120
Fluxo acima de 1 ano	247.226	7.434
Total	957.265	439.231

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPC/IGPM)	41,6%	41,3%
Prefixados.....	37,1%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	16,1%	24,3%
Ações.....	1,8%	2,0%
Outros.....	3,4%	3,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(12.510)
	+ 25 b.p.	(6.410)
	+ 10 b.p.	(2.602)
	- 10 b.p.	2.602
	- 25 b.p.	6.410
	- 50 b.p.	12.510
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(372)
	+ 25 b.p.	(191)
	+ 10 b.p.	(77)
	- 10 b.p.	77
	- 25 b.p.	191
	- 50 b.p.	372
Ações.....	± 34%	(2.874)
	± 17%	(1.437)
	± 9%	(718)
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	(1.361)
	± 25 b.p.	(1.134)
	± 10 b.p.	(907)

(*) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas, e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo, aplicáveis para as investidas Porto Saúde e Portomed:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido.....	1.177.605	1.008.731
Despesas diferidas.....	(483.667)	(296.481)
Intangível.....	(55.304)	(43.991)
Despesas antecipadas.....	(1.115)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado	637.519	666.365
Capital Regulatório.....	571.532	476.359
Suficiência de capital (*)	65.987	190.006

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise cuidadosa das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base nessa única linha de operação. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados ao único segmento de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....	29	30	25.456	30
	29	30	25.456	30

(*) Composto por operações comprometidas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Consolidado	Consolidado
Fundos exclusivos.....	356.968	10
LTNs.....	289.988	1
Debêntures.....	7.252	-
Letras financeiras - privadas.....	5.388	-
Cotas de fundos.....	4.363	-
Ações de companhias abertas.....	1.696	-
NTNs - B.....	88	3
CDBs.....	12	-
Total	665.755	14
Circulante.....	665.755	14

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Total		
Fundos exclusivos.....	647.044	18.711	665.755	14		
Total	647.044	18.711	665.755	14		
Circulante.....			665.755	14		

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Fundos exclusivos (*).....				
NTNs - B.....	247.226	5	-	2
LTNs.....	-	2	-	-
Total	247.226	7	247.226	7
Não circulante.....	247.226	7		

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 246.431 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2022).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	21	-
Aquisição Investidas.....	737.780	20
Aplicações.....	1.735.993	32
Resgates.....	(1.609.611)	(1)
Rendimentos líquidos.....	74.224	-
Saldo final	938.437	51
Circulante.....	691.211	44
Não circulante.....	247.226	7

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*).....	11,63	13,63	11,63	13,63
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI.....	-	-	134,30	131,75
LTNs.....	-	-	10,97	11,98
NTNs - B - IPCA.....	-	-	5,19	5,40
Debêntures (DI+).....	-	-	1,98	1,76
LFTs.....	-	-	0,14	0,06
LFS %CDI.....	-	-	127,44	127,44

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. RECEBÍVEIS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prestação de serviços médicos.....	24.024	4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(5.196)	(1)
	18.828	3
Circulante.....	18.828	3

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	-
Aquisição Investidas.....	8.304
Constituições.....	9.822
Saldo final	18.126
Circulante.....	545
Não circulante.....	17.581

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Dezembro de 2023
Imposto de renda.....	642
Contribuição social.....	1.565
INSS a recuperar.....	5.145
PIS e COFINS.....	5.216
Outros.....	455
	13.023
Circulante.....	13.023
Não circulante.....	-

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023
PIS e COFINS.....	8.608
INSS e FGTS.....	4.759
Imposto de renda (i).....	3.952
Contribuição social (i).....	3.841
ISS.....	3.267
IRRF.....	2.546
Outros.....	3.226
	30.199
Circulante.....	30.199
(i) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.	

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Constituição de ativos e reversão de passivos		Constituição de passivos e reversão de ativos	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	1	4.388	(1.281)	3.107
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	-	90.043	(2.550)	87.493
Provisão para riscos de créditos PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.....	-	20.140	(14.131)	6.009
Provisão de participação de lucros.....	-	36.088	(1.219)	34.869
Provisões para processos judiciais - civis e trabalhistas	-	6.282	(174)	6.108
IR e CS Diferido IFRS17.....	-	10.592	-	10.592
Outras provisões.....	-	5.082	(938)	4.144
	1	195.821	(34.013)	161.808
Compensação de ativo/passivo diferido (i).....	-	-	-	(14.455)
	1	195.821	(34.013)	147.353

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023.....	139.015
2024.....	4.360
2025.....	2.572
2026.....	276
2027.....	248
2028 a 2030.....	581
Após 2031.....	302
Total - ativo	147.353

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A).....	88.782	136.657
Alíquota vigente.....	34%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	(30.186)	(54.663)
Equivalência patrimonial.....	30.186	-
Participação nos lucros.....	-	(2.548)
Inovação tecnológica.....	-	1.078
Depósitos judiciais.....	-	4.645
Incentivos fiscais.....	-	2.690
Outros.....	-	923
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	30.186	6.788
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	-	(47.875)
Taxa efetiva (D/A).....	0,0%	35,0%



Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adiantamentos e outros créditos	52.448	5
Contas a receber - Fundação Itaú	13.726	—
Transações com partes relacionadas	1.922	—
	68.096	5
Circulante	68.069	5
Não circulante	27	—

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS e COFINS	213.100	—
Outros	2.827	—
	215.927	—

15. INVESTIMENTOS

Em conformidade com os processos de reorganização societária detalhados na nota explicativa sobre o contexto operacional, as seguintes informações abordam as alterações nas participações societárias das entidades diretamente investidas pela Companhia, além de fornecer um resumo das demonstrações financeiras relevantes, tanto de investidas diretas quanto indiretas. É importante salientar que as demonstrações financeiras individuais do ano de 2022 das investidas indiretas, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda., foram elaboradas e divulgadas conforme as exigências regulatórias específicas do setor. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nesta demonstração estão preparados de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros, especificamente o IFRS 17/CPG 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldos em 31 de dezembro de 2022		Resultado Equivalência Patrimonial		Ajuste de conversão/ outros		Saldos em 31 de dezembro de 2023	
	em 31 de dezembro de 2022	em 31 de dezembro de 2022	Aumento	Diminuição	Outros	Dividendos	em 31 de dezembro de 2023	em 31 de dezembro de 2023
Porto Saúde Operações	10	71.706	1.094.970	21.070	(24.995)	—	—	1.162.761
Porto Saúde Serviços	11	17.076	74.414	1.511	(14.500)	—	—	78.512
	21	88.782	1.169.384	22.581	(39.495)	—	—	1.241.273

17. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

17.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
		Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	101.588	55.304	—	—
Ágio na aquisição de investimentos	—	23.980	23.980	4	4
Combinação de negócios - Saúde Ocupacional	—	23.980	23.980	4	4
		125.568	79.284	4	4

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	
"Software"	—	15.742	(4.429)	43.991	55.304
Ágio na aquisição de investimentos - Saúde Ocupacional	4	—	—	23.976	23.980
	4	15.742	(4.429)	67.967	79.284

18. CONTRATOS DE SEGUROS

Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

	Dezembro de 2023	
	PAA	Total
Contratos de seguro	(439.231)	(439.231)
Saldo líquido de contratos de seguro	(439.231)	(439.231)
Passivos de contratos de seguro	(1)	(1)

a) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18 b)	Dezembro de 2023
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18 b)		
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA						
Saldo inicial dos passivos de seguro	—	(1)	—	—	—	(1)
Saldo inicial no exercício	—	(1)	—	—	—	(1)
Aquisição Investidas	78.489	(506.302)	(23.524)	120.462	(330.875)	—
Receita de seguro	3.428.055	—	—	—	3.428.055	—
Despesas de serviço de seguro	(277.473)	(2.769.936)	(7.255)	—	(3.054.664)	—
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	19.600	(2.769.936)	—	—	(2.750.336)	—
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(297.073)	—	—	—	(297.073)	—
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	—	—	(7.255)	—	(7.255)	—
Resultado do serviço de seguro	3.150.582	(2.769.936)	(7.255)	—	373.391	—
Resultado financeiro líquidas de contratos de seguros	(21.072)	18.397	(2.552)	—	(5.227)	—
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	3.129.511	(2.751.540)	(9.807)	—	368.164	—
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos	(3.449.598)	—	—	—	(3.449.598)	—
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	2.517.679	—	—	2.517.679	—
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	173.724	—	—	281.676	455.400	—
Fluxos de caixa totais	(3.275.874)	2.517.679	—	281.676	(476.519)	—
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	—	—	—	—	—	—
Saldo final no exercício	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	—
Saldo final dos passivos de seguro	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	—
Saldo de fechamento líquido	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	—

b) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

	De 0 até 1 ano		de 1 até 5 anos		Total
	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	
Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	271.457	130.681	—	—	402.138
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	—	—	402.138

c) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
	Até a data-base	53.414	67.228	66.317	82.476	84.692	124.487	125.686	154.877	178.118	543.779
Dois anos mais tarde	57.308	71.967	69.432	87.508	88.347	130.772	135.968	166.134	196.822	—	196.822
Três anos mais tarde	57.665	72.604	71.641	87.981	89.602	131.823	136.846	167.412	—	—	167.412
Quatro anos mais tarde	57.994	72.683	71.794	88.351	89.909	131.908	138.070	—	—	—	138.070
Cinco anos mais tarde	58.384	72.745	72.009	87.499	89.982	130.969	—	—	—	—	130.969
Seis anos mais tarde	58.589	72.933	72.032	87.444	90.074	—	—	—	—	—	90.074
Sete anos mais tarde	58.770	72.896	71.978	87.478	—	—	—	—	—	—	87.478
Oito anos mais tarde	58.646	72.898	71.884	—	—	—	—	—	—	—	71.884
Novo anos mais tarde	58.499	72.917	—	—	—	—	—	—	—	—	72.917
Dez anos mais tarde	58.486	—	—	—	—	—	—	—	—	—	58.486
Estimativa Corrente	58.486	—	71.884	87.478	90.074	130.969	138.070	167.412	196.822	543.779	1.557.891
Pagamentos acumulados até a data-base	(58.356)	(72.917)	(70.896)	(87.000)	(90.014)	(130.659)	(136.472)	(167.406)	(196.062)	(190.270)	(1.200.051)
Total	130	(72.917)	988	479	60	310	1.598	6	760	353.509	357.840

15.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			Lucro líquido/(prejuízo) do exercício(*)
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	
Porto Saúde Operações	1.162.759	—	—	—
Porto Saúde	2.343.404	1.189.076	3.518.880	71.149
Portomed	9.016	1.413	1.510	249
Porto Odonto	830	10	86	14
Porto Saúde Serviços	78.512	—	—	—
Serviços Médicos	86.927	8.425	65.563	13.947
Porto Seguro Saúde Ocupacional	32.170	5.905	61.083	3.423
	3.713.618	1.204.829	3.647.122	88.782

(*) Desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial.

16. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023	
		Custo	Valor líquido
Edificações (i)	2,0	454.060	(17.962)
Terrenos	—	94.103	94.103
		548.163	(17.962)
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	5	(3)
Equipamentos	10,0 a 14,3	49	(48)
Veículos	20,0 a 25,0	370	(111)
		424	(162)
		548.587	(18.124)

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	
Edificações	—	(8.871)	444.969	436.098
Terrenos	—	—	94.103	94.103
	—	(8.871)	539.072	530.201
Móveis, máquinas e utensílios	—	—	2	2
Equipamentos	—	(7)	8	1
Veículos	—	(74)	333	259
	—	(81)	343	262
	—	(8.952)	539.415	530.463

19. PROVISÕES JUDICIAIS

19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	212.149	—
Cíveis (b)	14.328	—
Trabalhistas (c)	1.185	1
Total	227.662	1
Depósitos judiciais (*)	(211.561)	—
Provisão líquida	16.101	1

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

(a) FISCALIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	182.228	—
PIS	26.868	—
Outros	3.053	—
Total	212.149	—
Depósitos judiciais (*)	(210.167)	—
Provisão líquida	1.982	—

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta.

(ii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A sociedade Porto Saúde questiona judicialmente essa tributação. Mencionações ações, aguarda a afetação da decisão proferida no RE 400.479 para as seguradoras e decisão final do RE 609.096 para a financeira.

(iii) OUTROS

As controladas questionam a exigência de IRPJ e de CSSL sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos impetrados pelas sociedades.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

19.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	—	1	—	1
Aquisição Investidas	199.859	1.162	7.323	208.344
Constituições	1.419	370	8.467	10.256
Êxitos/reversões	(507)	(477)	(939)	(1.923)
Pagamentos	—	—	(1.595)	(1.595)
Atualização monetária	11.378	129	1.072	12.579
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.149	1.185	14.328	227.662
(-) Depósitos judiciais (*)	(210.167)	(53)	(1.341)	(211.561)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2023	1.982	1.132	12.987	16.101
Quantidade de processos	—	17	778	795

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício de 2023 houve o pagamento de dividendos intermediários nos seguintes montantes:

• Pagamento de R\$ 15.000 no mês de outubro de 2023 para a sua controladora Porto Seguro S.A., este dividendo foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada no dia 30 de outubro de 2023.

• Pagamento de R\$ 9.994 no mês de novembro de 2023 para a sua controladora Porto Seguro S.A., este dividendo foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada no dia 29 de novembro de 2023.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado dos contratos de seguro - PAA		
Alocação de prêmio.....	3.428.055	—
Receita de seguro.....	3.428.055	—
Despesas com seguro.....	(2.757.591)	—
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas.....	(2.750.336)	—
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos.....	(7.255)	—
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(297.073)	—
Despesas de aquisição.....	(297.073)	—
Despesas totais de serviço de seguro.....	(3.054.664)	—
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA.....	373.391	—

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita de serviços.....	133.190	6
ISS.....	(3.609)	—
PIS/COFINS.....	(6.623)	—
	122.958	6

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	104.466	2
Serviços de terceiros.....	99.630	2
Localização e funcionamento.....	58.157	—
Participação nos lucros.....	22.833	—
Publicidade.....	4.987	—
Donativos e contribuições.....	4.379	—
Outras.....	7.997	—
	302.449	4

25. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Consolidado Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS.....	27.906	—
PIS.....	4.536	—
Imposto sobre serviços.....	6	—
Outras.....	1.848	—
	34.295	—

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Serviços de terceiros.....	21.299	1
Salários e encargos.....	18.442	1
Outros.....	640	—
	40.381	2

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobranças e adm. de apólices e contratos.....	21.446	—
Encargos sociais de operações com seguros.....	6.292	—
Provisão para contingências cíveis.....	5.862	—
Outras.....	5.873	—
	39.473	—

28. RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	74.224	1
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias.....	6.846	—
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	8.764	—
Outras.....	1.283	—
	91.117	1

29. DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesa com atualização de contingências.....	8.764	—
Despesas com contratos de seguros emitidos.....	5.227	—
Outras.....	10.308	—
	24.299	—

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 321 participantes. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 1.020 em dezembro de 2023.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício.....	4.443
Custo dos benefícios.....	272
Custo de juros.....	514
Benefícios pagos.....	(439)
Ganho atuarial sobre a obrigação.....	1.969
Outros.....	(77)
Saldo final do passivo.....	6.682

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

	2023
Taxa média de desconto das obrigações (ao ano).....	5,64%
Taxa de crescimento salarial (ao ano).....	1,00%
Inflação econômica (ao ano).....	3,92%
Inflação médica (ao ano).....	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal.....	3,92%

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iii) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (iv) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (v) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
- (ix) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e
- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo Dezembro de 2023	Receitas Dezembro de 2023	Despesas Dezembro de 2023
Porto Cia.....	14.810	102.365	110.380
Porto Seguro S.A.....	1.513	25.933	13.982
Portoseg.....	888	9.021	—
Azul Seguros.....	—	6.440	—
Portoseg.....	—	4.656	204
Porto Assistência.....	—	2.647	—
Locadora de Veículos.....	—	1.595	—
Porto Investimentos.....	—	1.358	829
Porto Vida.....	—	827	—
Itaú Auto e Residência.....	—	637	—
Crediporto.....	—	530	—
Porto Renova Nova.....	—	529	—
Porto Seguro Serviços e Comércio.....	—	292	—
Portopar.....	—	292	—
Porto Capitalização.....	—	40	—
Proteção e Monitoramento.....	—	17	—
Porto Seguro S.A.....	—	—	14.410
	157.179	157.179	139.805

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores.....	5.159
Honorários e encargos.....	3.372
	8.531

32. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Controladora Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	88.782	1	88.782	1
Quantidade de ações.....	1.076.245	50	1.076.245	50
Lucro por ação básico e diluído (R\$).....	0,0825	0,0200	0,0825	0,0200

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Saúde Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Saúde Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Saúde Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Saúde Participações S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação de 100% do patrimônio líquido das empresas que operam no ramo de Saúde descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Sala 2 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Não auditado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo							
Circulante		8	10	Circulante		-	6
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	10	Obrigações a pagar		-	6
Não circulante		1.178.993	7.835	Patrimônio líquido	8	1.179.001	7.839
Investimentos	7	1.178.993	7.835	Capital social		1.117.281	7.822
				Reservas de lucros		62.797	17
				Ajustes de avaliação patrimonial		(1.077)	-
Total do ativo		1.179.001	7.845	Total do passivo e patrimônio líquido		1.179.001	7.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição de capital social		7.822	-	-	-	7.822
Resultado do exercício		-	-	-	23	23
Destinações:						
Reserva legal		-	1	-	(1)	-
Reservas estatutárias		-	16	-	(16)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		7.822	17	-	-	7.839
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		-	(16)	-	-	(16)
Aumento de capital	8(a)	1.109.459	-	-	-	1.109.459
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		-	7.373	-	-	7.373
Ganhos e perdas atuariais - controladas		-	-	(1.077)	-	(1.077)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	80.401	80.401
Destinações:						
Reserva legal	8(b) (i)	-	4.021	-	(4.021)	-
Reservas estatutárias	8(b) (ii)	-	51.402	-	(51.402)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(19.095)	(19.095)
Dividendos complementares		-	-	-	(5.883)	(5.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.117.281	62.797	(1.077)	-	1.179.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 13 de junho de 2022, sediada na Avenida Rio Branco, 1.475, sala 02, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades correlatas ou complementares ao mercado de saúde. A Companhia faz parte da Vertical de Saúde, sendo uma controlada direta da Porto Saúde Participações.

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades operacionais de saúde do Grupo Porto. Em dezembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. A terceira reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

			Não auditado	
			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Classificação	Consolidação	Participação direta	Participação indireta
Porto Saúde	Controlada	Integral	100,00	-
Portomed	Controlada	Integral	100,00	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	100,00	100,00

i. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.

ii. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.

iii. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 de suas controladas, aprovadas em 22 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio destes que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Companhia para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

As investidas da Companhia atuam no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas			
Equivalência patrimonial	7	80.401	23
Total das receitas		80.401	23
Lucro operacional antes do resultado financeiro		80.401	23
Lucro operacional		80.401	23
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		80.401	23
Lucro líquido do exercício		80.401	23
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		80.401	23
Lucro por ação:			
- Básico	9	0,09	3,83
- Diluído	9	0,09	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado	
			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	80.401	23		
Outros resultados abrangentes	(1.077)	-		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ganhos e perdas atuariais em controladas	(1.795)	-		
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais em controladas	718	-		
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	79.324	23		
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	79.324	23		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	80.401	23
Resultado de equivalência patrimonial	(80.401)	(23)
Caixa líquido atividades de investimento	(1.084.483)	(7.812)
Aumento de capital em controladas	(1.109.461)	(7.812)
Recebimento de dividendos	24.978	-
Caixa líquido atividades de financiamento	1.084.481	7.822
Aumento de capital	1.109.459	7.822
Dividendos pagos	(24.978)	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	10
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. O principal risco das investidas da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados. Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	10
Total	8	10

7. INVESTIMENTOS

	Não auditado	Resultado de avaliação					Saldos em dezembro de 2023	
		Saldos em dezembro de 2022	Consti-tuição (*)	lênica patri-monial	Remu-neração de em ações	Ajuste de avaliação patri-monial		Divi-dendos
Porto Saúde	-	1.094.959	79.805	14.500	7.375	(1.077)	(25.000)	1.170.562
Portomed	7.018	-	593	-	-	-	-	7.611
Porto Odonto	817	-	3	-	-	-	-	820
	7.835	1.094.959	80.401	14.500	7.375	(1.077)	(25.000)	1.178.993

(*) Em 14 de abril de 2023 foi aprovada a cisão parcial da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (controladora da Porto Saúde até abril de 2023) com a versão do acervo cindido para a Companhia. Esta cisão é proveniente da reorganização societária que o Grupo Porto está implementando, a fim de aperfeiçoar a governança e gestão interna, no contexto de verticais de negócios.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Sala 2 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

7.1 RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	Lucro líquido do exercício
Porto Saúde	2.776.157	1.605.596	3.151.613	79.805
Portomed	8.965	1.355	2.030	593
Porto Odonto	830	10	94	3
	2.785.952	1.606.961	3.153.737	80.401
Não auditado				
Dezembro de 2022				
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portomed	16.720	9.703	191	27
Porto Odonto	847	30	12	(4)
	17.567	9.733	203	23

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social era de R\$ 1.117.281, representado por 1.078.563.891 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 7.822, representado por 7.822.115 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A AGE realizada em 14 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 1.094.959, mediante a emissão de 1.057.091.705 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta integralização foi proveniente da absorção da parcela cindida da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (vide nota explicativa nº 7).

A AGE realizada em 28 de setembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 14.500, mediante a emissão de 13.650.071 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS
(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 4.021 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 51.402.

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia realizou em 2023 as seguintes aprovações para distribuição de dividendos, originários do lucro do exercício: (i) R\$ 14.984 em 30 de outubro; e (ii) R\$ 9.994 em 29 de novembro, totalizando R\$ 24.978.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	80.401	23
(-) Reserva legal - 5%	(4.021)	(1)
Lucro básico para determinação do dividendo	76.381	22
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	19.095	6
Dividendos pagos antecipadamente	24.978	-
Total por ação (R\$)	24.978	-
	0,03107	-

9. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	80.401	23
Média ponderada do número de ações durante o exercício	804.053	6
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	0,09999	3,8333

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente)

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.**, São Paulo - SP.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação do patrimônio líquido das empresas que operam no ramo de Saúde descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria de valores correspondentes
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP 300514/O


Linha Pro

Seguro Saúde regional para empresas de **3 a 99 vidas** com hospitais e laboratórios de qualidade e preços que cabem no bolso.

O porto seguro para a saúde da sua empresa.

Fale com seu Corretor.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

NOSSO DESEMPENHO

• **Prêmios retidos**
Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2023 R\$ 4.353,9 milhões, com aumento de R\$ 1.195,1 milhões ou 37,8% em relação ao ano anterior.

• **Despesas administrativas**
Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 6,7% com redução de 0,8 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

• **Resultado financeiro**
O resultado financeiro totalizou em 2023 R\$ 85,8 milhões, com aumento de R\$ 22,3 milhões, ou 35,1% em relação ao ano de 2022. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• **Índice combinado**
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2023 foi de 97,1%, redução de 1,9 ponto percentual em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente da redução de 2,2 pontos percentuais no índice de sinistralidade.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 95,2%, com redução de 1,8 ponto percentual em relação ao ano anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.

• **Lucro líquido e por ação**
O lucro líquido totalizou em 2023 R\$ 117,3 milhões, registrando aumento de R\$ 29,1 milhões ou 33,0% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 3,86 em 2023 comparado com R\$ 4,30 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouzados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem, no geral, pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro

durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece e expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudará em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Passivo Circulante	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		859.302	729.703	Circulante		1.041.938	668.253
Disponível		18.748	153	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	925.858	583.501
Realizável		840.554	729.550	Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		167.704	109.104
Aplicações financeiras	7.1	643.328	462.207	Provisão para remissão		3.741	3.494
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		566.986	361.665	Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.455	1.690
Aplicações livres		76.342	100.542	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		378.577	209.086
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		65.203	36.654	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		374.381	260.127
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber	8.1	60.616	33.250	Débitos de operações de assistência à saúde		22.811	14.680
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		4.587	3.404	Prêmios a restituir		77	65
Despesas de comercialização diferidas	9	59.229	146.430	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		9.555	6.748
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.240	4.170	Comercialização sobre operações		13.179	7.867
Bens e títulos a receber	10	70.439	78.195	Provisões		7.476	14.190
Despesas antecipadas		1.115	1.894	Provisão para IR e CSLL		7.476	14.190
Não circulante		1.605.801	1.166.736	Tributos e encargos sociais a recolher		20.845	11.553
Realizável a longo prazo		1.020.037	674.823	Débitos diversos	16	64.948	44.729
Aplicações financeiras	7.1	234.258	200.413	Não circulante		252.604	226.473
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		234.258	200.413	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.120	5.163
Créditos tributários e previdenciários	11.1	145.475	120.061	Provisão para remissão		4.938	5.123
Despesas de comercialização diferidas	9	424.438	150.045	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		182	40
Depósitos judiciais e fiscais	12	215.842	204.088	Provisões		241.134	216.140
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		24	216	Provisões para tributos diferidos	11.2.3	14.328	9.435
Imobilizado	13	530.460	447.922	Provisões para ações judiciais	17.1	226.806	206.705
Imóveis de uso próprio		530.201	447.589	Débitos diversos	16	6.350	5.170
Imóveis - não hospitalares		530.201	447.589	Patrimônio líquido		1.170.561	1.001.713
Imobilizado de uso próprio		259	333	Capital social	18 a	1.041.753	935.770
Imobilizado - hospitalares		259	333	Reservas		129.736	65.794
Intangível	14	55.304	43.991	Reservas de lucros	18 b	129.736	65.794
Total do ativo		2.465.103	1.896.439	Ajustes de avaliação patrimonial		(928)	149
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.465.103	1.896.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Pagamento de dividendos - exercício anterior		-	(95.198)			(95.198)
Aumento de capital - AGE de 30 de março de 2022		13.000	-			13.000
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2022		38.000	-			38.000
Aumento de capital - AGE de 19 de agosto de 2022		45.500	-			45.500
Aumento de capital - AGE de 20 de setembro de 2022		62.603	-			62.603
Aumento de capital - AGE de 11 de novembro de 2022		291.334	-			291.334
Reconhecimento pagamento em ações		-	6.201			6.201
Outros resultados abrangentes		-	-	10.387		10.387
Resultado líquido do exercício		-	-	-	88.223	88.223
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal		-	4.411		(4.411)	-
Reservas estatutárias		-	19.010		(19.010)	-
Dividendos intermediários (R\$ 3,16 por ação)		-	-		(64.802)	(64.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		935.770	65.794	149		1.001.713
Pagamento de dividendos - exercício anterior		-	(19.000)			(19.000)
Aumento de capital - AGE de 31 de março de 2023	18 a	91.483	-			91.483
Aumento de capital - AGE de 28 de setembro de 2023	18 a	14.500	-			14.500
Reconhecimento pagamento em ações		-	4.605			4.605
Outros resultados abrangentes		-	-	(1.077)		(1.077)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	117.337	117.337
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	18 b	-	5.867		(5.867)	-
Reservas estatutárias	18 b	-	72.470		(72.470)	-
Dividendos intermediários (R\$ 1,28 por ação)	18 c	-	-		(39.000)	(39.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.041.753	129.736	(928)		1.170.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Operadora faz parte da Vertical de Saúde, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Operações de Saúde.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/22.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua aplicação até a data de entrada em vigor.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Resultado líquido do exercício	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Outros resultados abrangentes	117.337	88.223
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:	(1.077)	(10.387)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.795)	(305)
Efeitos tributários	718	122
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(17.007)
Efeitos tributários	-	6.803
Total dos resultados abrangentes para o exercício,	116.260	77.836
líquido dos efeitos tributários	117.337	88.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	4.469.582	3.248.144
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.947.580	2.060.972
(+) Outros recebimentos operacionais	-	216.182
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(3.168.288)	(2.481.807)
(-) Pagamento de comissões	(546.695)	(375.438)
(-) Pagamento de pessoal	(85.197)	(67.728)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(43.493)	(36.996)
(-) Pagamento de tributos	(279.347)	(204.836)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(42)	-
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(36)	(77)
(-) Aplicações financeiras	(2.054.415)	(2.003.502)
(-) Outros pagamentos operacionais	(164.988)	(285.734)
Caixa líquido das atividades operacionais	74.661	69.180
Atividades de investimentos		
(-) Pagamentos relativos ao ativo diferido	(5.457)	(1.313)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.457)	(1.313)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	14.500	96.500
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(65.109)	(178.614)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(50.609)	(82.114)
Variação de caixa e equivalente de caixa	18.595	(14.247)
Caixa - saldo inicial	153	14.400
Caixa - saldo final	18.748	153
Ativos livres no início do exercício	100.695	14.400
Ativos livres no final do exercício	95.090	100.695
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	(5.605)	86.295

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticação pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais...

CPC 50 - Contratos De Seguros (IFRS 17) Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (contraprestações a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Operadora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Operadora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.5 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos. O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de junho de 2022. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 81,9%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Operadora e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Operadora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquotabase de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Operadora dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Appetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorreram do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2023, 98,7% (98,8% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações/prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

Table with 5 columns: Fluxo de ativos (ii), Fluxo de passivos (iii), Fluxo de ativos (ii), Fluxo de passivos (iii). Rows include: À vista / sem vencimento, Fluxo de 1 a 30 dias, Fluxo de 2 a 6 meses, Fluxo de 7 a 12 meses, Fluxo acima de 1 ano, Total.

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

Table with 4 columns: Fator de risco, Dezembro de 2023, Dezembro de 2022. Rows include: Pós-fixados (SELIC/CDI), Prefixados, Inflação (IPCA/IGP-M), Ações, Outros.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

Table with 4 columns: Fator de risco, Cenário (*), Impacto. Rows include: Índices de preços, Juros pós-fixados, Ações.

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Eliseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premissas atuariais.....		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(44.865)	(21.233)
Sinistros - aumento de 50,0%.....	(60.333)	(29.860)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios, RN ANS nº 569/22, e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido.....	1.170.561	1.001.713
Despesas diferidas.....	(483.667)	(296.475)
Intangível.....	(55.304)	(43.991)
Despesas antecipadas.....	(1.115)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado.....	630.475	659.353
Capital regulatório (*).....	568.634	474.397
Suficiência de capital (**)	61.841	184.956

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.

(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs.....	346.985	—	346.985	344.338	—	344.338
LTNs.....	284.708	—	284.708	—	—	—
Letras financeiras - privadas.....	—	2.389	2.389	—	1.167	1.167
Ações de companhias abertas.....	1.696	—	1.696	2.070	—	2.070
NTNs-B.....	88	—	88	27.263	—	27.263
Outros.....	—	7.462	7.462	—	4.214	4.214
Total - circulante.....	633.477	9.851	643.328	373.671	5.381	379.052
Aplicações financeiras em garantia.....	—	566.986	566.986	—	278.510	278.510
Aplicações financeiras livres.....	—	76.342	76.342	—	100.542	100.542

7.1.2 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Nível 1	234.258	283.568
Total.....	234.258	283.568
Circulante.....	83.155	83.155
Não circulante.....	234.258	200.413

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 233.517 (R\$ 278.941 em 31 de dezembro de 2022).

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	662.620	551.958
Aplicações.....	2.054.415	1.982.993
Resgates.....	(1.931.481)	(1.913.836)
Rendimentos.....	92.032	58.512
Ajuste a valor de mercado.....	—	(17.007)
Saldo final.....	877.586	662.620

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

8.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer.....	22.225	18.045
Vencidos de 1 a 30 dias.....	28.092	12.553
Vencidos de 31 a 60 dias.....	3.869	1.851
Vencidos de 61 a 120 dias.....	3.801	1.001
Vencidos a mais de 120 dias.....	4.620	1.975
Total.....	62.607	35.425
Provisão para perdas sobre créditos.....	(1.991)	(2.175)
Total.....	60.616	33.250

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiários e aportes de valores excedentes de sinistralidades.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Coparticipação e aportes a receber.....	3.842	2.975
Outros.....	745	429
Total.....	4.587	3.404

9. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	296.475	186.757
Constituições.....	564.536	371.123
Apropriações para despesa.....	(377.344)	(261.405)
Saldo final.....	483.667	296.475
Circulante.....	59.229	146.430
Não circulante.....	424.438	150.045

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2022.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adiantamentos para despesas e outros créditos.....	40.022	53.693
Indenização de sinistros.....	14.768	—
Contas a receber - Fundação Itaú.....	13.726	22.440
Transações com partes relacionadas (i).....	1.923	2.062
Total.....	70.439	78.195

(i) Vide nota explicativa nº 23.

11. TRIBUTOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i).....	145.475	120.061
Contribuição social.....	85	53
Imposto de renda.....	28	144
Impostos sobre serviços.....	—	2.090
Outros.....	1.127	1.883
Total.....	146.715	124.231
Circulante.....	1.240	4.170
Não circulante.....	145.475	120.061

(i) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais ...	81.668	8.375	(2.550)	87.493
PIS e COFINS s/ sinistros a liquidar e IBNR.....	22.854	13.190	(1.187)	34.857
Provisão para riscos sobre créditos	4.768	13.867	(13.496)	5.139
Participação nos lucros.....	4.904	15.823	(12.398)	8.329
Outras.....	5.867	4.824	(1.034)	9.657
Total.....	120.061	56.079	(30.665)	145.475

11.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024.....	137.291
2025.....	4.339
2026.....	2.511
2027.....	308
2028.....	231
Após 2028.....	795
Total.....	145.475

11.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS.....	(9.142)	(5.276)	383	(14.035)
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão.....	(293)	—	—	(293)
Total.....	(9.435)	(5.276)	383	(14.328)

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	209.002	180.657
(-) Participações nos resultados.....	(23.737)	(19.347)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A).....	185.265	161.310
Alíquota vigente.....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	(74.106)	(64.524)
Incentivos fiscais.....	2.261	1.232
Inovação tecnológica.....	1.078	925
Outros.....	2.839	(10.720)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	6.178	(8.563)
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	(67.928)	(73.087)
Taxa efetiva (D/A).....	36,7%	45,3%

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (*).....	186.232	176.186
PIS (*).....	26.868	25.462
Sinistros.....	182	181
Processos judiciais com adesão ao REFIN (*).....	1.079	971
Outros.....	1.490	1.288
Total.....	215.842	204.088

(*) Vide nota explicativa nº 17.1(a).

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*) ..	2%	444.969	(8.871)	436.098	394.970	(9.091)	385.879
Terrenos.....	—	94.103	—	94.103	61.710	—	61.710
Veículos.....	10%	333	(74)	259	370	(37)	333
Total.....		539.405	(8.945)	530.460	457.050	(9.128)	447.922

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

13.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2022	Despesas de depreciação	Movimentações	Saldo líquido em dezembro de 2023
Edificações.....	385.879	(8.871)	59.090	436.098
Terrenos.....	61.710	—	32.393	94.103
Veículos.....	333	(74)	—	259
Total.....	447.922	(8.945)	91.483	530.460

(*) O montante refere-se a transferência de imóveis da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais à Operadora, mediante ao aumento de capital, conforme detalhado na nota explicativa nº 18 (a).

14. INTANGÍVEL

Softwares utilizados pela Companhia para facilitar, automatizar e gerenciar suas operações cotidianas.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Taxas anuais amortização (%)	—	—
Custo	59.733	(4.429)
Amortização acumulada	(4.299)	(4.854)
Valor líquido	55.304	85.845
Valor amortizado	(41.854)	(43.991)
Total.....	59.733	85.845

14.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Aquisições	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
--	---	------------	-------------------------	---

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2023 o capital social era de R\$ 1.041.753, representado por 30.879.681 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 935.770, representado por 27.920.499 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).
A AGE realizada em 31 de março de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 91.483, mediante a emissão de 2.565.590 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta integralização foi proveniente da transferência de propriedade de quatro imóveis da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais para a Operadora (vide nota explicativa nº 13.1).
A AGE realizada em 28 de setembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 14.500, mediante a emissão de 393.592 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros
(i) Reserva legal
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 46.268 (R\$ 40.401 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias e outras
Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 83.468 (R\$ 25.393 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Operadora realizou em 2023 as seguintes aprovações para distribuição de dividendos, originários do lucro do exercício: (i) R\$ 14.000 em 31 de março; (ii) R\$ 15.000 em 30 de outubro; e (iii) R\$ 10.000 em 29 de novembro, totalizando R\$ 39.000.
Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido.....	117.337	88.223
(-) Reserva legal - 5%.....	(5.867)	(4.411)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	111.470	83.812
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	27.868	20.953
Dividendos mínimos obrigatórios.....	27.868	20.953
Dividendos intermediários.....	11.132	43.849
Total de dividendos.....	39.000	64.802
Total por ação (R\$).....	1,28	3,16

(d) Remuneração em ações
A Operadora possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Operadora e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.
O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Operadora e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Operadora e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Operadora.
Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Operadora e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Operadora e de suas controladas, diretas ou indiretas. As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" e "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Operadora mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.
O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.
O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Operadora e/ou das sociedades nas quais a Operadora detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Operadora mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saúde.....	4.184.162	3.005.120
Odonto.....	169.798	153.166
Total.....	4.353.960	3.158.286

20. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consultas médicas		Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada.....	(224.510)	(346.203)	(98.252)	(1.348.516)	(806.173)	(75.913)	(2.899.567)	
Reembolso.....	(143.865)	(29.107)	(4.211)	(86.812)	(130.956)	(515)	(395.466)	
Total em 31 de dezembro de 2023 ...	(368.375)	(375.310)	(102.463)	(1.435.328)	(937.129)	(76.428)	(3.295.033)	
Total em 31 de dezembro de 2022 ...	(259.236)	(251.826)	(69.218)	(1.089.972)	(772.157)	(72.767)	(2.515.176)	

20.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobertura assistencial com preço preestabelecido....	3.212.909	2.436.908
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	74.362	71.136
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido..	5.699	5.506
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto) .	2.063	1.626
Total.....	3.295.033	2.515.176

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal.....	(119.080)	(96.571)
Despesas compartilhadas (*).....	(95.795)	(73.209)
Serviços de terceiros.....	(48.327)	(48.604)
Localização e funcionamento.....	(22.044)	(13.975)
Outros.....	(3.469)	(3.236)
Total.....	(288.715)	(235.595)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação....	92.731	73.415
Variações monetárias dos depósitos judiciais.....	11.689	10.654
Juros de títulos disponíveis para a venda	-	948
Outras.....	9.623	8.216
Total de receitas financeiras	114.043	93.233
Indenizações por vacância - Fundo de Investimento	(13.752)	(4.758)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo.....	(11.415)	(10.274)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	(699)	(15.069)
Outras.....	(2.366)	370
Total de despesas financeiras.....	(28.232)	(29.731)
Resultado financeiro	85.811	63.502

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente Comercial, Marketing, Clientes e Dados

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

FÁBIO OHARA MORITA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras
A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Bank S.A.

CNPJ nº 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) – 4ª andar – Lado B – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Bank S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Não auditado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante	675	33		Circulante	38	40	
Caixa e equivalentes de caixa	43	22		Obrigações a pagar	38	40	
Créditos a receber	632	11		Patrimônio líquido	1.688.442	14.262	
Não circulante	1.687.805	14.269		Capital social	7 (a) 1.493.377	14.217	
Realizável a longo prazo	13	-		Reservas de lucros	7 (b) 195.538	154	
Impostos e contribuições a recuperar	13	-		Ajustes de avaliação patrimonial	(473)	(109)	
Investimentos	6 1.687.792	14.269		Total do passivo e patrimônio líquido	1.688.480	14.302	
Total do ativo	1.688.480	14.302					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		-	-	-	-	-
Constituição de capital social		14.217	-	-	-	14.217
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		-	24	-	-	24
Ganhos e perdas atuariais - controladas (benefícios a empregados)		-	-	(109)	-	(109)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	170	170
Destinações:						
Reserva legal		-	8	-	(8)	-
Reservas estatutárias		-	122	-	(122)	-
Distribuição de dividendos (R\$ 0,01 por ação)		-	-	-	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		14.217	154	(109)	-	14.262
Constituição de capital social		1.479.160	-	-	-	1.479.160
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	7 (d)	-	4.711	-	-	4.711
Ganhos e perdas - controladas		-	-	(364)	-	(364)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	255.885	255.885
Destinações:						
Reserva legal	7 (b) (i)	-	12.794	-	(12.794)	-
Reservas estatutárias	7 (b) (ii)	-	177.879	-	(177.879)	-
Distribuição de dividendos (R\$ 0,11 por ação)	7 (c)	-	-	-	(65.212)	(65.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.493.377	195.538	(473)	-	1.688.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Bank S.A. ("Porto Bank", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de ações de capital fechado constituída em 11 de maio de 2022, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B, 4º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil. Seu objeto é a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. A Companhia faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Em 2022, houve a integralização de forma direta das empresas Porto Negócios Financeiros e Porto Serviços Financeiros. De forma indireta, a partir da Porto Serviços Financeiros, houve a integralização das empresas Olho Mágico, Crediporto e Nido. No ano de 2023, houve a integralização de forma direta da empresa Porto Seguro Financeiros, enquanto que de forma indireta, houve a integralização das empresas Portoseg, Porto Consórcio, Portopar e ConectCar, a partir da Porto Negócios Financeiros. Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

Classificação	Consolidação	Direta	Não auditado		Participação (%)
			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral 100,00	-	0,01	-
Portoseg	Controlada	Integral -	100,00	-	-
Porto Consórcio	Controlada	Integral -	100,00	-	-
Portopar	Controlada	Integral -	100,00	-	-
ConectCar	em conjunto	Patrimonial -	50,00	-	-
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral 100,00	-	100,00	-
Olho Mágico	Controlada	Integral -	100,00	-	100,00
Crediporto	Controlada	Integral -	100,00	-	100,00
Nido	Controlada	Integral -	100,00	-	100,00
Porto Seguro Financeiros	Controlada	Integral 100,00	-	100,00	-

As características das controladas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN.

(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(iii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(iv) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

(v) ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.

(vi) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro.

(vii) Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras das companhias do Grupo Porto.

(viii) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.

(ix) Nido Tecnologia Ltda ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.

(x) Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de negócio Porto Bank.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) Controladas Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os CPCs.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 e suas controladas, aprovadas em 22 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Companhia para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Appetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas. Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas		
Equivalência patrimonial	255.911	170
Total das receitas	255.911	170
Despesas		
Despesas administrativas	(39)	-
Total das despesas	(39)	-
Lucro operacional	255.872	170
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	255.872	170
Imposto de renda e contribuição social	13	-
Diferido	13	-
Lucro líquido do exercício	255.885	170
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	255.885	170
Lucro por ação:		
- Básico	0,43902	0,02716
- Diluído	0,43902	0,02716

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	255.885	170
Outros resultados abrangentes	(364)	(109)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas em controladas	(607)	(182)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	243	73
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	255.521	61
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	255.521	61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	(661)	22
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(26)	-
Lucro líquido do exercício	255.885	170
Resultado de equivalência patrimonial	(255.911)	(170)
Varição nos ativos e passivos	635	22
Impostos e contribuições a recuperar	(13)	-
Obrigações a pagar	(2)	40
Outros ativos e passivos	(620)	(18)
Caixa líquido atividades de investimento	(1.413.266)	(14.217)
Aumento de capital em controladas	(1.479.160)	(14.217)
Recebimento de dividendos	65.894	-
Caixa líquido atividades de financiamento	1.413.948	14.217
Aumento de capital	1.479.160	14.217
Dividendos pagos	(65.212)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	21	22
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

continua — ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Bank S.A.

CNPJ nº 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) - 4º andar - Lado B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

6. INVESTIMENTOS

	Não auditado		Resultado de equivalência patrimonial	Aporte	Remuneração em ações (iii)	Ajuste de avaliação patrimonial		Usufruto (ii)	Saldos em dezembro de 2023
	Saldos em dezembro de 2022	Constituição (i)				Dividendos	Dividendos		
Porto Negócios Financeiros	10	1.473.855	253.242	-	7.098	(19.032)	(65.252)	16.143	1.666.064
Porto Serviços Financeiros	14.249	-	2.670	5.305	121	16	(642)	-	21.719
Porto Seguro Financeiros	10	-	(1)	-	-	-	-	-	9
	14.269	1.473.855	255.911	5.305	7.219	(19.016)	(65.694)	16.143	1.687.792

(i) Em 10 de fevereiro de 2023, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 627.571.375 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Porto Negócios Financeiros.

(ii) Em 29 de novembro de 2023, foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens subrogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

(iii) Vide nota explicativa nº 8 (d).

6.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

Os saldos patrimoniais e do resultado do exercício são oriundos dos investimentos de suas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

	Dezembro de 2023		
	Total de ativos	Total de passivos	Lucro líquido do exercício
Porto Negócios Financeiros	1.688.585	63	270.872
Porto Serviços Financeiros	22.350	632	2.659
Porto Seguro Financeiros	9	-	-
	1.710.944	695	273.531

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 178.001 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2022).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	255.885	170
(-) Reserva legal - 5%	(12.794)	(9)
Lucro básico para determinação do dividendo	243.091	161
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	60.773	40
Dividendos pagos antecipadamente	65.212	-
Total de dividendos	65.212	40
Total por ação (R\$)	0,11188	0,07358

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	255.885	170
Média ponderada do número de ações durante o exercício	582.855	547
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	0,43902	0,31079

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 12.802 (R\$ 8 em dezembro de 2022).

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 12.802 (R\$ 8 em dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Bank S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Bank S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Bank S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Bank S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação do patrimônio líquido das empresas que operam em serviços financeiros descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria de valores correspondentes
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O



Com o app da Porto você tem mais agilidade para cuidar do que você precisa.



Baixe agora ↓
e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 2 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Negócios Financeiros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	Não auditado		Passivo	Notas explicativas	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		973	1.496	Circulante		63	-
Caixa e equivalentes de caixa		9	10	Obrigações a pagar		63	-
Créditos a receber		964	1.486	Patrimônio líquido		1.688.522	1.480.180
Não circulante		1.687.612	1.478.684	Capital social	7 (a)	1.461.086	1.461.086
Realizável a longo prazo		22	-	Reservas de lucros	7 (b)	227.847	19.123
Impostos e contribuições a recuperar		22	-	Ajuste de avaliação patrimonial		(411)	(29)
Investimentos	6	1.687.590	1.478.684	Total do passivo e patrimônio líquido		1.688.585	1.480.180
Total do ativo		1.688.585	1.480.180				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Notas explicativas	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas			
Equivalência patrimonial	6	270.914	104.032
Total das receitas		270.914	104.032
Despesas			
Despesas administrativas		(64)	-
Total das despesas		(64)	-
Lucro operacional		270.850	104.032
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		270.850	104.032
Imposto de renda e contribuição social		22	-
Diferido		22	-
Lucro líquido do exercício		270.872	104.032
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		270.872	104.032
Lucro por ação:			
- Básico		0,19	0,07
- Diluído		0,19	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado
Lucro líquido do exercício	270.872	104.032	(29)
Outros resultados abrangentes	(382)	(382)	(29)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	425	-	-
Ganhos e perdas em controladas	(170)	-	-
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	(1.062)	(48)	(48)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	270.490	104.003	104.003
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia	270.490	104.003	104.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado
Caixa líquido atividades operacionais	(1)	-	-
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(42)	-	-
Lucro líquido do exercício	270.872	104.032	104.032
Resultado de equivalência patrimonial	(270.914)	(104.032)	-
Varição nos ativos e passivos	(924)	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	(22)	-	-
Outros ativos e passivos	(902)	-	-
Caixa líquido atividades de investimento	65.252	(1.419.851)	(1.419.851)
Aumento de capital em controladas e coligadas	-	(1.461.076)	(1.461.076)
Recebimento de dividendos	66.217	41.225	41.225
Caixa líquido atividades de financiamento	(65.252)	1.419.861	1,461,086
Aumento de capital	-	1,461,086	1,461,086
Dividendos pagos	(65.252)	(41.225)	(41.225)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1)	10	10
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9	10	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

6. INVESTIMENTOS

	Não auditado		Remuneração (II) em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Usufruto (I)	Saldos em dezembro de 2023
	Dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial					
Portoseg	1.175.841	-	2.621	(18.651)	-	16.030	1.175.841
Porto							
Consórcio	291.135	264.867	4.606	(384)	(66.217)	-	494.007
Portopar	11.708	6.047	(16)	3	-	-	17.742
	1.478.684	270.914	7.211	(19.032)	(66.217)	16.030	1.687.590

(i) Em 29 de novembro de 2022 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, inscritas pela Porto Seguro S.A.. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens sub-rogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

(ii) Vide nota explicativa nº 7 (d).

continua — ★

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF n° 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 02 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (l)	
Portoseg (ii)	17.133.106	16.113.391	3.349.685	(10.213)
Porto Consórcio	1.227.682	733.675	804.006	264.867
Portopar	22.189	4.447	20.800	6.047
	18.382.977	16.851.513	4.174.491	260.701
Não auditado				
	Dezembro de 2022			Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (l)	
Portoseg (ii)	15.158.113	13.982.272	3.018.426	60.251
Porto Consórcio	612.858	321.723	573.039	170.844
Portopar	15.121	3.412	11.571	(634)
	15.786.092	14.307.407	3.603.036	230.461

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial no lucro do exercício.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.461.086 divididos em 1.354.853.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva de lucros

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 18.745 (R\$ 5.201 em dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 198.195 (R\$ 7.606 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
	Lucro líquido do exercício	270.872
(-) Reserva legal - 5%	(13.544)	(5.201)
Lucro básico para determinação do dividendo	257.328	98.831
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	64.332	24.708
Dividendos pagos antecipadamente	65.252	41.225
Total de dividendos	65.252	41.225
Total por ação (R\$)	0,04816	0,03043

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
	Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	270.872
Média ponderada do número de ações durante o período	1.354.853	1.354.853
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	0,19993	0,07678

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor PresidenteCELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Negócios Financeiros S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Negócios Financeiros S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O-1
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O-1

O porto seguro para a saúde da sua empresa.

Todo cuidado é Porto.

Fale com seu Corretor.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CIRQUE DU SOLEIL
CRYSTAL



O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!

22 de fevereiro a 10 de março
Garanta seu ingresso com
20% off na pré-venda exclusiva
com o Cartão Porto Bank.



*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.

Todo cuidado é Porto.
 Baixe o App e fale com seu Corretor.

Foto: Olivier Brajon | Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

Recitas operacionais

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2023 R\$ 3.435,4 milhões, com aumento de R\$ 339,0 milhões ou 10,9% em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid-19 e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permaneceram no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid-19.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário. Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022
Circulante		15.233.382	13.241.221		
Disponibilidades		489.888	180.126		
Caixa e equivalentes de caixa	7	489.888	180.126		
Instrumentos financeiros		34.893	33.204		
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	8	22.154	33.204		
Instrumentos financeiros derivativos	17	12.739	—		
Operações de crédito		3.102.026	2.898.129		
Setor privado	9	4.409.655	3.953.635		
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(1.307.629)	(1.055.506)		
Outros créditos		11.523.640	10.041.174		
Valores a receber relativos à transação de pagamento	9	11.379.247	9.878.212		
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(85.110)	(68.056)		
Diversos	10	229.503	231.018		
Outros valores e bens		82.935	88.588		
Não circulante		1.899.724	1.969.577		
Operações de crédito		1.029.840	1.167.741		
Setor privado	9	1.098.040	1.252.254		
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(68.200)	(84.513)		
Outros créditos		677.720	598.287		
Ativos fiscais diferidos	11	630.588	555.625		
Diversos	10	47.132	42.662		
Investimento em entidade controlada em conjunto Intangível	12	114.600	105.388		
Intangível	13	77.564	98.161		
“Software” e combinação de negócios		112.482	124.607		
(-) Amortizações		(34.918)	(26.446)		
Total do ativo		17.133.106	15.210.798		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.000	80.474	546.488	346	(18)	—	1.177.290
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R\$ 1,31 por ação)		—	—	(40.000)	—	—	—	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	—	—	—	—	—	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	—	—	—	—	—	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	—	3.848	—	—	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(49)	—	(49)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	56.069	56.069
Destinações:								
Reserva legal		—	2.803	—	—	—	(2.803)	—
Reserva estatutária		—	—	3.266	—	—	(3.266)	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)		—	—	(75.434)	—	—	—	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)		—	—	—	—	—	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	(67)	—	1.175.841
Saldos em 30 de junho de 2022		550.000	80.474	506.488	778	(18)	9.631	1.147.353
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	—	—	—	—	—	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	—	—	—	—	—	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	—	3.416	—	—	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(49)	—	(49)
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	46.438	46.438
Destinações:								
Reserva legal		—	2.803	—	—	—	(2.803)	—
Reserva estatutária		—	—	3.266	—	—	(3.266)	—
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)		—	—	(75.434)	—	—	—	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)		—	—	—	—	—	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	(67)	—	1.175.841
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	18 (c)	—	—	(65.000)	—	—	—	(65.000)
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	—	—	(74.095)	—	—	—	(74.095)
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	—	7.292	—	—	7.292
Outros ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(255)	—	(255)
Ações outorgadas		—	—	—	(4.671)	—	—	(4.671)
Resultado com “hedge”	17	—	—	—	—	(18.396)	—	(18.396)
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(1.001)	(1.001)
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		—	—	(1.001)	—	—	1.001	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		654.117	83.277	294.224	6.815	(18.718)	—	1.019.715
Saldos em 30 de junho de 2023		654.117	83.277	330.125	1.912	(17.957)	(64.967)	986.507
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	—	—	(34.900)	—	—	—	(34.900)
Reconhecimento do pagamento em ações		—	—	—	4.903	—	—	4.903
Outros ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(255)	—	(255)
Resultado com “hedge”	17	—	—	—	—	(506)	—	(506)
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	63.966	63.966
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		—	—	(1.001)	—	—	1.001	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		654.117	83.277	294.224	6.815	(18.718)	—	1.019.715
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2023		Dezembro de 2023		2º Semestre de 2022		Dezembro de 2022	
	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2022	de 2022	de 2022	de 2022
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	63.966	(1.001)	46.438	56.069	(49)	—	56.069	56.069
Outros resultados abrangentes	(763)	(18.653)	(49)	—	—	—	—	—
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:								
Resultado com “hedge”	(843)	(30.660)	—	—	—	—	—	—
Efeitos tributários sobre resultado com “hedge”	335	12.262	—	—	—	—	—	—
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(425)	(425)	(82)	(82)	—	—	—	—
Efeitos tributários	170	170	33	33	—	—	—	—
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	63.203	(19.654)	46.389	56.020				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2023		2º Semestre de 2022	
		de 2023	de 2023	de 2022	de 2022
Receitas da intermediação financeira		1.133.854	2.196.934	1.068.931	2.014.936
Operações de crédito	19	1.115.434	2.162.242	1.040.284	1.954.931
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.420	34.692	28.647	60.005
Despesas da intermediação financeira		(702.333)	(1.330.968)	(480.348)	(1.246.246)
Operações de captação no mercado		(263.128)	(533.358)	(254.297)	(453.933)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(439.205)	(797.610)	(226.051)	(792.313)
Resultado bruto da intermediação financeira		431.521	865.966	588.583	768.690
Outras receitas/(despesas) operacionais		(351.882)	(923.168)	(593.545)	(735.051)
Receita de prestação de serviços	20	611.065	1.182.438	545.744	1.017.306
Despesas com pessoal		(44.104)	(87.864)	(38.290)	(67.297)
Outras despesas administrativas	21	(315.652)	(651.679)	(344.851)	(647.252)
Despesas tributárias		(85.903)	(165.000)	(81.595)	(154.369)
Outras receitas operacionais	22	33.006	51.852	49.108	64.122
Outras despesas operacionais	23	(550.294)	(1.252.915)	(723.661)	(947.561)
Resultado de equivalência patrimonial	12	4.753	9.212	6.103	(4.181)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		84.392	(47.990)	1.141	29.458
Imposto de renda	11.2	(1.341)	(1.341)	(36.162)	(110.997)
Contribuição social	11.2	(98)	(390)	(25.631)	(70.706)
Ativo fiscal diferido	11.2	(12.279)	62.505	112.710	219.218
Participações nos lucros		(6.708)	(13.785)	(5.620)	(10.904)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	25	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Quantidade de ações (mil)	25	16.676	16.676	16.676	16.676
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício básico e diluído por ação (R\$)	25	3,84	(0,06)		

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



—★continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

	Classificação	Consolidação	De 2023	
			De 2022	De 2022
	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	Participação direta (%)	Participação direta (%)
ConectCar			50,00	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariam outras normas vigentes).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto (“joint ventures”) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

RESOLUÇÃO CMN Nº 352/2023

Esta Resolução deliberada em 23 de dezembro de 2023 consolida as normas nº 219 de 2021 e nº 309 de 2023 e normas anteriores sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de “hedge”) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. As diretrizes demandadas nesta norma estão sendo avaliadas em conjunto com o projeto da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.100/2023

Esta Resolução deliberada em 24 de agosto de 2023 altera dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 ao estabelecer, por exemplo, novos critérios contábeis para contratos renegociados, opcionalidade para reconhecer no resultado os custos de transação e valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento considerados imateriais, postergação dos requisitos aplicáveis à contabilização de “hedge”, dentre outros.

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021 que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira. O estágio atual do projeto é de implementação de execução.

2.6. NORMAS EMITIDAS VIGENTES

RESOLUÇÕES BCB Nº 151/2021 E Nº 353/2023

Estas Resoluções estipulam sobre a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas à avaliação dos riscos social, ambiental e climático de suas exposições em operações de crédito e a títulos e valores mobiliários, e dos seus respectivos devedores, de que tratam as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 222/2021

Estabelece os procedimentos para a remessa das informações relativas aos riscos social, ambiental e climático de exposições em operações de crédito e títulos e valores mobiliários de que trata a Resolução BCB nº 151/2021 realizada por meio do documento 2030 - Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC). Adicionalmente, a Instituição está em conformidade com as normas acima descritas, no qual será enviado o DRSAC no prazo estipulado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1. INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam à proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das

aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) “hedge” de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de “impairment” (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 9).

3.5. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

3.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.7. PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado “accrual” até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.9. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais (R\$ 120 semestrais).

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos (“impairment”); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios em que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.instituicaoouro.com.br/governanca-corporativa/conglomerado-prudencial/>), até o final do mês de março de 2024.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria.

Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100% em risco soberano.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;

- Simulações de testes de estresse;

- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos desdobramentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a “hedge” de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos (“hedge”) das operações de não negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados, mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Instituição, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Instituição e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

—continua—★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticação pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Capital regulamentar		
Nível I.....	1.541.444	1.312.668
Capital principal.....	1.490.156	1.312.668
Capital complementar.....	51.288	-
Nível II.....	664.907	632.595
Dívidas subordinadas elegíveis a capital.....	664.907	632.595
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A).....	2.206.351	1.945.262
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito.....	15.243.679	14.370.829
De mercado.....	70.446	72.785
Operacional.....	1.133.160	856.315
Ativos ponderados pelo risco (B).....	16.447.285	15.299.929
Patrimônio de referência mínimo requerido (C).....	1.726.965	1.606.493
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C).....	479.386	338.770
Índice de capital (A/B).....	13,41%	12,71%

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa.....	489.504	179.990
Equivalentes de caixa (*).....	384	136
Total.....	489.888	180.126

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		
Títulos para negociação	1 a 30 dias	Acima de 1 ano	Total	Total
Fundos exclusivos				
LFTs.....	-	17.996	17.996	33.204
LTNs.....	4.158	-	4.158	-
Total.....	4.158	17.996	22.154	33.204

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022			
	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99 (*)
AA.....	-	-	337.353	124.549	461.902	-
A.....	0,5	11.524.209	906.333	671.789	13.102.331	65.513
B.....	1	123.668	77.718	79.106	280.492	2.805
C.....	3	700.529	86.539	51.127	838.195	25.146
D.....	10	414.360	40.201	19.605	474.166	47.417
E.....	30	307.428	22.099	12.765	342.292	102.688
F.....	50	210.129	18.993	9.535	238.657	119.329
G.....	70	146.830	15.047	7.421	169.298	118.509
H.....	100	879.326	56.417	43.866	979.609	979.532
Total.....	14.306.479	1.560.700	1.019.763	16.886.942	1.460.939	15.084.101
Provisão sobre o total da carteira.....						8,0%

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	1.208.075	732.295
Constituição de provisão.....	1.277.176	1.217.876
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações.....	(1.024.312)	(742.096)
Saldo final.....	1.460.939	1.208.075

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Montante de créditos renegociados.....	738.807	713.994
Montante de créditos recuperados.....	538.337	219.109
Montante de créditos baixados como prejuízo.....	(1.562.649)	(961.205)
Total.....	(285.505)	(28.102)

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cartão de crédito.....	152.474	154.289
Impostos a compensar.....	61.437	52.684
Depósitos judiciais.....	45.053	40.863
Adiantamento a fornecedores e funcionários.....	12.078	13.925
Transações com partes relacionadas (i).....	978	24
Outros.....	4.615	11.895
Total.....	276.635	273.680
Circulante.....	229.503	231.018
Não circulante.....	47.132	42.662

(i) Vide nota explicativa nº 24.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	493.381	64.443	(12.040)	545.784
Provisão para programa fidelidade.....	43.234	5.032	(2.724)	45.542
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros.....	-	24.032	(11.770)	12.262
Provisão para processos judiciais.....	7.631	1.994	(294)	9.331
Outras provisões.....	11.379	13.100	(6.810)	17.669
Total.....	555.625	108.601	(33.638)	630.588

11.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024.....	196.400
2025.....	243.646
2026.....	45.282
2027.....	66.157
Após 2027.....	79.103
Total.....	630.588

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS**(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO**

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i).....	2.927.232	2.460.567
Financiamentos.....	1.560.700	1.907.728
Empréstimos.....	1.019.763	837.594
Total.....	5.507.695	5.205.889
Títulos e créditos a receber (ii).....	11.379.247	9.878.212
Total.....	16.886.942	15.084.101

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 15).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Setor privado		
Pessoas físicas.....	16.250.112	14.525.973
Comércio.....	20.407	21.689
Intermediadores financeiros.....	17.370	13.629
Indústria.....	442	1.015
Outros serviços (*).....	598.611	521.795
Total.....	16.886.942	15.084.101

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer		
Até 90 dias.....	11.774.467	10.261.193
De 91 a 360 dias.....	996.403	1.016.836
Acima de 360 dias.....	1.098.041	1.252.253

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Vencidos		
Até 14 dias.....	843.028	794.946
Acima de 14 dias.....	2.175.003	1.758.873
Total.....	16.886.942	15.084.101

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
1 a 10 maiores devedores.....	61.178	42.542
11 a 60 maiores devedores.....	58.338	42.478
61 a 160 maiores devedores.....	58.697	48.572
Demais devedores.....	16.708.729	14.950.509
Total.....	16.886.942	15.084.101

11.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	84.392	(47.990)	1.141	29.458
(-) Participações nos lucros.....	(6.708)	(13.785)	(5.620)	(10.904)

Lucro/(prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A).....

Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	17.356	36.064	49.125	44.937
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	(13.718)	60.774	50.917	37.515
IRPJ e CSLL correntes.....	(1.439)	(1.731)	(61.793)	(181.703)
IRPJ e CSLL diferidos.....	(12.279)	62.505	112.710	219.218

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Resultado patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2023
ConectCar.....	105.388	9.212	114.600
Total.....	105.388	9.212	114.600

13. ATIVOS INTANGÍVEIS**13.1. COMPOSIÇÃO**

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022			
Taxas anuais amortização (%)	Custo acumulado	Valor líquido	Valor	Custo acumulado	Valor líquido	Valor	
"Software".....	6,67 a 20,0	32.119	(12.050)	20.069	44.245	(14.133)	30.112
Marca.....	-	34.488	-	34.488	-	-	34.488
Parceria.....	-	1.900	-	1.900	-	-	1.900
Ágio.....	-	43.975	(22.868)	21.107	43.974	(12.313)	31.661
Combinções de negócios - Conectcar.....		80.363	(22.868)	57.495	80.362	(12.313)	68.049
Total.....		112.482	(34.918)	77.564	124.607	(26.446)	98.161

13.2. MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	
		Aquisições	Despesas de amortização	
"Software".....	30.112	13.381	(23.424)	20.069
Marca.....	34.488	-	-	34.488
Parceria.....	1.900	-	-	1.900
Ágio.....	31.661	-	(10.554)	21.107
Combinções de negócios - Conectcar.....	68.049	-	(10.554)	57.495
Total.....	98.161	13.381	(33.978)	77.564

13.3. MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos de ágios oriundos da expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGC's) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovadas pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

Em 1º de outubro de 2021 a Instituição adquiriu 50,0% de participação societária na empresa ConectCar, visando à conexão entre a mobilidade e diversos serviços financeiros, permitindo ampliar e modernizar benefícios existentes, dando aos clientes do cartão de crédito da Instituição o direito ao serviço de pagamento digital de pedágio e estacionamentos direto pelo aplicativo Porto Seguro Cartões, proporcionando segurança no momento do pagamento. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da ConectCar em 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 20,15% (19,33% em 2022) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,54% (3,25% em 2022).

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Recursos de letras financeiras (i).....	958.443	1.060.666	840.024	921.991	3.781.124	3.672.390
Depósitos inter-financeiros - DI.....	200.090	-	-	-	200.090	-
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE.....	22.176	92.012	-	-	114.188	51.410
Total.....	1.180.709	1.152.678	840.024	921.991	4.095.402	3.723.800
Circulante.....	-	-	-	-	2.333.387	1.045.018
Não circulante.....	-	-	-	-	1.762.015	2.678.782

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES**16.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

Referem-se substancialmente à participação nos lucros dos funcionários a pagar.

16.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cofins.....	11.940	11.709
Pis.....	1.989	1.991
Imposto de renda.....	1.341	12.791
Contribuição social.....	398	26.155
Outros.....	8.462	5.900
Total.....	24.130	58.546

16.3. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se, principalmente a encargos trabalhistas, valores a pagar a sociedades ligadas, comissões e despesas administrativas diversas.

16.4. PROVISÕES JUDICIAIS**16.4.1. PROVÁVEIS**

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e civil. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais (I)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	41.685	772	4.836	47.293
Constituições.....	132	465	5.377	5.974
Êxitos/reversões.....	(132)	(287)	(2.761)	(3.180)
Pagamentos.....	-	(31)	(2.367)	(2.398

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(A) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 654.177, dividido em 16.675.720 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(B) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 83.277.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 294.224.

(C) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 27 de janeiro de 2023 e 31 de março de 2023, a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 20.000 e R\$ 45.000, respectivamente, intermediários à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Instituição aprovou, em reuniões de diretoria realizadas em 23 de junho, 30 de setembro e 22 de dezembro de 2023, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 33.316, R\$ 15.300 e R\$ 14.365 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

(D) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Instituição possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Instituição e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Instituição.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Instituição e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Instituição e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" e "lockup" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Instituição e/ou das sociedades nas quais a Instituição detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Cartão de crédito.....	815.087	1.575.024	760.285	1.431.467
Financiamentos.....	213.769	419.568	201.694	380.707
Empréstimos.....	79.896	153.873	72.222	130.206
Juros de mora.....	6.682	13.777	6.083	12.551
	1.115.434	2.162.242	1.040.284	1.954.931

20. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de "interchange" (*).....	355.301	671.754	317.261	601.486
Tarifas - "private label".....	239.425	476.170	207.701	377.044
Outras.....	16.339	34.514	20.782	38.776
	611.065	1.182.438	545.744	1.017.306

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Processamento de dados e comunicação.....	253.044	494.341	248.660	480.416
Comissões.....	10.670	54.440	45.898	85.541
Custo corporativo.....	14.136	26.940	15.771	29.610
Infraestrutura.....	9.315	18.141	7.428	14.273
Divulgações e publicidade.....	5.843	11.783	8.640	13.297
Outras.....	22.644	46.034	18.454	24.115
	315.652	651.679	344.851	647.252

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de variação cambial.....	10.932	21.257	32.047	37.664
Receitas de incentivo - cartão de crédito.....	18.115	23.236	1.997	7.962
Outras.....	3.959	7.359	15.064	18.496
	33.006	51.852	49.108	64.122

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Despesas com recuperação.....	143.779	494.799	434.836	446.379
Desconto concedido.....	168.400	284.853	71.757	113.673
Programa de fidelização.....	81.993	156.307	75.897	146.042
Certificações.....	73.384	121.553	37.137	55.570
Despesas bancárias e de cobrança.....	62.664	120.107	46.303	88.091
Fretes.....	7.337	14.849	9.888	15.929
Porto Serviços.....	5.277	10.554	12.312	12.312
Perdas com fraude.....	2.613	7.082	4.879	12.465
Promoções.....	2.558	5.754	1.030	2.521
Despesas internacionais.....	92	246	349	1.093
Outras despesas.....	2.197	36.811	29.273	53.486
	550.294	1.252.915	723.661	947.561

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇAO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Cliente e Danos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLLOS CALDERON
Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA
Diretor de Negócio

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócio

PAULO CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Administradores e Cotistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5.1 e 9 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R\$ 1.460.939 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, bem como adota modelo interno de

provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 e premissas adotadas pela Diretoria no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 5.1 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura de pessoal para as empresas do Grupo Porto;
- (iii) Convênio de utilização do meio de pagamento do cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia e Azul;
- (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
- (vi) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Portopar e Porto Investimentos;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia.....	–	–	1.501.465	1.433.550
Porto Consórcio.....	580	24	–	–
Mobitech.....	164	–	–	–
Porto Serviços.....	23	–	–	–
Porto Capitalização.....	122	–	–	–
Demais.....	89	–	–	–
	978	24	1.501.465	1.433.550
	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia.....	16.110	8.533	(235.097)	(160.927)
Azul Seguros.....	12.804	4.711	–	–
Porto Consórcio.....	6.122	664	(143)	–
Porto Assistência.....	2.307	445	(306)	–
Mobitech.....	1.324	569	(1.011)	–
Porto Capitalização.....	1.225	127	–	–
Porto Serviços.....	970	173	(1.810)	(262)
Portopar.....	274	23	–	(592)
Proteção e Monitoramento.....	261	17	(106)	–
Porto Saúde.....	204	–	(4.656)	(3.261)
Crediporto.....	141	–	(28.506)	(42.821)
Porto Investimentos.....	–	–	(166)	(445)
Porto Atendimento.....	–	–	(73.693)	(74.911)
	41.742	15.262	(345.494)	(283.219)

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Instituição.....	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Quantidade de ações.....	16.676	16.676	16.676	16.676
Lucro/(prejuízo) básico e diluído (R\$).....	3,83581	(0,06003)	2,78472	3,36226

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2023 e de 2022, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem

os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ampliamos a nossa frota especial para você seguir ainda mais seguro.



Saiba mais



Baixe o App e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Serviço S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Serviço S.A., constituída em 14 de julho de 2023, foi criada com a finalidade de integrar a Vertical de Serviços, em decorrência da reorganização societária do Grupo Porto. Em novembro de 2023, esta etapa de reestruturação societária foi efetivada, onde a Companhia passou a ter a Porto Assistência Participações e Unigás como suas controladas diretas.

No encerramento do ano de 2023, a Porto Serviço S.A. reportou um resultado consolidado positivo de R\$ 14.509 mil, com um lucro por ação de R\$ 0,089. É importante destacar que, devido à natureza recente das operações, a comparação direta com o ano anterior não é pertinente.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do período.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do Grupo Porto está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao

final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens de também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permaneceram no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre.

Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Dezembro de 2023			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Dezembro de 2023		
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Circulante		10	639.893	Circulante	18	21.719	413.770
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	57.163	Obrigações a pagar	18	19.047	193.269
Ativos financeiros				Passivos financeiros	19	-	78.916
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	-	113.743	Impostos e contribuições a recolher	20	-	32.630
Recebíveis de prestação de serviços	9	-	371.334	Dividendos	21	2.672	2.672
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	16.116	Receitas diferidas	21	-	61.845
Custos de aquisição diferidos	11	-	20.660	Passivo de arrendamento	22	-	1.030
Outros ativos	13	10	60.877	Outros passivos	22	-	43.408
Não circulante		1.010.429	963.670	Não circulante			118.520
Realizável a longo prazo				Passivos financeiros	19	-	90.351
Ativos financeiros				Impostos e contribuições a recolher	20	-	74
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	8.1	-	43	Receitas diferidas	21	-	5.336
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	-	55.730	Passivo de arrendamento	23	-	1.130
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	65.121	Provisões judiciais	22	-	18.789
Custos de aquisição diferidos	11	-	12.032	Outros passivos	22	-	2.840
Depósitos judiciais	-	-	729	Patrimônio líquido		988.720	1.071.273
Outros ativos	13	-	84.710	Capital social	24 a	978.570	978.570
Investimentos				Reservas de lucros	24 b	10.396	10.396
Participações em controladas	14	985.344	-	Outros resultados abrangentes		(246)	(246)
Outros investimentos	15	18.148	18.148	Participação dos acionistas não controladores		-	82.553
Imobilizado	16	-	5.258	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.010.439	1.603.563
Intangível	17	6.937	719.913				
Ativo de direito de uso	-	-	1.986				
TOTAL DO ATIVO		1.010.439	1.603.563				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

Recargas	Dezembro de 2023		
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Receitas			
Receitas de prestação de serviços	25	-	319.840
Equivalência patrimonial	14	16.399	-
Total das receitas		16.399	319.840
Despesas			
Custos de aquisição	-	-	(22.871)
Despesas administrativas	26	-	(71.946)
Despesas com tributos	-	-	(272)
Custos dos serviços prestados	27	-	(168.510)
Outras despesas operacionais	28	(5.149)	(27.035)
Total das despesas		(5.149)	(290.634)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.250	29.206
Receitas financeiras	-	-	4.469
Despesas financeiras	-	-	(3.954)
Lucro operacional		11.250	29.721
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.250	29.721
Imposto de renda e contribuição social			(15.212)
Corrente	-	-	(80.333)
Diferido	-	-	65.121
Lucro líquido do período		11.250	14.509
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia	-	11.250	11.250
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	3.259
Lucro por ação			
- Básico e diluído	30	0,068977	0,088959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Lucro líquido do período	Dezembro de 2023		
	Controladora	Consolidado	
Lucro líquido do período	11.250	14.509	
Outros resultados abrangentes	(246)	(246)	
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:			
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas	(373)	(373)	
Efeitos tributários	127	127	
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	11.004	14.263	
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia	11.004	14.263	
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Caixa líquido atividades operacionais	Dezembro de 2023	
	Controladora	Consolidado
Caixa gerado nas operações	8.163	(916.407)
Lucro líquido do exercício	11.250	14.509
Equivalência patrimonial	(16.399)	-
Outros resultados abrangentes	5.149	13.778
Variação nos ativos e passivos	8.163	(944.694)
Ativos financeiros	-	(169.516)
Recebíveis de prestação de serviços	-	(371.334)
Impostos e contribuições a recuperar/diferidos	-	(81.237)
Custo de aquisição diferidos	-	(32.692)
Imobilizado, intangível e ativo direito de uso	(7.226)	(735.935)
Obrigações a pagar	19.047	193.269
Passivos financeiros	-	169.267
Impostos e contribuições a recolher	-	32.704
Receitas diferidas	-	67.181
Dividendos a pagar	2.672	2.672
Outros ativos e passivos	(6.330)	(19.073)
Caixa líquido atividades de investimento	(986.733)	(5.000)
Aquisição de outros investimentos	(14.500)	-
Aquisição de intangíveis	-	(5.000)
(Aumento)/Redução de capital em controladas	(972.233)	-
Caixa líquido atividades de financiamento	978.570	978.570
Aumento de capital	978.570	978.570
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	57.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do período...	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período...	-	57.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa do Grupo Porto opera.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Constituição da Companhia em 14 de julho de 2023	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Aumento de capital - AGE 1º de novembro de 2023	24 a	978.560	-	-	-	978.560	-	978.560
Reconhecimento pagamento em ações	-	-	1.817	-	-	1.817	-	1.817
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas	-	-	-	(246)	-	(246)	-	(246)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	79.294	79.294
Lucro líquido do período					11.250	11.250	3.259	14.509
Destinações:								
Reserva legal	24 b	-	563	-	(563)	-	-	-
Reserva estatutária	24 b	-	8.016	-	(8.016)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.671)	(2.671)	-	(2.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		978.570	10.396	(246)	-	988.720	82.553	1.071.273

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Alameda Ribeiro da Silva, 275, 3º andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias e entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior.

A Porto Serviço S.A., constituída em 14 de julho de 2023, foi criada com a finalidade de integrar a Vertical de Serviços, em decorrência da reorganização societária do Grupo Porto.

Em novembro de 2023, esta etapa de reestruturação societária foi efetivada, onde a Companhia passou a ter a Porto Assistência Participações e Unigás como suas controladas diretas.

A Companhia possui as seguintes participações:

Classificação	Consolidação	Direta	Dezembro de 2023 Participação (%)	
			Direta	Indireta
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	81,60	-
Porto Assistência	Controlada	Integral	-	100,00
CDF	Controlada	Integral	-	100,00
CDF Ltda.	Controlada	Integral	-	100,00
Unigás	Controlada	Integral	100,00	-

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.

2. Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.

3. CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.

4. CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica serviços de assistência 24horas a seus consumidores, nas linhas Auto, Viagem, Saúde, Concierge e Home, sendo uma oportunidade de aquisição estratégica.

5. Unigás Sistema de Aquecimento Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

AQUISIÇÃO UNIGÁS

Conforme comunicado ao mercado realizado no dia 29 de agosto de 2023, a Companhia adquiriu 100% de participação da Unigás. Em 31 de outubro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída esta operação, sendo seu preço de aquisição de R\$ 19.046.

A Unigás é uma empresa constituída há quase 30 anos, com ampla experiência e especialização na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela norma contábil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta demonstração financeira representa a primeira divulgação efetuada pela Companhia em atendimento à Lei 11.638, de 2007.

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01217-011 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no período de 31 de dezembro de 2023.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”) - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA-ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável (“impairment”) a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável (“impairment”) utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA-ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisões, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do período social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para a Controladora e suas controladas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realizações tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado o Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

7. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2023
Caixa.....	1.457
Equivalentes de caixa (*).....	55.706
	57.163

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs), Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total consolidado
Fundos abertos			
Cotas de fundos de investimentos.....	310	-	310
	310	-	310
Fundos exclusivos			
LTNs.....	40.919	-	40.919
LFTs.....	35.181	-	35.181
Debêntures.....	-	21.529	21.529
Letras financeiras - privadas.....	-	15.581	15.581
Cotas de fundos.....	203	-	203
CDBs.....	-	63	63
	76.303	37.173	113.476
Total	76.613	37.173	113.786
Circulante.....			113.743
Não circulante.....			43

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O saldo das aplicações financeiras mantidas até o vencimento referem-se integralmente às NTN-B, no montante de R\$ 55.730.

8.3 MOVIMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES

	Dezembro de 2023
Constituição em 14 de julho de 2023.....	-
Aquisições investidas.....	55.097
Aplicações.....	1.404.068
Resgates.....	(1.291.656)
Depósitos bancários.....	53.244
Rendimentos.....	15.094
Saldo final (*).....	225.222

(*) Incluindo o saldo de equivalente de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)
	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (i).....	11,63
Fundos exclusivos	
LTN.....	10,86
NTNs B - IPCA.....	5,13
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,14

9. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo de R\$ 371.334 é composto principalmente por notas fiscais a receber sobre prestação de serviços de assistência em residências e execução de serviços de socorro automotivo da controlada Porto Assistência, valores a receber de parceiros varejistas em função de métricas de performance de vendas cuja liquidação é esperada no término dos contratos da controlada CDF e prestação de serviços da controlada Unigás.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Dezembro de 2023
Imposto de renda.....	10.580
Contribuição social.....	3.586
ISS.....	1.343
PIS e COFINS.....	607
	16.116

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Refere-se principalmente à valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização da controlada CDF.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1 ATIVO

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	-	40.383	11.498	(4.489)	47.392
Diferenças temporárias decorrentes de:					
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	-	4.373	6.070	(621)	9.822
Provisão de participação de lucros.....	-	434	4.923	-	5.357
Benefício a empregados.....	-	361	218	-	579
Provisão para riscos de créditos	-	-	494	(477)	17
Outras provisões.....	-	26	6.776	(545)	6.257
	-	5.194	18.481	(1.643)	22.032
Compensação de ativo/passivo diferido (*).....					(4.303)
					65.121

(*) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2024.....	18.143
2025.....	2.360
2026.....	1.213
2027.....	62
2028.....	56
2029 a 2031.....	131
Após 2031.....	67
Total - ativo.....	22.032

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	29.721
Alíquota vigente.....	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (A).....	(10.105)
Incentivos fiscais.....	3.351
Participação nos lucros - administradores.....	(7.362)
Outros.....	(1.096)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (B).....	(5.107)
Total de imposto de renda e contribuição social (C = A + B).....	(15.212)
Taxa efetiva (C/A).....	150,5%

13. OUTROS ATIVOS

	Dezembro de 2023
Despesas antecipadas (i).....	127.807
Comissão.....	9.652
Adiantamentos administrativos.....	2.200
Partes relacionadas.....	2.190
Estoque.....	1.802
Outros.....	4.131
	147.782
Circulante.....	60.877
Não circulante.....	84.710

(i) Referem-se substancialmente aos contratos de "upfront fee" com os parceiros varejistas das controladas CDF S.A. e CDF Ltda.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Resultado de equivalência patrimonial	Remuneração em ações	Ganhos e perdas atuais	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Porto Assistência Participações	-	332.517	14.452	1.818	(245)	-	348.542
Unigás.....	-	897	1.947	-	-	-	2.844
Combinação de negócios (i).....	-	638.819	-	-	-	(4.861)	633.958
	-	972.233	16.399	1.818	(245)	(4.861)	985.344

(i) Refere-se a combinação de negócios da Porto Assistência Participações (vide nota explicativa nº 17).

15. OUTROS INVESTIMENTOS

O saldo de R\$ 18.148 corresponde a aquisição da Unigás, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, cujo o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela norma contábil.

16. IMOBILIZADO

16.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Informática.....	20,0 a 33,3	2.039	(1.564)	475
Móveis, máquinas e utensílios.....	10,0 a 50,0	978	(656)	322
Equipamentos.....	10,0 a 14,3	3.531	(2.644)	887
Veículos.....	20,0 a 25,0	5.025	(3.149)	1.876
		11.573	(8.013)	3.560
Veículos e equipamentos locados a terceiros.....	3,0 a 29,3	1.406	(662)	744
Outras Imobilizações.....	3,0 a 29,3	2.089	(1.135)	954
		3.495	(1.797)	1.698
		15.068	(9.810)	5.258

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Informática.....	-	523	(48)	475
Móveis, máquinas e utensílios.....	-	343	(21)	322
Rastreadores.....	-	9	(9)	-
Equipamentos.....	-	895	(8)	887
Veículos.....	-	1.968	(92)	1.876
	-	3.738	(178)	3.560
Veículos e equipamentos locados a terceiros.....	-	810	(66)	744
Outras Imobilizações.....	-	1.019	(65)	954
	-	5.567	(309)	5.258

17. INTANGÍVEL

17.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
"Software".....	6,67 a 20,0	24.802	(10.015)	14.787
Contratos de Parceria - Mais-Valia - CDF.....	-	5.530	-	5.530
Contratos "up front" - CDF.....	-	122.929	(70.219)	52.710
Outros intangíveis.....	20,0	23.010	(10.082)	12.928
		176.271	(90.316)	85.955
Parceria.....	-	100.491	-	100.491
Ágio.....	-	538.327	(4.860)	533.467
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		638.818	(4.860)	633.958
		815.089	(95.176)	719.913

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	
"Software".....	-	15.360	-	(573)	14.787
Contratos de Parceria - Mais-Valia - CDF.....	-	5.530	-	-	5.530
Contratos "up front" - CDF.....	-	55.416	5.000	(7.706)	52.710
Outros intangíveis.....	-	13.258	-	(330)	12.928
	-	89.564	5.000	(8.609)	85.955
Parceria.....	-	100.491	-	-	100.491
Ágio.....	-	538.327	-	(4.860)	533.467
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		638.818	-	(4.860)	633.958
	-	728.382	5.000	(13.469)	719.913

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A taxa de desconto e a taxa de crescimento de perpetuidade utilizada para a CDF é de 11,93% e 3,54% respectivamente.

17.4 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - CDF

A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF, tal operação foi concluída em 31 de agosto de 2022. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R\$ 634.122.

Em junho de 2023, em cumprimento do acordo de investimento a contraprestação foi ajustada com base nos valores atualizados do EBITDA, capital de giro e endividamento líquido das empresas Porto Assistência e CDF. O ajuste de preço de aquisição incrementou a contraprestação no montante R\$ 174.210 e alterou a participação acionária na Porto Assistência Participações de 81,17% para 81,60%.

A partir de novembro de 2023, a Porto Assistência Participações passou ser controlada direta da Porto Serviço. Esta transferência é proveniente da reestrutura da reorganização societária que o Grupo Porto está passando, a fim de obter maior sinergia entre os segmentos de negócio, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. Na presente data-base, a Companhia apresenta a evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes, conforme demonstrado a seguir:

Evolução dos Efeitos da Transação

	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Ativo			
Investimentos			
Investimento a valor de livros.....	149.221	(22.974)	126.247
Ativos líquidos adquiridos.....	127.671	16.087	143.758
Ágio por expectativa de rentabilidade.....	357.230	181.097	538.327
Total do Ativo.....	634.122	174.210	808.332
Patrimônio Líquido			
Reserva Capital			
Ágio na emissão de ações.....	634.122	174.210	808.332
Total do Passivo.....	634.122	174.210	808.332

O registro preliminar, como melhor estimativa, observou a avaliação da transação com uma projeção de 12 meses a partir da data do "closing" e atualizou-a para o realizado na data-base de junho de 2023, ajustando o efeito em reserva de capital no montante de R\$ 174.210.

Contraprestação Transferida e Ativos Identificados

	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Total da contraprestação transferida (a) + (b).....	634.122	174.210	808.332
Ativos identificados (a).....	270.005	-	270.005
Ágio (b).....	-	-	538.327
Ativo - mais valia/ativos identificados.....	270.005		270.005
Investimento.....	126.247	-	126.247
"Software".....	-	-	9.249
Contratos de parceira.....	-	-	134.509

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023
Porto Socorro.....	131.092
Fornecedores.....	32.753
Contas a pagar - Unigás (i).....	19.046
Partes relacionadas (ii).....	6.624
Remuneração.....	1.236
Outros.....	2.518
Total.....	193.269

(i) O saldo refere-se ao custo de aquisição da Unigás conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 30.

19. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2023
Empréstimos e debêntures (vide nota nº 20.1).....	168.969
Passivos de arrendamento.....	n 98
Total.....	169.267
Circulante.....	78.916
Não circulante.....	90.351

19.1 EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú).....	dezembro de 2029	(4,15% + 100% do CDI)	85.378
Debêntures.....	outubro de 2025	(2,32% + 100% do CDI)	68.764
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) - Euro.....	março de 2025	(5,82% + variação cambial)	10.505
Capital de Giro Garantido (Banco Santander S.A.).....	junho de 2024	(4,33% + 100% do CDI)	4.322
			168.969

19.2 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS

	Empréstimos	Debêntures	Passivos de arrendamento	Total
Constituição em 14 de julho de 2023.....	-	-	-	-
Aquisições investidas.....	100.859	70.611	-	364
Atualização monetária/juros....	(654)	(1.847)	(66)	(2.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	100.205	68.764	298	169.267

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023
PIS e COFINS.....	17.549
Imposto de renda.....	5.112
Imposto sobre serviços.....	3.743
Contribuição social.....	3.655
INSS e FGTS.....	816
Imposto de renda retido na fonte.....	727
Outros.....	1.102
	32.704
Circulante.....	32.630
Não circulante.....	74

continua—★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01217-011 – São Paulo – SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

21. RECEITAS DIFERIDAS

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes, onde até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A amortização é composta por:

	Dezembro de 2023
0 a 90 dias.....	33.395
91 a 120 dias.....	11.132
121 a 360 dias.....	17.318
Acima de 360 dias.....	5.336
	<u>67.181</u>
Circulante.....	61.845
Não circulante.....	5.336

22. OUTROS PASSIVOS

	Dezembro de 2023
Participação de lucros.....	34.532
Provisões de salários e férias.....	8.518
Benefícios pós emprego.....	1.704
Outros.....	1.494
	<u>46.248</u>
Circulante.....	43.408
Não circulante.....	2.840

23. PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Constituição em 14 de julho de 2023.....	-	-	-	-
Aquisições investidas.....	1.441	8.572	8.958	18.971
Constituição.....	-	-	2.195	2.195
Atualização monetária.....	(27)	(76)	(79)	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	1.414	8.496	11.074	20.984
Quantidade de processos.....	5	127	41	173

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023
Fiscais.....	2.114
Cíveis.....	7.518
Trabalhistas.....	1.005
Total.....	10.637

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 978.570 divididos em 978.570.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de julho foi registrada na JUCESP a constituição da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado foi no valor de R\$ 10 com a emissão de 10.000 quotas nominativas. Em 1º de novembro de 2023, foi deliberado em AGE a aprovação do aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 978.560, mediante a emissão de 978.560.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do período, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 563.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada período, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado período, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 8.016.

c. DIVIDENDOS

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023
Lucro líquido do período.....	11.250
(-) Reserva legal - 5%.....	(563)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	10.687
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*).....	2.671
Total por ação (R\$).....	0,01638

d. REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

O Grupo Porto possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do período social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2023
Receita de serviços.....	359.273
Cancelamentos.....	(1.924)
ISS.....	(3.384)
PIS/COFINS.....	(34.125)
	<u>319.840</u>

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor PresidenteCELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e InvestimentosMARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor ExecutivoRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Porto Serviço S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Porto Serviço S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023
Processamento de dados e infraestrutura.....	(40.502)
Pessoal.....	(19.459)
Serviços de terceiros.....	(2.782)
Localização e funcionamento.....	(2.529)
Donativos e contribuições.....	(645)
Tributos.....	(185)
Publicidade.....	(54)
Outras.....	(5.790)
	<u>(71.946)</u>

27. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023
Porto Socorro.....	(155.396)
Porto Faz.....	(7.187)
Ecopistas.....	(1.570)
Custo de mercadorias vendidas.....	(1.347)
Outros.....	(3.010)
	<u>(168.510)</u>

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023
Serviços de terceiros.....	(11.232)
Pessoal.....	(9.093)
Amortização intangível - Porto Serviço.....	(5.149)
Localização e funcionamento.....	(1.430)
Outros.....	(131)
	<u>(27.035)</u>

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo	
	Dezembro de 2023	
Porto Cia.....	6.565	
Portoseg.....	59	
	<u>6.624</u>	
Dezembro de 2023		
	Receitas	Despesas
Porto Cia.....	210.510	(12.835)
Azul Seguros.....	73.667	-
Itaú.....	8.287	-
Mobitech.....	1.872	-
Portocap.....	121	-
Portoseg.....	45	(125)
Porto Serviços e Comércio.....	-	(90)
Porto Consórcio.....	10	-
Porto Investimentos.....	-	(10)
Porto Atendimento.....	-	(9.156)
	<u>294.512</u>	<u>(22.216)</u>

30. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	
	Controladora	Consolidado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	11.250	14.509
Média ponderada do número de ações durante o período.....	163.098	163.098
Lucro por ação básico e diluído (R\$).....	0,06898	0,08896

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC SP-300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Assistência Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	Não auditado		Passivo	Notas explicativas	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		50	50	Circulante		58	—
Caixa e equivalentes de caixa.....		50	50	Obrigações a pagar.....		58	—
Não circulante		448.571	309.764	Patrimônio líquido		448.563	309.814
Realizável a longo prazo.....		20	—	Capital social.....	7 (a)	87.430	87.429
Impostos e contribuições a recuperar.....		20	—	Reservas de capital.....	7 (b)	193.485	193.485
Investimentos.....	6	448.551	309.764	Reservas de lucros.....	7 (c)	44.549	30.462
Total do ativo		448.621	309.814	Ajuste de avaliação patrimonial.....		(1.862)	(1.562)
				Dividendos adicionais propostos.....		124.961	—
				Total do passivo e patrimônio líquido		448.621	309.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado.....	Notas explicativas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição de capital social.....		50	—	—	—	—	—	50
Reserva de ágio na subscrição de ações - aquisição CDF.....	7 (b)	—	193.485	—	—	—	—	193.485
Programa de recompra de ações - controladas.....		—	—	498	—	—	—	498
Ajuste de avaliação patrimonial - CDF.....		—	—	—	(1.562)	—	—	(1.562)
Lucro líquido do exercício.....		—	—	—	—	—	122.499	122.499
Destinações:								
Reserva legal.....		—	—	6.125	—	—	(6.125)	—
Ajuste de exercícios anteriores - aquisição CDF.....		—	—	—	—	—	(5.156)	(5.156)
Reserva de investimentos.....		—	—	23.839	—	—	(23.839)	—
Proposta de aumento de capital.....		87.379	—	—	—	—	(87.379)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado.....		87.429	193.485	30.462	(1.562)	—	—	309.814
Bônus de subscrição de ações - AGE 20 de outubro de 2023.....		1	—	—	—	—	—	1
Programa de recompra de ações - controladas.....	7 (e)	—	—	2.726	—	—	—	2.726
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas.....		—	—	—	(300)	—	—	(300)
Resultado de exercícios anteriores - controladas.....		—	—	(3.393)	—	—	—	(3.393)
Lucro líquido do exercício.....		—	—	—	—	—	264.715	264.715
Destinações:								
Reserva legal.....	7 (c) (i)	—	—	11.361	—	—	(11.361)	—
Reservas estatutárias.....		—	—	3.393	—	—	(3.393)	—
Dividendos antecipados.....		—	—	—	—	(125.000)	(125.000)	—
Dividendos adicionais propostos.....	7 (d)	—	—	—	—	124.961	(124.961)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....		87.430	193.485	44.549	(1.862)	124.961	—	448.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de ações de capital fechado constituída em 26 de maio de 2022, com sede na Alameda Rio Negro, nº 500 - 5º andar Torre 1 - Alphaville - CEP 06454-000 - Barueri - SP. A Companhia tem por objeto a participação/compra e venda em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral. A Companhia faz parte da Vertical de Serviços, sendo controlada direta da Porto Serviço.

A Companhia possui as seguintes participações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Classificação	Consolidação	Participação (%)	
			Direta	Indireta
Porto Assistência.....	Controlada	Integral	100	—
CDF.....	Controlada	Integral	100	—
CDF Ltda.....	Controlada	Integral	—	100

As características das controladas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.

(ii) CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é o maior provedor de Suporte Tecnológico e um dos maiores provedores de Assistências Residenciais do Brasil, oferecendo serviços como "help desk" de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e seguradoras.

(iii) CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência divididos em duas categorias: assistência de auto e moto e assistências residenciais e emergenciais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 de suas controladas, aprovadas em 19 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

Receitas	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Equivalência patrimonial.....	6	264.754	122.499
Total das receitas		264.754	122.499
Despesas		—	—
Despesas administrativas.....		(59)	—
Total das despesas		(59)	—
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		264.695	122.499
Imposto de renda e contribuição social		20	—
Diferido.....		20	—
Lucro líquido do exercício		264.715	122.499
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia.....		264.715	122.499
Lucro por ação:			
- Básico.....	8	11,06113	15,75347
- Diluído.....	8	11,06113	15,75347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício.....	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022	
Outros resultados abrangentes.....		300	—
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas.....		500	—
Efeitos tributários.....		(200)	—
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		265.015	122.499
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia.....		265.015	122.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Caixa consumido nas operações.....	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício.....	264.715	122.499
Resultado de equivalência patrimonial.....	(264.754)	(122.499)
Varição nos ativos e passivos	38	—
Impostos e contribuições a recuperar.....	(20)	—
Obrigações a pagar.....	58	—
Caixa líquido atividades de investimento	(125.000)	(309.764)
Aumento de capital em controladas.....	—	(309.764)
Recebimento de dividendos.....	(125.000)	—
Caixa líquido atividades de financiamento	125.001	309.814
Aumento de capital.....	1	309.814
Dividendos pagos.....	125.000	—
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	—	50
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	50	—
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	50	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Não auditado	Resultados em equivalência patrimonial	Ajuste em remuneração em patrí	Dividendos	Outros	Saldos em dezembro de 2023		
						2022	monial
Porto Assistência..	123.389	265.147	2.726	(301)	(125.000)	—	265.961
CDF.....	186.375	(393)	—	—	(3.392)	—	182.590
	309.764	264.754	2.726	(301)	(125.000)	(3.392)	448.551

6.1 INFORMAÇÕES RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

Porto Assistência.....	CDF.....	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (I)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício (II)
		485.910	219.949	1.752.034	265.146
		416.843	251.740	272.145	(10.144)
		902.753	471.689	2.024.179	255.002

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial no lucro do exercício.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 87.430, dividido em 24.396.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 87.429, dividido em 23.839.186 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em AGE realizada em 20 de outubro de 2023 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 1, relativo ao reconhecimento da conversão do certificado de bônus de subscrição nº 1, Série Única, de emissão da Companhia, com o consequente aumento do capital social da Companhia e emissão 557.111 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente do reconhecimento do saldo contábil de investimento na controlada CDF como ágio na subscrição.

(c) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 17.486 (R\$ 6.125 em dezembro de 2022).

(ii) Reserva de Investimentos

A Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, para atender o projeto de expansão da Companhia, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

(d) DIVIDENDOS

Conforme aviso aos acionistas de 31 de agosto de 2023, a Companhia creditou contabilmente R\$ 125.000, relativos ao primeiro semestre de 2023, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício. A data de pagamento ocorreu na mesma data da aprovação.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício.....	264.715	122.499	122.499
(-) Reserva legal - 5% (*).....	(11.361)	(6.124)	(6.124)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	253.354	116.375	116.375
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	63.338	29.094	29.094
Dividendos pagos antecipadamente.....	125.000	-	-
Dividendos adicionais propostos.....	124.961	-	-
Total de dividendos.....	249.961	-	-
Total por ação (R\$).....	10,44463	-	-

(*) Para o exercício de 31 de dezembro de 2023 a reserva legal não foi constituída integralmente devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, em 2022 não houve destinação de dividendos, atendendo as exigências do "Acordo de Acionistas" entre a Porto Seguro S.A. (Controladora) e os acionistas minoritários (vide nota explicativa nº 1.1).

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	264.715	122.499	122.499
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	23.932	7.776	7.776
Lucro por ação básico e diluído (R\$).....	11,06113	15,75347	15,75347

DIRETORIA

LENE ARAUJO DE LIMA
Diretor Presidente - CEO Serviços

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Clientes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Conselheiro

CELSO DAMADI
Conselheiro

LENE ARAUJO DE LIMA
Conselheiro

ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE
Conselheira

EUGENIO EMÍLIO STAUB FILHO
Conselheiro

FELIPE GOTTLIEB
Conselheiro

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 1 SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Assistência Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Assistência Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Assistência Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Controladora - CRC-SP300514/O



Consertos e instalações até para quem não é cliente Porto.

- ⊗ Eletrodomésticos
- ⊗ Hidráulica
- ⊗ Elétrica
- ⊗ e muito mais



Acesse portoseguro.com.br ou fale com seu Corretor



Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CIRQUE DU SOLEIL
CRYSTAL



Se o espetáculo não pode parar, seu futuro também não.

Seguro de Vida

- ✓ Proteções essenciais
- ✓ Serviços de saúde e bem-estar
- ✓ 10% de desconto pagando com o Cartão de Crédito Porto Bank



Saiba mais



Todo cuidado é Porto.
Baixe o App e fale com seu Corretor.

O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!

*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.

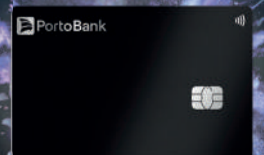


Foto: Olivier Brajon Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Não auditado			Nota explicativa	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		417.483	374.290	Circulante		201.090	261.401
Caixa e equivalentes de caixa.....	7	3.781	64.812	Obrigações a pagar.....	14	170.912	212.830
Ativos financeiros				Impostos e contribuições a recolher.....	15	23.044	15.316
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado.....	8.1	113.477	8.996	Dividendos a pagar.....		-	28.357
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	8.2	-	5.179	Outros passivos.....	16	7.134	4.898
Recebíveis de prestação de serviços.....	9	298.162	291.698	Não circulante		18.859	14.169
Outros ativos.....	10	2.063	3.605	Provisões judiciais.....	17	17.155	13.108
Não circulante		68.427	24.669	Outros passivos.....	16	1.704	1.061
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido		265.961	123.389
Ativos financeiros				Capital social.....	18 a	114.714	114.714
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	8.2	55.730	17.179	Reservas de lucros.....	18 b	151.548	8.675
Impostos de renda e contribuição social diferidos.....	11.1	10.729	5.194	Ajustes de avaliação patrimonial.....		(301)	-
Depósitos judiciais.....		111	108				
Imobilizado.....	12	1.372	1.142				
Intangível.....	13	485	1.046				
Total do ativo		485.910	398.959	Total do passivo e patrimônio líquido..		485.910	398.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		110	-	-	-	(10)	100
Aumento de capital social - AGE 31/07/2022.....		17.307	-	-	-	-	17.307
Proposta de aumento de capital social.....		97.297	(91.242)	-	-	-	6.055
Reconhecimento pagamento em ações.....		-	498	-	-	-	498
Absorção de prejuízos acumulados.....		-	-	-	-	10	10
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	163.549	163.549
Destinações:							
Reserva legal.....		-	8.177	-	-	(8.177)	-
Reservas estatutárias.....		-	91.242	-	-	(91.242)	-
Dividendos antecipados.....		-	-	-	-	(64.130)	(64.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		114.714	8.675	-	-	(64.130)	123.389
Reconhecimento pagamento em ações.....	18 d	-	3.375	-	-	-	3.375
Ações outorgadas.....		-	(648)	-	-	-	(648)
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados.....		-	-	(301)	-	-	(300)
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	265.146	265.146
Destinações:							
Reserva legal.....	18 b (i)	-	13.257	-	-	(13.257)	-
Reservas estatutárias.....	18 b (ii)	-	1.889	-	-	(1.889)	-
Dividendos antecipados.....	18 c	-	-	-	-	(125.000)	(125.000)
Dividendos adicionais propostos.....		-	-	-	125.000	(125.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		114.714	26.548	(301)	125.000	-	265.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 20 de janeiro de 2021, sediada na Alameda Rio Negro, 500 - Andar 5 - Torre 1 - Alphaville centro empresarial - CEP 06454-000 - Barueri - SP. Tem por objeto social a assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros. Em 1º de maio de 2022, a Companhia absorveu o acervo cindido da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais com a finalidade de concentrar negócios similares em uma mesma entidade, otimizando sua gestão dentro do Grupo Porto. A Companhia faz parte da Vertical de Serviços, sendo controlada direta da Porto Assistência Participações S.A..

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 19 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

Apesar da Administração considerar que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, a Companhia insere-se no contexto de reorganização societária administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios que o Grupo Porto está estruturando, visando otimizar a sua estrutura de capital e de gestão. Como reflexo deste movimento, a Companhia será incorporada pela CDF Assistências Ltda. (CDF Ltda.), que irá suceder todos os direitos e obrigações. Vide nota explicativa nº 25 para maiores detalhes.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa do Grupo Porto opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.6 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Não auditado	
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas líquidas de serviços.....	19	1.843.684	1.090.085
Custo dos serviços prestados.....	20	(1.271.052)	(766.776)
Lucro bruto		572.632	323.309
Despesas administrativas	21	(143.569)	(77.934)
Resultado operacional		429.063	245.375
Resultado financeiro	22	13.184	2.810
Resultado antes dos impostos		442.247	248.185
Imposto de renda e contribuição social.....	11.3	(141.328)	(83.108)
Resultado antes das participações		300.919	165.077
Participação nos resultados.....	11.3	(35.773)	(1.528)
Lucro líquido do exercício		265.146	163.549
Lucro por ação			
- Básico.....		14,26	13,06
- Diluído.....		14,26	13,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado
Lucro líquido do exercício.....	265.146	163.549	-
Outros resultados abrangentes.....	(301)	-	-
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício			
Ganhos e perdas atuariais.....	(456)	-	-
Efeitos tributários.....	155	-	-
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	264.845	163.549	163.549

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Não auditado
Caixa líquido atividades operacionais	92.973	70.585	70.585
Caixa gerado nas operações	266.123	164.048	164.048
Lucro líquido do exercício.....	265.146	163.549	-
Depreciações e amortizações.....	977	499	-
Varição nos ativos e passivos	(173.150)	(93.463)	(93.463)
Ativos financeiros.....	(137.853)	(31.354)	-
Recebíveis de prestação de serviços.....	(6.464)	(291.698)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(5.535)	(5.194)	-
Outros ativos.....	1.539	(6.400)	-
Impostos e contribuições a recolher.....	7.728	15.316	-
Provisões judiciais.....	4.047	13.108	-
Dividendos a pagar.....	(28.357)	28.357	-
Outros passivos.....	(8.255)	184.402	-
Caixa líquido atividades de investimento	(646)	-	-
Aquisição de imobilizado.....	(646)	-	-
Caixa líquido atividades de financiamento	(153.358)	(5.773)	(5.773)
Distribuição de dividendos.....	(153.358)	(35.773)	-
Aumento de capital.....	-	30.000	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(61.031)	64.812	64.812
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.812	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.781	64.812	64.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A alíquota vigente para contribuição social é de 9%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa	1.010	51.694
Equivalentes de caixa (*)	2.771	13.118
	3.781	64.812

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LNTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2023		Não auditado		Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
Fundos exclusivos					
LNTNs	40.920	-	40.920	-	-
LFTs	35.181	-	35.181	3.307	3.307
Debêntures	-	21.529	21.529	-	3.108
Letras Financeiras					
- privadas	-	15.581	15.581	-	2.234
Cotas de fundos de investimento	203	-	203	285	285
CDBs	-	63	63	-	-
DPE	-	-	-	44	44
Nota Comercial	-	-	-	18	18
Total - circulante	76.304	37.173	113.477	3.592	8.996
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria				67%	29%

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	55.730	17.179
LNTNs	-	5.179
Total	55.730	22.358
Circulante	-	5.179
Não circulante	55.730	17.179

8.3 MOVIMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES (*)

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	44.472	-
Aplicações	1.404.068	486.630
Resgates	(1.291.656)	(445.833)
Rendimentos	15.094	3.675
Saldo final	171.978	44.472

(*) Considera-se o saldo de equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	10,86	11,98
NTNs B - IPCA	5,13	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,07

9. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Refere-se ao contas a receber das prestações de serviços de assistência, substancialmente com as companhias Porto Cia., Azul e Itaú.

10. OUTROS ATIVOS

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adiantamentos administrativos	1.604	2.831
Impostos a recuperar	257	492
Despesas antecipadas	95	279
Outros	107	3
	2.063	3.605

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.406	(662)	744
Outras Imobilizações	3,0 a 29,3	646	(18)	628
		2.052	(680)	1.372

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Despesas de amortização	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	1.142	(398)	744
Outras Imobilizações	646	(18)	628
	1.142	(416)	1.372

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)		Dezembro de 2023		Não auditado	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	1.280	(795)	485	1.280	(234)
		1.280	(795)	485	1.280	(234)

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Despesas de amortização	
"Software"	1.046	(561)	485
	1.046	(561)	485

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Socorro	131.091	187.683		
Participação nos lucros a pagar (i)	30.809	780		
Partes relacionadas (ii)	6.586	11.122		
Fornecedores	1.447	10.569		
Outros	979	2.676		
	170.912	212.830		

(i) Os pagamentos são efetuados em abril do exercício seguinte.

(ii) Vide nota explicativa nº 24.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	13.184	4.282		
Imposto de renda	3.673	7.166		
Contribuição social	3.119	2.941		
PIS	3.068	927		
	23.044	15.316		

16. OUTROS PASSIVOS

O saldo é composto principalmente por impostos e encargos a recolher de empregados, encargos trabalhistas e benefício pós emprego.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	251	8.380	4.477	13.108			
Constituições	356	5.156	3.945	9.457			
Enc. êxito/reversões	(147)	(3.809)	(910)	(4.866)			
Pagamentos	-	(2.073)	(65)	(2.138)			
Atualização monetária	47	787	760	1.594			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	507	8.441	8.207	17.155			
Quantidade de processos	1	124	26	151			
Processos possíveis - R\$	-	450	4.042	4.492			

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

11.1 ATIVO

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	4.373	1.908	(621)	5.660
Provisão de participação de lucros	434	3.776	-	4.210
Benefícios a empregados	361	218	-	579
Provisão para riscos de créditos	-	494	(477)	17
Outras provisões	26	782	(545)	263
	5.194	7.178	(1.643)	10.729

11.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:		
2024		6.840
2025		2.360
2026		1.213
2027		62
2028		56
2029 a 2031		131
Após 2031		67
Total - ativo		10.729

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	442.247	248.185		
(-) Participações nos resultados	(35.773)	(1.528)		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	406.474	246.657		
Alíquota vigente	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(138.201)	(83.863)		
Incentivos fiscais	3.518	434		
PAT	513	-		
Inovação tecnológica	24	72		
Participação nos lucros - administradores	(7.362)	-		
Outros	180	249		
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(3.127)	755		
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(141.328)	(83.108)		
Taxa efetiva (D/A)	34,8%	33,7%		

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.406	(662)	744
Outras Imobilizações	3,0 a 29,3	646	(18)	628
		2.052	(680)	1.372

	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Despesas de depreciação	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	1.142	(398)	744
Outras Imobilizações	646	(18)	628
	1.142	(416)	1.372

	Dezembro de 2023		Não auditado	
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	1.280	(795)	485
		1.280	(795)	485

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

No exercício de 2023 foram entregues 22 ações, referente à remuneração de 2022.

19. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita de serviços	1.933.978	1.344.910
PIS/COFINS	(172.536)	(96.544)
ISS	(15.849)	(13.843)
Cancelamentos	(8.187)	(200.934)
Recuperação de Impostos	106.278	56.496
	1.843.684	1.090.085

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Serviços de terceiros	(1.188.455)	(744.671)
Localização e funcionamento	(81.592)	(21.800)
Salários e provisões	(630)	(239)
Outros	(375)	(66)
	(1.271.052)	(766.776)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Processamento de dados e infraestrutura	(71.321)	(40.502)
Pessoal	(28.255)	(19.459)
Custos corporativos	(13.109)	(8.700)
Serviços de terceiros	(11.604)	(2.782)
Localização e funcionamento	(6.350)	(2.529)
Donativos e contribuições	(5.296)	(645)
Outras	(7.634)	(3.317)
	(143.569)	(77.934)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita sobre aplicações	15.094	3.675
Juros	250	-
Outros	24	4
Total de receitas financeiras	15.368	3.679
IOF	(1.036)	(263)
Impostos sobre receitas	(714)	(171)
Atualização juros	(371)	(435)
Outros	(63)	-
Total de despesas financeiras	(2.184)	(869)
Resultado financeiro	13.184	2.810

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- Convênio de utilização do meio de pagamento com cartão de crédito com a Portoseg;
- Prestação de serviços de assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros, para Porto Cia., Azul e Itaú.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia	6.507	10.958
Portoseg	59	156
Porto Serviços	20	8
	6.586	11.122

	Receitas		Despesas	
	Não auditado		Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia.....	1.193.537	453.850	(90.228)	(48.725)
Azul Seguros	425.360	181.463	-	-
Itaú.....	65.493	31.323	-	-
Mobitech	6.303	1.146	-	-
Portocap	691	250	-	-
Portoseg	308	-	(2.307)	(445)
Porto Serviços	258	-	(1.027)	(89)
Porto Consórcio	18	13	-	-
Porto Investimentos	-	-	(126)	(28)
Porto Saúde.....	-	-	(2.647)	(220)
Porto Atendimento	-	-	(51.419)	(10.453)
	1.691.968	668.045	(147.754)	(59.960)

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	Não auditado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	265.146	163.549
Média ponderada do número de ações durante o exercício	18.592	12.520
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	14,26130	13,06302

25. EVENTO SUBSEQUENTE

O Grupo Porto está se estruturando em verticais com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. Dando continuidade ao programa de reorganização societária, em 29 de fevereiro de 2024, a Porto Assistência será incorporada pela CDF Ltda., resultando na emissão de novas quotas da sociedade incorporadora (CDF Ltda.).

A DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor - Negócios Financeiros e Serviços

CELSO DAMADI
Diretor - Financeiro, Controladoria e Investimento

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor - Corporativo e Institucional

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Clientes

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avalliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avalliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O



Auto Frota Compacto

Uma nova proteção com o melhor custo-benefício para o seu negócio.

- ✓ Coberturas essenciais
- ✓ Proteção personalizada

Todo cuidado é Porto.

Baixe o App e fale com seu Corretor



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à apreciação de V.Sas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		240.382	199.267	Circulante		463.871	642.710
Caixa e equivalentes de caixa.....	7	6.412	24.322	Contas a pagar.....		27.417	84.409
Ativos financeiros				Obrigações a pagar.....	16	26.078	79.429
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado.....	8.1	104.623	15.312	Impostos e encargos sociais a recolher.....		178	794
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	8.2	—	8.814	Encargos trabalhistas.....		1.045	1.183
Contas a receber de clientes.....	9	56.524	74.163	Impostos e contribuições.....		116	3.003
Impostos e contribuições a recuperar.....		6.229	4.676	Passivos financeiros.....	17	432.397	552.524
Despesas antecipadas.....		2.696	5.377	Passivo de arrendamento.....	19	4.057	5.777
Bens à venda.....	10	56.874	60.614	Não circulante		457.698	823.783
Outros ativos.....		7.024	5.989	Obrigações a pagar.....	16	193	235
Não circulante		706.584	1.400.720	Passivos financeiros.....	17	446.149	813.371
Realizável a longo prazo.....		52.183	66.645	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		34	21
Ativos financeiros				Provisões judiciais.....	18	11.322	10.156
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	8.2	51.381	29.239	Patrimônio líquido		25.397	133.494
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	477	34.194	Capital social.....	20	239.250	184.250
Outros valores e bens.....		325	3.212	Reservas de lucros.....		(797)	(606)
Imobilizado.....	12	646.584	1.323.410	Ajuste de avaliação patrimonial.....		(13.462)	(14.147)
Intangível.....	13	4.610	5.434	Prejuízos acumulados.....		(199.594)	(36.003)
Ativo de direito de uso.....	14	3.207	5.231				
Total do ativo		946.966	1.599.987	Total do passivo e patrimônio líquido		946.966	1.599.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas líquidas de serviços prestados.....	21	261.901	298.013
Receitas/(despesas) operacionais.....	22	(103.570)	(133.868)
Despesas administrativas.....	23	(63.387)	(82.950)
Despesas comerciais.....		(12.442)	(17.234)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		82.502	63.961
Receitas financeiras.....		11.963	21.137
Despesas financeiras.....		(166.097)	(186.724)
Resultado financeiro		(154.134)	(165.587)
Resultado operacional		(71.632)	(101.626)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	12	(65.530)	50.726
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(137.162)	(50.900)
Imposto de renda e contribuição social	11.2	(26.429)	17.062
Diferido.....		(26.429)	17.062
Prejuízo do exercício		(163.591)	(33.838)
Prejuízo básico e diluído por ação	26	(0,09)	(0,18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prejuízo do exercício.....	(163.591)	(33.838)
Outros resultados abrangentes.....	685	(14.131)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....	660	(14.140)
Resultado com ganhos e perdas atuariais.....	25	9
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(162.906)	(47.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	(14.041)	109.918
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(132.669)	1.433
Prejuízo do exercício.....	(163.591)	(33.838)
Depreciações e amortizações.....	30.922	35.271
Variações nos ativos e passivos	187.007	121.124
Ativos financeiros.....	(102.639)	(34.553)
Contas a receber de clientes.....	17.639	(33.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33.730	(24.947)
Outros ativos.....	6.720	(53.198)
Obrigações a pagar.....	(53.393)	64.219
Passivos financeiros.....	286.627	218.758
Operações de arrendamento.....	1.470	(3.339)
Outros passivos.....	(3.147)	(11.900)
Outros	(68.379)	(12.639)
Juros sobre captação de recursos pagos.....	(68.379)	(12.639)
Caixa líquido atividades de investimento	646.728	(388.836)
Aquisição de imobilizado.....	(7.188)	(694.895)
Aquisição de intangível.....	(649)	(2.554)
Alienação de imobilizado.....	654.565	308.613
Caixa líquido atividades de financiamento	(650.597)	298.315
Aumento de capital.....	55.000	—
Aquisição de empréstimos.....	184.362	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros).....	(889.959)	(161.685)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.910)	19.397
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	24.322	4.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	6.412	24.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	(14.041)	109.918
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(132.669)	1.433
Prejuízo do exercício.....	(163.591)	(33.838)
Depreciações e amortizações.....	30.922	35.271
Variações nos ativos e passivos	187.007	121.124
Ativos financeiros.....	(102.639)	(34.553)
Contas a receber de clientes.....	17.639	(33.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33.730	(24.947)
Outros ativos.....	6.720	(53.198)
Obrigações a pagar.....	(53.393)	64.219
Passivos financeiros.....	286.627	218.758
Operações de arrendamento.....	1.470	(3.339)
Outros passivos.....	(3.147)	(11.900)
Outros	(68.379)	(12.639)
Juros sobre captação de recursos pagos.....	(68.379)	(12.639)
Caixa líquido atividades de investimento	646.728	(388.836)
Aquisição de imobilizado.....	(7.188)	(694.895)
Aquisição de intangível.....	(649)	(2.554)
Alienação de imobilizado.....	654.565	308.613
Caixa líquido atividades de financiamento	(650.597)	298.315
Aumento de capital.....	55.000	—
Aquisição de empréstimos.....	184.362	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros).....	(889.959)	(161.685)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.910)	19.397
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	24.322	4.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	6.412	24.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

continua →

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		184.250	—	(16)	(3.045)	181.189
Reconhecimento pagamento em ações.....		—	274	—	—	274
Reconhecimento CPC 06 - Arrendamentos.....		—	(880)	—	—	(880)
Ganhos e perdas atuariais.....		—	—	9	—	9
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....		—	—	(14.140)	—	(14.140)
Prejuízo do exercício.....		—	—	—	(32.958)	(32.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		184.250	(606)	(14.147)	(36.003)	133.494
Aumento de capital - AGE 22 de dezembro de 2023.....	18	55.000	—	—	—	55.000
Reconhecimento pagamento em ações.....		—	515	—	—	515
Ações outorgadas.....		—	(706)	—	—	(706)
Ganhos e perdas atuariais.....		—	—	25	—	25
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....		—	—	660	—	660
Prejuízo do exercício.....		—	—	—	(163.591)	(163.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		239.250	(797)	(13.462)	(199.594)	25.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - 3º andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; e (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras. A Companhia é controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. A Companhia está em revisão do seu modelo de negócio e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS**(a) Mensuração e Classificação**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de

Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"**

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança que no tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chave de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhada aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa	3.858	1.995
Equivalentes de caixa (*)	2.554	22.327
	6.412	24.322

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LTNs	37.728	-	37.728	-	-	-
LFTs	32.435	-	32.435	5.629	-	5.629
Debêntures	-	19.849	19.849	-	5.289	5.289
Letras financeiras - privadas	-	14.365	14.365	-	3.802	3.802
Cotas de fundos de investimento	188	-	188	485	-	485
CDBs	-	58	58	-	-	-
DPGE	-	-	-	-	75	75
Nota comercial	-	-	-	-	32	32
Total - circulante	70.351	34.272	104.623	6.114	9.198	15.312
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria..			67%			29%

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
LTN	-	8.814
NTN - B	51.381	29.239
Total	51.381	38.053
Circulante	-	8.814
Não circulante	51.381	29.239
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	33%	71%

8.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa		11,63	13,63
Fundos exclusivos			
LTN		10,86	11,98
NTNs B - IPCA		5,13	5,42
LFTs (SELIC + Água/Deságio)		0,14	0,07

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,03	674.412	1.355.459
Móveis, máquinas e Utensílios	10,00	25	31
Outras immobilizações	20,00	1.597	2.710
		676.034	1.358.200

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Veículos e equipamentos locados a terceiros	1.321.788	Aquisições 7.188 Baixas (I) (584.214) Depreciação (28.905) Outras transferências (70.351)	645.506
Móveis, Máquinas e Utensílios	25	-	23
Outras immobilizações	1.597	-	1.055
	1.323.410	7.188 (584.214) (29.449) (70.351)	646.584

(i) Refere-se a redução ao valor recuperável dos veículos que sofreram desvalorização a valor de mercado. A contra-partida está registrada em Ganhos e perdas com ativos não correntes, demonstrada na Demonstração de resultados.

(ii) O saldo refere-se à reavaliação do estoque de veículos no período, cuja a contrapartida impactou a rubrica de ganhos e perdas com ativos não correntes no resultado.

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amorti-	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
	zação (%)	Amorti-	Amorti-	
	Custo	zação acu-	zação acu-	
		mulada	mulada	
"Software"	20,00	6.084 (1.474)	4.610 9.415 (3.981)	5.434
		6.084 (1.474)	4.610 9.415 (3.981)	5.434

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	5.434	Aquisições 649 Despesas de amortização (1.473)	4.610
	5.434	649 (1.473)	4.610

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	77.687	23.737
Aplicações	722.533	766.796
Resgates	(648.005)	(730.514)
Rendimentos	10.201	17.668
Saldo final	162.416	77.687

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Locação	67.997	64.337
Seminovos	4.607	24.583
Provisão para risco de crédito	(16.080)	(14.757)
	56.524	74.163

9.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Contas a receber de clientes de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes de crédito	Provisão líquida
A vencer	38.695	-	38.695	25.259	-	25.259
Vencidos de 1 a 30 dias	13.145	-	13.145	29.938	-	29.938
Vencidos de 31 a 60 dias	2.925	-	2.925	9.425	-	9.425
Vencidos de 61 a 90 dias	1.759	-	1.759	3.894	-	3.894
Vencidos de 91 a 120 dias	1.405	(1.405)	-	3.364	(1.995)	1.369
Vencidos de 121 a 150 dias	2.196	(2.196)	-	2.549	(1.761)	788
Vencidos de 151 a 240 dias	1.335	(1.335)	-	2.651	(1.772)	879
Vencidos de 241 a 360 dias	11.144	(11.144)	-	11.840	(9.229)	2.611
	72.604	(16.080)	56.524	88.920	(14.757)	74.163

10. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de ativos e reversão de passivos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	10.813	59.186	(69.999)	-

Diferenças temporárias decorrentes de:

Provisão para riscos de créditos	9.619	2.945	(2.281)	10.283
Provisão para obrigações legais	3.340	-	(1)	3.339
Provisão de participação de lucros	421	740	(615)	546
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	114	-	-	114
Benefício a empregados	80	5	(1)	84
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	7.285	9.493	(16.778)	-
Outras provisões	2.522	28.431	(44.842)	(13.889)
	34.194	100.800	(134.517)	477

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigera em cada exercício futuro.

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, a expectativa de realização do ativo diferido se realizará integralmente em 2024.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	(137.162)	(50.900)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	46.635	17.306
Baixa para perda	(72.923)	-
Incentivos fiscais	(16)	(16)
Outros	(125)	(228)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(73.064)	(244)
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(26.429)	17.062
Taxa efetiva (D/A)	-19,3%	33,5%

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Depreciação acumulada	645.506	1.321.788
Valor líquido	646.584	1.323.410

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.321.788	645.506
Aquisições	7.188	7.188
Baixas (I)	(584.214)	-
Depreciação	(28.905)	(2)
Outras transferências	(70.351)	-
	7.188 (584.214) (29.449) (70.351)	1.055

14. ATIVO DE DIREITO DE USO

14.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Imóveis	20,0	9.661 (6.454)	3.207 9.009 (3.778)	5.231

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 3.9).

14.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Movimentações	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Imóveis	5.231	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos 1 Despesas de depreciação (2.025)	3.207

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 3.3.1), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocial	Valor Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	-	49.789
Ponta passiva:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	-	(56.962)
Perda de ajuste a mercado			-	(7.173)
Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	-	101.339
Ponta passiva:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	-	(113.495)
Perda de ajuste a mercado			-	(12.156)
Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	-	114.182
Ponta passiva:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	-	(111.459)
Ganho de ajuste a mercado			-	2.723
Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.100	152.800
Ponta passiva:				
taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.262)	(154.571)
Perda de ajuste a mercado			-	(1.192)
Ponta ativa:				
taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	253.514	257.818
Ponta passiva:				
taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(253.698)	(269.182)
Perda de ajuste a mercado			-	(3.627)

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
"Swap"	13.481	43.550
Fornecedores	4.903	16.059
Adiantamento de Clientes	2.708	15.523
Participação nos lucros	1.192	966
Transações com partes relacionadas (i)	508	2.775
Provisão de benefícios a empregados	383	791
Outras	3.096	-
Total	26.271	79.664
Circulante	26.078	79.429
Não circulante	193	235

17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

17.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
CCB - capital de giro - BRL					
	200.000	2024	Pré 14,99%	229.445	-
	20.362	2028	Pré 17,14%	18.581	-
	200.000	2023	CDI + 1,65%	-	228.776
	28.500	2023	CDI + 1,98%	-	34.234
	21.500	2023	CDI + 1,98%	-	25.833
	50.000	2023	CDI + 1,80%	-	49.473
	100.000	2023	CDI + 1,70%	-	100.705
	100.000	2023	CDI + 1,88%	-	113.503
Nota Comercial					
	100.000	2024	CDI + 1,50%	101.537	-
Mútuo					
	24.000	2028	CDI + 2,10%	21.924	-
Total				371.487	552.524

17.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Debêntures.....					
	400.000	2024	CDI + 1,35%	101.415	406.543
	400.000	2025	CDI + 1,31%	405.644	406.828
			Total	507.059	813.371

17.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	1.365.895	861.461
Aquisição/constituição.....	184.362	150.000
Atualização monetária/juros.....	218.248	666.080
Liquidação/reversão.....	(889.959)	(311.646)
Saldo final	878.546	1.365.895
Circulante.....	432.397	552.524
Não circulante.....	446.149	813.371

18. PROVISÕES JUDICIAIS

	Fiscais (*)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022.....	9.821	-	335	10.156
Constituições.....	-	91	912	1.003
Encerramento êxito/reversões.....	(636)	-	(277)	(913)
Pagamentos.....	-	-	(66)	(66)
Atualização monetária.....	1.054	2	86	1.142
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	10.239	93	990	11.322
Quantidade de processos prováveis ...	1	1	44	46
Processos possíveis (R\$).....	-	2	713	715

(*) Ação ajuizada pela Companhia para questionar a Lei 17.302, que deslucou o fato gerador do IPVA, dos veículos de propriedade das locadoras, para o 91º nonagésimo primeiro dia após sua publicação, ou seja, março de 2021.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	6.647	(870)	5.777
Apropriação dos juros.....	-	(209)	(209)
Pagamentos.....	(1.511)	-	(1.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.136	(1.079)	4.057

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 3.12).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 239.250 representado por 1.751.586.895 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 184.250 representado por 187.332.330 unidades em 31 de dezembro de 2022). A AGE realizada em 22 de dezembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 55.000, mediante a emissão de 1.564.254.565 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21. RECEITA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita de serviços.....	288.631	328.408
COFINS.....	(21.936)	(24.963)
PIS.....	(4.762)	(5.420)
Impostos sobre serviços.....	(50)	(12)
Outras.....	18	-
Total	261.901	298.013

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Localização e funcionamento.....	(85.119)	(115.889)
Depreciação.....	(28.904)	(30.801)
Provisão para devedores duvidosos.....	(16.714)	(14.257)
Crédito de PIS e COFINS sobre despesas operacionais.....	27.167	27.079
Total	(103.570)	(133.868)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Serviços de terceiros.....	(23.779)	(29.669)
Pessoal.....	(20.480)	(20.957)
Localização e funcionamento.....	(11.483)	(11.603)
Custos corporativos.....	(7.164)	(22.089)
Publicidade.....	(96)	(144)
Outras.....	(385)	1.512
Total	(63.387)	(82.950)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita com aplicações financeiras.....	10.201	19.630
Variações monetárias dos depósitos judiciais.....	3	208
Outras.....	1.759	1.299
Total de receitas financeiras	11.963	21.137
Despesas com aplicações financeiras.....	-	(1.962)
Despesas com empréstimos.....	(162.798)	(181.865)
Outras.....	(3.299)	(2.897)
Total de despesas financeiras	(166.097)	(186.724)
Resultado financeiro	(154.134)	(165.587)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- (ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- (iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e,
- (v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia.....	330	2.736
Portoseg.....	164	-
Porto Consórcio.....	14	-
Total	508	2.736

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Recultas	Despesas	Despesas	Despesas
Demonstração do resultado				
Porto Cia.....	13.577	8.096	(10.838)	(27.364)
Renova.....	62	-	(23)	-
Porto Consórcio.....	1	-	(300)	(277)
Proteção e Monitoramento.....	-	-	-	-
Porto Investimentos.....	-	-	(85)	(173)
Portoseg.....	1.011	-	(1.324)	(569)
Porto Serviços.....	-	-	-	(2.987)
Porto Atendimento.....	-	-	(5.338)	(3.536)
Porto Assistência.....	-	-	(6.303)	(1.146)
Porto Saúde.....	-	-	(1.595)	(1.437)
Itaú Auto e Residência.....	16	-	-	-
Total	14.667	8.096	(25.806)	(37.489)

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	(163.591)	(33.838)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	187.332	187.332
Resultado por ação básico e diluído (R\$).....	(0,87)	(0,18)

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Mobitech Locadora de Veículos S.A.** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobitech Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2023, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com suas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu seu relatório em 17 de fevereiro de 2023, respectivamente, e com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



Com o app da Porto você tem mais agilidade para cuidar do que você precisa.

 Pedido de guincho

 Carga de bateria

 Troca de pneu

 Chaveiro

 Reparo hidráulico para casa

 Reparo elétrico para casa

 Cartão de crédito

 E muito mais



Baixe agora 
e fale com seu Corretor.



Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>